Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Companhia e suas operações

A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras é a companhia petrolífera brasileira que, diretamente ou por meio de suas controladas (denominadas, em conjunto, "Petrobras" ou a "Companhia"), dedica-se a pesquisa, lavra, refinação, processamento, comércio e transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover pesquisa, desenvolvimento, produção, transporte, distribuição e comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro – RJ.

2 Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis incluem:

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* — IASB e também de acordo com políticas contábeis adotadas no Brasil, sendo estas as primeiras demonstrações contábeis apresentadas de acordo com os IFRS pela Companhia.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e de normas da CVM estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Algumas adequações foram procedidas nas demonstrações contábeis individuais visando o alinhamento e equiparação às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, conforme requerido na Deliberação CVM 610/09 (CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos). Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais não apresentam diferenças em relação às consolidadas em IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido, conforme previsto no CPC 43. As reconciliações do patrimônio líquido e resultado da controladora com o consolidado estão na nota explicativa 4.1.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2011, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

Demonstrações contábeis de 2009

Até 31 de dezembro de 2009, a Petrobras apresentava suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09 (MP 449/08), complementadas pelos pronunciamentos do CPC, aprovados por resoluções do CFC e de normas da CVM até 31 de dezembro de 2008.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM 609/09 (CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os padrões internacionais foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, as informações contábeis, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais.

A comparação do balanço na data da adoção dos IFRS e das demais informações ajustadas de 2009 com os valores divulgados naquelas datas estão evidenciados na nota 3.2.

2.1 Relatórios por segmento de negócio

As informações contábeis por segmento operacional (área de negócio) da Companhia são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Na apuração dos resultados segmentados são consideradas as transações realizadas com terceiros e as transferências entre as áreas de negócio, sendo estas valoradas por preços internos de transferência definidos entre as áreas e com metodologias de apuração baseadas em parâmetros de mercado.

As informações por área de negócio na Companhia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização vigente, contendo as seguintes áreas:

a) Exploração e Produção: abrange as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e, ainda, comercializando nos mercados interno e externo o excedente de petróleo, bem como derivados produzidos em suas plantas de processamento de gás natural.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

- b) Abastecimento: contempla as atividades de refino, logística, transporte e comercialização de derivados e petróleo, exportação de etanol, extração e processamento de xisto, além das participações em empresas do setor petroquímico no Brasil.
- c) Gás e Energia: engloba as atividades de transporte e comercialização do gás natural produzido no país ou importado, de transporte e comercialização de GNL, de geração e comercialização de energia elétrica, assim como as participações societárias em transportadoras e distribuidoras de gás natural e em termoelétricas no Brasil, além de ser responsável pelos negócios com fertilizantes.
- d) Distribuição: responsável pela distribuição de derivados, etanol e gás natural veicular no Brasil, representada pelas operações da Petrobras Distribuidora.
- e) Internacional: abrange as atividades de exploração e produção de petróleo e gás, de abastecimento, de gás e energia e de distribuição, realizadas no exterior, em diversos países das Américas, África, Europa e Ásia.

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o *overhead* relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários. Estão também contemplados nesse grupo os negócios com biocombustíveis, representados, principalmente, pelas operações da Petrobras Biocombustível.

2.2 Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e, para fins de IFRS, são apresentadas como informação adicional.

2.3 Balanço social

O balanço social demonstra os indicadores sociais, ambientais, o quantitativo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial. Algumas informações foram obtidas por meio de registros auxiliares e informações gerenciais da Companhia. Esse balanço é apresentado como informação adicional.

2.4 Moeda funcional

A moeda funcional da Petrobras, assim como a de suas controladas brasileiras, é o real. A moeda funcional de algumas controladas e sociedades de propósito específico que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar norte-americano e, a moeda funcional da Petrobras Argentina S.A. é o peso argentino.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da Controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

2.5 Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: reservas de petróleo e gás, passivos de planos de pensão e de saúde, depreciação, exaustão e amortização, custos de abandono, provisões para processos judiciais, valor de mercado de instrumentos financeiros, ajustes a valor presente de contas a receber e a pagar das transações relevantes, imposto de renda e contribuição social. Embora a Administração utilize premissas e julgamentos que são revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

No balanço de adoção aos IFRS, em 1º de janeiro de 2009, foram aplicadas exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retroativa do IFRS, conforme CPC 37, e estão apresentadas a seguir:

3.1 Transição das práticas contábeis

a) Variações cambiais registradas em conta específica do patrimônio líquido

A Companhia adotou o CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis (IAS 21) no exercício de 2008. Entretanto, devido a data do balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009, o saldo de ajustes acumulados de conversão existentes em 31 de dezembro de 2008 foi transferido para lucros acumulados no montante de R\$ 636, visando à equiparação à isenção do CPC 37 (IFRS 1) de não calcular retroativamente as variações cambiais de investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da Controladora.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Capitalização de custos de empréstimos

A Companhia capitalizava encargos financeiros somente para os empréstimos diretamente vinculados a projeto de construção, conforme Deliberação CVM 193/96 vigente até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia passou a capitalizar também encargos financeiros com base numa taxa média de captação aplicada sobre o saldo de obras em andamento, adotando assim, a isenção prevista no CPC 37 (IFRS 1) de não alterar retroativamente o critério de apuração dos custos capitalizáveis.

c) Combinações de negócios

As combinações de negócios ocorridas até 31 de dezembro de 2008 foram contabilizadas de acordo com a Instrução CVM 247/96. Na adoção do IFRS, a Companhia optou por não aplicar retroativamente os requerimentos do CPC 15 – Combinações de Negócios (IFRS 3), conforme permitido pelo CPC 37 (IFRS 1), portanto, os ágios existentes em 31 de dezembro de 2008, líquidos da amortização, foram mantidos e não são mais amortizados. Os saldos de deságio existentes em 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 816, foram reconhecidos contra lucros acumulados na data de transição para IFRS, resultando também na reversão de amortizações reconhecidas no resultado da Companhia.

Os ágios e deságios apurados nas aquisições de participações de acionistas não controladores durante o exercício de 2009 foram contabilizados como investimento. Para fins de IFRS, essas aquisições são consideradas transações com sócios, na qualidade de proprietário, portanto, o montante de R\$ 1.423 foi reconhecido como contribuição adicional de capital, no patrimônio líquido, conforme CPC 36 – Demonstrações Consolidadas (IAS 27).

d) Provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas

Os custos com abandono de ativos e desmantelamento de área são apurados considerando os custos futuros descontados a taxa livre de risco e registrados no ativo e passivo quando a obrigação é incorrida.

Até 31 de dezembro de 2008, a Petrobras adotava como prática contábil o pronunciamento SFAS 143 – "Accounting for Asset Retirement Obligations" do "Financial Accounting Standards Boards" – FASB, segundo a qual a obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção deve ser contabilizada pelo seu valor presente como uma provisão, considerando as taxas históricas de cada período para o qual a provisão foi constituída. Com a adoção do ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares (IFRIC 1), a provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas deve refletir os efeitos de mudanças na taxa de desconto corrente de um período para outro.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A Companhia registrou em lucros acumulados o montante de R\$ 1.273 na data da transição, adotando a isenção de não movimentar a provisão quando a obrigação foi incorrida, de forma que o custo do ativo imobilizado reflita as variações no saldo da provisão.

e) Benefícios pós-aposentadoria

O saldo de ganhos e perdas atuariais não reconhecidos de benefícios pós-emprego em 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 566, foi registrado integralmente contra lucros acumulados na data de transição, adotando assim, a isenção prevista no CPC 37 (IFRS 1). Os ganhos ou perdas atuariais gerados após a data de transição serão reconhecidos no resultado pelo método do corredor.

f) Despesas e receitas diferidas

A Lei 11.941/09 extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo de 31 de dezembro de 2008, que continuará a ser amortizado, em até 10 anos, sujeito ao teste de *impairment*, o que foi adotado pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais, em consonância com o estabelecido pelo CPC 43.

De acordo com os IFRS gastos e ganhos pré-operacionais devem ser registrados como despesas e receitas, respectivamente, quando incorridos. Com a adoção dos IFRS, foi registrado nos lucros acumulados no consolidado o montante de R\$ 1.241.

g) Concessões de serviços públicos

A Companhia exerce o controle compartilhado sobre distribuidoras estaduais de gás que são consolidadas na proporção das participações da Petrobras no capital social das mesmas. Tais distribuidoras atuam sob regimes de concessão e suas atividades se enquadram nos requerimentos do ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12). Consequentemente, direitos apresentados como parte do ativo imobilizado dessas empresas, no montante de R\$ 575, passaram a ser tratados como ativos intangíveis.

h) Consolidação proporcional da CIESA

As demonstrações contábeis da CIESA, controlada em conjunto da Petrobras Energia S.A, não eram consolidadas em função de existência de restrições na capacidade da empresa de transferir recursos para seus investidores, conforme Instrução CVM 247/96. Na adoção do IFRS, essas demonstrações foram consolidadas proporcionalmente independentemente da existência dessa restrição, em atendimento ao CPC 19 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 31).

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

i) Custo atribuído

A Companhia não aplicou o custo atribuído (*deemed cost*) para valorização dos seus ativos imobilizados, em função dos valores contábeis não serem substancialmente diferentes dos seus respectivos valores justos, exceto para os ativos petroquímicos oriundos de investimentos em coligadas, cujo impacto de R\$ 97 foi reconhecido em 1º de janeiro de 2009 no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial.

j) Reclassificações

As seguintes reclassificações foram realizadas objetivando adequar a forma de apresentação da Companhia aos requerimentos dos IFRS:

- Adiantamentos a fornecedores que eram apresentados como parte dos estoques ou do imobilizado foram classificados para linhas especificas de adiantamentos, no ativo circulante e no não circulante:
- Imposto de renda diferido e contribuição social diferida que eram apresentados no ativo e
 passivo circulante foram reclassificados para o não circulante e, quando aplicável, estão
 apresentados por seus valores líquidos;
- Determinados saldos apresentados como parte do ativo diferido que atendiam aos critérios de reconhecimento em IFRS foram reclassificados para a linha de despesas antecipadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

3.2 Efeitos da adoção dos padrões internacionais nas demonstrações contábeis consolidadas

3.2.1 Balanço patrimonial consolidado

Ajustado aos IFRS em 01.01.2009	62.048	29.173	5.768	185.694	9.592		292.275	58.308	91.125	140.788	2.054	292.275
Reclassificações	(1.768)	6.813		(5.385)	575	(235)		(4.173)	4.173			
Outros		(1)	108	(62)			45	(541)	297	353	(64)	45
Impostos diferidos		686					686		26	611	352	686
Inclusão Consol. Proporcional da CIESA	289	117		278	1.014		1.698	465	841	45	347	1.698
Despesas e receitas diferidas	(48)		(188)			(3.235)	(3.471)		(1.004)	(1.241)	(1.226)	(3.471)
Benefícios pós-emprego			(14)				(14)		(572)	999	(8)	(14)
				109			109		(1.164)	1.273		109
Combinações Provisão para de negócios abandono			756				756		(09)	816		756
Conforme divulgado em 31.12.2008	63.575	21.255	5.106	190.754	8.003	3.470	292.163	62.557	88.588	138.365	2.653	292.163
	Ativo circulante	Ativo RLP	Investimentos	Imobilizado	Intangível	Diferido		Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimonio liquido atribuivel aos acionistas da Petrobras	rarucipação de acionistas não controladores	

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ajustado aos IFRS em 31.12,2009	74.374	54.923 5.772	227.079	8.271		350.419	55.161	128.363	164.317	2.578	350.419
Reclassificações	(2.627)	1.192	(5.790)	762	(137)		(2.196)	2.196			
Outros		91	(10)			81	(1.056)	(89)	156	1.049	81
Impostos diferidos	Oxy	609				629		805	(158)	12	629
Inclusão Consol. Proporcional da CIESA	327	91	173	683		1.274	383	616	21	254	1.274
Despesas e receitas diferidas		(180)	•		(2.229)	(2.409)		(947)	(951)	(511)	(2.409)
Benefícios pós-emprego		Ξ				(1)		(582)	286	(5)	(1)
Provisão para abandono			328			328		(106)	434		328
Combinações de negócios		2.714	(498)			2.216		(54)	2.270		2.216
Capitalização Combinações de custos de de negócios empréstimos			2.645	18		2.663			2.494	169	2.663
Conforme divulgado em 31.12.2009	76.674	3.148	230.231	808.9	2.366	345.608	58.030	126.503	159.465	1.610	345.608
	Ativo circulante	Ativo realizavei a longo prazo Investimentos	Imobilizado	Intangível	Diferido		Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Petrobras Participacão de acionistas não	controladores	

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

3.2.2 Demonstrações do resultado consolidado de 2009

	Conforme	Capitalização		Provisão		Despesas e	Inclusão Consol.			Ajustado aos
,	divulgado em 31.12.2009	de custos de empréstimos	Combinações de negócios	para abandono	Benefícios pós-emprego	receitas diferidas	Proporcional da CIESA	Impostos diferidos	Reclassificações e Outros	IFRS em 31.12.2009
Receita de vendas	182.710						367		(243)	182.834
Custo dos produtos e serviços vendidos	(109.037)	(32)	16	(23)		149	(197)		417	(108.707)
Lucro bruto	73.673	(32)	16	(23)		149	170		174	74.127
Despesas	(27.544)	(53)		(472)	(11)	152	(29)		(173)	(28.130)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e										
impostos	46.129	(85)	16	(495)	(11)	301	141		1	45.997
Resultado Financeiro	(2.838)	2.786		(345)		337	(94)		(6)	(162)
Resultado de participação em investimentos	(84)		16		13	∞			(17)	(65)
Participação de empregados e administradores	(1.495)									(1.495)
Lucro antes dos impostos	41.712	2.701	32	(840)	2	646	47		(25)	44.275
Imposto renda/contribuição social	(776.6)					183	(31)	(1.106)		(10.931)
Lucro líquido	31.735	2.701	32	(840)	2	829	16	(1.106)	(25)	33.344
Lucro líquido atribuível aos não controladores	(2.752)	(170)				(682)	(27)	338		(3.293)
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	28.983	2.531	32	(840)	7	147	(11)	(298)	(25)	30.051

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

3.2.3 Fluxo de caixa consolidado

	Conforme divulgado	Ajustado aos IFRS			
Lucro líquido	28.982	30.051			
Ajustes para reconciliar o lucro líquido	22.150	20.662			
Variação dos ativos e passivos	706	637			
Caixa gerado pelas atividades operacionais	51.838	51.350			
Caixa utilizado em atividades de investimento	(70.280)	(70.280)			
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	31.627	32.165			
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalente caixa	(278)	(300)			
Variação líquida de caixa do período	12.907	12.935			
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	15.889	16.099			
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	28.796	29.034			

2009

3.2.4 Efeitos da adoção dos padrões internacionais nas demonstrações contábeis individuais

	Patrimônio	Líquido	Lucro Líquido
	01/01/2009 (*)	31/12/2009	2009
Conforme divulgado	144.051	163.879	29.313
Capitalização de custos de empréstimos		2.494	2.532
Combinação de negócios	816	2.270	32
Benefícios pós aposentadoria	566	586	2
Provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas	1.273	434	(840)
Absorção de passivo a descoberto de subsidiária (**)	(3.961)	(3.584)	(527)
Impostos diferidos	309	(405)	(685)
Lucro na venda de produtos em estoques de subsidiárias e controladas (**)	(1.526)	(830)	195
Outros	198	177	(63)
Ajustado aos padrões internacionais de contabilidade (CPC)	141.726	165.021	29.959

^(*) Data da adoção inicial
(**) Conforme requerido pelo CPC18 – Investimento em Coligada e em Controlada.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

4 Base de consolidação

As demonstrações contábeis de subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e sociedades de propósito específico são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas com as políticas contábeis adotadas pela Petrobras.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital e reservas mantidas entre elas;
- dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas;
- das parcelas de resultados do exercício, do ativo circulante e não-circulante que correspondem a resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as empresas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Petrobras e das seguintes empresas:

a) Subsidiárias, controladas e controladas em conjunto

Substitúrias e controladas Pás Subscritos, bareginadas controladas Brasil 100,00 100,00 100,00 Braspetro Oil Services Company - Brasoil e suas controladas (ii) Ilbas Cayman 100,00 100,00 100,00 Petrobras International Braspetro Oil Services Company - Brasoil e suas controladas (ii) Ilbas Cayman 100,00 100,00 100,00 Petrobras International Braspetro Oil Services Company - PETRO e suas controladas (ii) (iii) Brasil 100,00 100,00 100,00 Petrobras International Erianec Company - PETRO e suas controladas (ii) (iii) Brasil 100,00 100,00 100,00 Petrobras International Finance Company - PETCO e suas controladas (ii) Brasil 100,00 100,00 100,00 Petrobras International Finance Company - PETCO e sua controlada Brasil 100,00 100,00 100,00 PETRO Eria Eria Eria Eria Eria Eria Eria Eria			Parti	cipação no capita	l - %
Petrolars Quimica S.A. Petroquis a suas controladas (i) Brasil Company Company			2010	2009	01.01.2009
Petrobras Química S.A Petroquisa e suas controladas (i) Brasil 100,00 100		País	integralizado e	integralizado e	integralizado e
Petrobras Distribuídora SA - BR e suas controladas (i) Brasil 100,00	Subsidiárias e controladas				
Braspetro Oil Services Company - Brasoil e suas controladas (ii) Ilhas Cayman 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 90,00 100,00	Petrobras Química S.A Petroquisa e suas controladas (i)	Brasil	100,00	100,00	100,00
Braspetro Oil Services Company - Brasoil e suas controladas (ii) Ilhas Cayman 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 90,00 100,00	The state of the s	Brasil	100,00	100,00	
Braspetro Oil Company - BOC e suas controladas (ii) Ilhas Cayman 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,90 90,000 100,000		Ilhas Cayman			
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda PBEN (iv) Brasil 100,00		•			
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda PEEN (iv) Brasil 100,00		•			
Petrobras Negócios Eletrónicos S.A E-Petro e sua controlada (i) (v) Brasil 100,00	•				
Petrobras Gás S.A Gaspetro e suas controladas (i) Brasil 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 99,99 90,000 100,00					
Petrobras International Finance Company - PitCo e suas controladas (ii) Ilhas Cayman 100,00 10					
Petrohars Transporte S.A Transporte sua controlada Brasil 10,000 100,000		Ilhas Cavman			
Petrobras Netherlands B.V PNBV e suas controladas (i) (ii) Holanda Holanda Holonda	1 2	•			
PetroPara Netherlands B.V PNBV e suas controladas (i) (ii) Holanda 100,00	•	Brasil	99,99		99,99
5283 Participações Ltda Brasil 100,00 100,00 100,00 Baixada Santista Energia Ltda. Brasil 100,00 100,00 100,00 Sociedade Fluminense de Energia Ltda SFE Brasil 100,00 100,00 100,00 Termoro S.A. Brasil 100,00 100,00 100,00 Termomaca Ltda. Brasil 100,00 100,00 100,00 Termomaca Comercializadora de Energia Ltda. Brasil 100,00 100,00 100,00 Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII Brasil 100,00 100,00 100,00 Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII Brasil 100,00 100,00 100,00 Fermobanka Securita Sec		Holanda	100,00	100,00	100,00
5283 Participações Ltda Brasil 100,00 100,00 100,00 Baixada Santista Energia Ltda. Brasil 100,00 100,00 100,00 Sociedade Fluminense de Energia Ltda SFE Brasil 100,00 100,00 100,00 Termoro S.A. Brasil 100,00 100,00 100,00 Termomaca Ltda. Brasil 100,00 100,00 100,00 Termomaca Comercializadora de Energia Ltda. Brasil 100,00 100,00 100,00 Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII Brasil 100,00 100,00 100,00 Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII Brasil 100,00 100,00 100,00 Fermobanka Securita Sec	FAFEN Energia S.A. e sua controlada	Brasil	100,00		100,00
Sociedade Fluminense de Energia Ltda SFE Brasil 100,00	· ·	Brasil			
Termorio S.A.	Baixada Santista Energia Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00
Permocear Ltda.	Sociedade Fluminense de Energia Ltda SFE	Brasil	100,00	100,00	100,00
Termomacaé Lda. Brasil 100,00 100,00 Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda. Brasil 100,00 100,00 Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda. Brasil 99,00 99,00 Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. Brasil 100,00 100,00 Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. Brasil 100,00 100,00 Termobahia S.A. Brasil 100,00 100,00 100,00 Refinaria Abreu e Lima S.A. (vi) Brasil 100,00 100,00 100,00 Cordoba Financial Services Gmbh - CFS e sua controlada (ii) Austria 100,00 100,00 100,00 Compania Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A CLEP Brasil 100,00 100,00 100,00 Comperj Participações S.A. Brasil 100,00			100,00	100,00	100,00
Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda. Brasil 100,00 100,00 99,00 99,00 99,00 99,00 100					
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII					
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. Brasil 100,00 100,00 Termobahia S.A. Brasil 98,85 98,85 Petrobraba Biocombustível S.A. (i) Brasil 100,00 100,00 Refinaria Abreu e Lima S.A. (vi) Brasil 100,00 100,00 Cordoba Financial Services Gmbh - CFS e sua controlada (ii) Austria 100,00 100,00 Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A CLEP Brasil 100,00 100,00 Comperj Participações S.A. Brasil 100,00 100,00 Comperj Petroquimicos Básicos S.A. Brasil 100,00 100,00 Rejistirica S.A. Brasil 100,00 100,00 Lomperj Petroq					
Termobahia S.A. Brasil 98,85 98,85 Petrobras Biocombustível S.A. (i) Brasil 100,00 100,00 Refinaria Abreu e Lima S.A. (vi) Brasil 100,00 100,00 Cordoba Financial Services Gmbh - CFS e sua controlada (ii) Austria 100,00 100,00 Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A CLEP Brasil 100,00 100,00 Comper Participações S.A. Brasil 100,00 100,00 Comper Petroquimicos Básicos S.A. Brasil 100,00 100,00 Comper Petroguimicos Básicos S.A. 100,00 100,00 100,00 Brasil 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00 <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>					
Petrobras Biocombustível S.A. (i)					
Refinaria Abreu e Lima S.A. (vi) Brasil 100,00 100,00 100,00 Cordoba Financial Services Gmbh - CFS e sua controlada (ii) Austria 100,00 100,00 100,00 Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A CLEP Brasil 100,00 100,00 Comperj Participações S.A. Brasil 100,00 100,00 Comperj Petroquimicos Básicos S.A. Brasil 100,00 100,00 Comperj Estirênicos S.A. Brasil 100,00 100,00 Comperj Estirênicos S.A. Brasil 100,00 100,00 Comperj Poliolefinas S.A. Brasil 100,00 100,00 Breitener Energética S.A. Brasil 100,00 100,00 Breitener Energética S.A. e sua controlada (vii) Brasil 100,00 100,00 NovaMarlim Participações S.A. e sua controlada (vii) Brasil 43,43 100,00 NovaMarlim Participações S.A. e sua controlada (vii) Brasil 10,00 10,00 Novama Asfalto S.A. (ix) Brasil 10,00 10,00 Ontroladas em conjunto (viii) Brasil 50,00 </td <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>					
Cordoba Financial Services Gmbh - CFS e sua controlada (ii) Austria 100,00 100,00 Companhia Locadora de Equipamentos Petroliferos S.A CLEP Brasil 100,00 100,00 Comperj Patricipações S.A. Brasil 100,00 100,00 Comperj Petroquimicos Básicos S.A. Brasil 100,00 100,00 Comperj PET S.A. Brasil 100,00 100,00 Comperj MEG S.A. Brasil 100,00 100,00 Comperj Poliolefinas S.A. Brasil 100,00 100,00 Breitener Energética S.A. Brasil 100,00 100,00 Cayman Cabiunas Investiment CO. (ii) Ilhas Cayman 100,00 100,00 Marlim Participações S.A. e sua controlada (vii) Brasil 5,00 30,00 30,00 NovaMarlim Participações S.A. e sua controlada (vii) Brasil 100,00 100,00 Ipiranga Asfalto S.A. (ix) Brasil 10,00 10,00 Ipiranga Asfalto S.A. (ix) Brasil 10,00 10,00 ONT do Nordeste Ltda. Brasil 50,00 50,00 GNL do					
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A CLEP Brasil 100,00 100,00 Comperj Patricipações S.A. Brasil 100,00 100,00 Comperj PET S.A. Brasil 100,00 100,00 Comperj PET S.A. Brasil 100,00 100,00 Comperj Betirênicos S.A. Brasil 100,00 100,00 Comperj Poliolefinas S.A. Brasil 100,00 100,00 Comperj Poliolefinas S.A. Brasil 100,00 100,00 Breitener Energética S.A. Brasil 65,00 30,00 30,00 Cayman Cabiunas Investiment CO. (ii) Ilhas Cayman 100,00 100,00 NovaMarlim Participações S.A. e sua controlada (vii) Brasil 43,43 100,00 Ipiranga Asfalto S.A. (ix) Brasil 100,00 100,00 Ipiranga Asfalto S.A. (ix) Brasil 10,00 100,00 Ipiranga Asfalto S.A. (ix) Brasil 50,00 50,00 Ibiriterno S.A. Brasil 50,00 50,00 50,00 GNL do Nordeste Ltda. Brasil					
Comperj Petroquimicos Básicos S.A. Brasil 100,00		Brasil			
Comper PET S.A.	Comperj Participações S.A.	Brasil	100,00	100,00	
Comper Estirênicos S.A. Brasil 100,00 100,00 Comperi MEG S.A. Brasil 100,00 100,00 Comperi Poliolefinas S.A. Brasil 100,00 100,00 Breitener Energética S.A. Brasil 65,00 30,00 30,00 Brasil Participações S.A. e sua controlada (vii) Brasil 100,00 100,00 NovaMarlim Participações S.A. e sua controlada (vii) Brasil 43,43 100,00 Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda (ix) Brasil - 100,00 Ipiranga Asfalto S.A. (ix) Brasil 10,00 100,00 Controladas em conjunto (viii) Brasil 50,00 50,00 Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. Brasil 50,00 50,00 GNL do Nordeste Ltda. Brasil 50,00 50,00 Ibiritermo S.A. Brasil 76,87 76,87 74,80 Participações em Complexos Bioenergéticos S.A PC BIOS Brasil 50,00 50,00 50,00 PMCC Projetos de Transporte de Alcool S.A. Brasil 49,00 33,33 33,33	Comperj Petroquimicos Básicos S.A.	Brasil	100,00	100,00	
Comper MEG S.A. Brasil 100,00 100,00 Comperi Poliolefinas S.A. Brasil 100,00 100,00 Breitener Energética S.A. Brasil 65,00 30,00 30,00 Cayman Cabiunas Investiment CO. (ii) Ilhas Cayman 100,00 100,00 100,00 Marlim Participações S.A. e sua controlada (vii) Brasil 43,43 100,00 NovaMarlim Participações S.A. e sua controlada (vii) Brasil 43,43 100,00 Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda (ix) Brasil 100,00 100,00 Ipiranga Asfalto S.A. (ix) Brasil 10,00 10,00 Ipiranga Asfalto S.A. (ix) Brasil 10,00 10,00 GNL do Nordeste Ltda. Brasil 50,00 50,00 50,00 GNL do Nordeste Ltda. Brasil 50,00 50,00 50,00 Ibiriterno S.A. Brasil 76,87 76,87 74,80 Participações em Complexos Bioenergéticos S.A PC BIOS Brasil 50,00 50,00 50,00 PMCC Projetos de Transporte de Alcool S.A. Brasil<	1 3		100,00	100,00	
Comperj Poliolefinas S.A. Brasil 100,00 100,00 30,00					
Breitener Energética S.A. Brasil 65,00 30,00 30,00 Cayman Cabiunas Investiment CO. (ii) Ilhas Cayman 100,00 100,00 Marlim Participações S.A. e sua controlada (vii) Brasil 100,00 NovaMarlim Participações S.A. e sua controlada (vii) Brasil 43,43 Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda (ix) Brasil 0 100,00 Ipiranga Asfalto S.A. (ix) Brasil 10,00 10,00 Controladas em conjunto (viii) 5 5 100,00 Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. Brasil 50,00 50,00 50,00 GNL do Nordeste Ltda. Brasil 50,00 50,00 50,00 Ibiritermo S.A. Brasil 76,87 76,87 74,80 Participações em Complexos Bioenergéticos S.A PC BIOS Brasil 50,00 50,00 50,00 PMC Projetos de Transporte de Alcool S.A. Brasil 49,00 33,33 33,33 Brasil PCH S.A. Brasil 49,00 42,33 42,33 Brasil pCH S.A. Brasil 49,00					
Cayman Cabiunas Investiment CO. (ii) Ilhas Cayman 100,00 Marlim Participações S.A. e sua controlada (vii) Brasil 100,00 NovaMarlim Participações S.A. e sua controlada (vii) Brasil 43,43 Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda (ix) Brasil 0 100,00 Ipiranga Asfalto S.A. (ix) Brasil 1 0 100,00 Controladas em conjunto (viii) 8 10,00 10,00 10,00 GNL do Nordeste Ltda. Brasil 50,00 50,00 50,00 GNL do Nordeste Ltda. Brasil 50,00 50,00 50,00 Ibiritermo S.A. Brasil 76,87 76,87 74,80 Participações em Complexos Bioenergéticos S.A PC BIOS Brasil 50,00 50,00 50,00 PMC Projetos de Transporte de Alcool S.A. Brasil 49,00 33,33 33,33 Brasil CH S.A. Brasil 49,00 42,33 42,33 Brasil PCH S.A. Brasil 49,00 42,33 42,33 Brasympe Energia S.A. Brasil 20,00					
Marlim Participações S.A. e sua controlada (vii) Brasil 100,00 NovaMarlim Participações S.A. e sua controlada (vii) Brasil 43,43 Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda (ix) Brasil 100,00 Ipiranga Asfalto S.A. (ix) Brasil 100,00 Controladas em conjunto (viii) V Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. Brasil 50,00 50,00 50,00 GNL do Nordeste Ltda. Brasil 50,00 50,00 50,00 Ibiriterno S.A. Brasil 76,87 74,80 Participações em Complexos Bioenergéticos S.A PC BIOS Brasil 50,00 50,00 PMCC Projetos de Transporte de Alcool S.A. Brasil 49,00 33,33 33,33 Brasil CH S.A. Brasil 49,00 42,33 42,33 Brasil PCH S.A. Brasil 49,00 42,33 42,33 Brasympe Energia S.A. Brasil 20,00 20,00 20,00	8			30,00	30,00
NovaMarlim Participações S.A. e sua controlada (vii) Brasil 43,43 Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda (ix) Brasil 100,00 Ipiraga Asfalto S.A. (ix) Brasil 100,00 Controladas em conjunto (viii) *** *** Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. Brasil 10,00 10,00 50,00 GNL do Nordeste Ltda. Brasil 50,00 50,00 50,00 Ibiriterno S.A. Brasil 50,00 50,00 50,00 Termoaçu S.A. Brasil 76,87 76,87 74,80 Participações em Complexos Bioenergéticos S.A PC BIOS Brasil 50,00 50,00 50,00 PMC Projetos de Transporte de Alcool S.A. Brasil 49,00 33,33 33,33 Brasil CH S.A. Brasil 49,00 30,00 30,00 Brasil PCH S.A. Brasil 49,00 42,33 42,33 Brasympe Energia S.A. Brasil 20,00 20,00 20,00	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •		100,00	100.00	
Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda (ix) Brasil 100,00 Ipiranga Asfalto S.A. (ix) Brasil 100,00 Controladas em conjunto (viii) Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. Brasil 10,00 10,00 10,00 GNL do Nordeste Ltda. Brasil 50,00 50,00 50,00 Ibiritermo S.A. Brasil 50,00 50,00 50,00 Termoaçu S.A. Brasil 76,87 76,87 74,80 Participações em Complexos Bioenergéticos S.A PC BIOS Brasil 50,00 50,00 50,00 PMCC Projetos de Transporte de Alcool S.A. Brasil 49,00 33,33 33,33 Brentech Energia S.A. Brasil 30,00 30,00 30,00 Brasil PCH S.A. Brasil 49,00 42,33 42,33 Brasympe Energia S.A. Brasil 49,00 20,00 20,00					
Ipiranga Asfalto S.A. (ix) Brasil I0,000				43,43	100.00
Controladas em conjunto (viii) Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. Brasil 10,00 10,00 50,00 GNL do Nordeste Ltda. Brasil 50,00 50,00 50,00 Ibiritermo S.A. Brasil 50,00 50,00 50,00 Termoaçu S.A. Brasil 76,87 76,87 74,80 Participações em Complexos Bioenergéticos S.A PC BIOS Brasil 50,00 50,00 50,00 PMCC Projetos de Transporte de Alcool S.A. Brasil 49,00 33,33 33,33 Brentech Energia S.A. Brasil 30,00 30,00 30,00 Brasil PCH S.A. Brasil 49,00 42,33 42,33 Brasympe Energia S.A. Brasil 20,00 20,00 20,00					
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. Brasil 10,00 10,00 GNL do Nordeste Ltda. Brasil 50,00 50,00 50,00 Ibiritermo S.A. Brasil 50,00 50,00 50,00 Termoaçu S.A. Brasil 76,87 74,80 Participações em Complexos Bioenergéticos S.A PC BIOS Brasil 50,00 50,00 PMCC Projetos de Transporte de Alcool S.A. Brasil 49,00 33,33 33,33 Brentech Energia S.A. Brasil 49,00 42,33 42,33 Brasil PCH S.A. Brasil 49,00 42,33 42,33 Brasympe Energia S.A. Brasil 20,00 20,00 20,00		Diasii			100,00
GNL do Nordeste Ltda. Brasil 50,00 50,00 50,00 Ibiritermo S.A. Brasil 50,00 50,00 50,00 Termoaçu S.A. Brasil 76,87 76,87 74,80 Participações em Complexos Bioenergéticos S.A PC BIOS Brasil 50,00 50,00 50,00 PMCC Projetos de Transporte de Alcool S.A. Brasil 49,00 33,33 33,33 Brentech Energia S.A. Brasil 30,00 30,00 30,00 Brasil PCH S.A. Brasil 49,00 42,33 42,33 Brasympe Energia S.A. Brasil 20,00 20,00 20,00	* ' '				
Ibiritermo S.A. Brasil 50,00 50,00 50,00 Termoaçu S.A. Brasil 76,87 76,87 74,80 Participações em Complexos Bioenergéticos S.A PC BIOS Brasil 50,00 50,00 50,00 PMCC Projetos de Transporte de Alcool S.A. Brasil 49,00 33,33 33,33 Brentech Energia S.A. Brasil 30,00 30,00 30,00 Brasil PCH S.A. Brasil 49,00 42,33 42,33 Brasympe Energia S.A. Brasil 20,00 20,00 20,00					
Termoaçu S.A. Brasil 76,87 76,87 74,80 Participações em Complexos Bioenergéticos S.A PC BIOS Brasil 50,00 50,00 50,00 PMC Projetos de Transporte de Alcool S.A. Brasil 49,00 33,33 33,33 Brentech Energia S.A. Brasil 30,00 30,00 30,00 Brasil PCH S.A. Brasil 49,00 42,33 42,33 Brasympe Energia S.A. Brasil 20,00 20,00 20,00					
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A PC BIOS Brasil 50,00 50,00 50,00 PMCC Projetos de Transporte de Alcool S.A. Brasil 49,00 33,33 33,33 Brentech Energia S.A. Brasil 30,00 30,00 30,00 Brasil PCH S.A. Brasil 49,00 42,33 42,33 Brasympe Energia S.A. Brasil 20,00 20,00 20,00					
PMCC Projetos de Transporte de Alcool S.A. Brasil 49,00 33,33 33,33 Brentech Energia S.A. Brasil 30,00 30,00 30,00 Brasil PCH S.A. Brasil 49,00 42,33 42,33 Brasympe Energia S.A. Brasil 20,00 20,00 20,00	,				
Brentech Energia S.A. Brasil 30,00 30,00 30,00 Brasil PCH S.A. Brasil 49,00 42,33 42,33 Brasympe Energia S.A. Brasil 20,00 20,00 20,00					
Brasil PCH S.A. Brasil 49,00 42,33 42,33 Brasympe Energia S.A. Brasil 20,00 20,00 20,00					
Brasympe Energia S.A. Brasil 20,00 20,00 20,00					
Cia Engratica Managara S A Descrit 40.00 40.00 40.00	• • •				
Cia Energética Manauara S.A. Brasil 40,00 40,00 40,00 Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. Brasil 33,20 33,20	č				40,00
	•			33,20	
Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. Brasil 49,00 Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. Brasil 51,00					
Eolica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. Brasil 49,00					
Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. Brasil 49,00					

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

- (i) Empresas com participação em controladas em conjunto.
- (ii) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moeda estrangeira.
- (iii) Participação de 11,45% em 2010 (20,13% em 2009) da 5283 Participações Ltda.
- (iv) Participação de 0,09% da Petrobras Gás S. A. Gaspetro.
- (v) Participação de 0,05% da Downstream.
- (vi) Participação de 0,01% da Downstream .
- (vii) Empresas incorporadas em 2010 na Petróleo Brasileiro S.A.
- (viii) Empresas com administração compartilhada, consolidadas na proporção das participações no capital social, exceto a Ibiritermo cujas atividades são controladas pela Petrobras, portanto é consolidada integralmente..
- (ix) Empresas aportadas em 2009 na Petrobras Distribuidora.

b) Sociedades de propósitos específicos - SPE

Sociedades de Propósitos Específicos - SPE	País	Atividade principal
Albacora Japão Petróleo Ltda.	Brasil	Exploração e Produção
Charter Development LLC – CDC (i)	E.U.A	Exploração e Produção
Companhia de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais – CDMPI	Brasil	Refino
Companhia de Recuperação Secundária S.A. – CRSEC	Brasil	Exploração e Produção
Gasene Participações Ltda.	Brasil	Logística
Nova Transportadora do Nordeste S.A. – NTN	Brasil	Logística
Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS	Brasil	Logística
PDET Offshore S.A.	Brasil	Exploração e Produção
Companhia Mexilhão do Brasil	Brasil	Exploração e Produção
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-padronizados do Sistema Petrobras	Brasil	Corporativo

⁽i) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moeda estrangeira.

4.1 Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do consolidado com o da controladora

	P	atrimônio líquid	0	Lucro	líquido
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	2010	2009
Consolidado - IFRS	310.225	166.895	142.842	35.901	33.344
Patrimônio de acionistas não controladores	(3.459)	(2.578)	(2.054)	(712)	(3.293)
Despesas diferidas líquidas de IR	551	704	938	(153)	(92)
Controladora ajustado aos padrões internacionais de contabilidade (CPC)	307.317	165.021	141.726	35.036	29.959

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

5 Sumário das principais políticas contábeis

5.1 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita de vendas compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos e encargos sobre vendas. A receita de vendas de petróleo bruto e seus derivados é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de venda de serviços de fretes e outros é reconhecida em função de sua realização. Os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

5.2 Ativos e passivos financeiros

5.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por aplicações de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em até três meses da data de aquisição.

5.2.2 Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários no reconhecimento inicial, com base nas estratégias da Administração para esses títulos, sob as seguintes categorias:

- Os títulos para negociação são mensurados ao valor justo. Os juros e atualização monetária e a variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado quando incorridos.
- Os títulos disponíveis para venda são mensurados ao valor justo. Os juros e atualização monetária são registrados no resultado, quando incorridos, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registradas em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, sendo transferidos para o resultado do exercício, quando de sua liquidação.
- Os títulos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo de aquisição, acrescidos por juros e atualização monetária que são registrados no resultado quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

5.2.3 Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor da contraprestação a ser recebida e subsequentemente pelo custo amortizado, sendo deduzidos das perdas em crédito de liquidação duvidosa.

5.2.4 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva.

5.2.5 Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, e são mensurados pelo valor justo.

Nas operações com derivativos, para proteção das variações nos preços de petróleo e derivados e de moeda, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados no resultado financeiro.

Para as operações de *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, até a sua liquidação.

5.2.6 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Os gastos com a emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como contribuição adicional de capital, líquido de efeitos tributários.

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias e vice-versa.

Os dividendos mínimos obrigatórios atendem aos limites definidos no estatuto da Companhia e são reconhecidos como passivo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

5.3 Estoques

Os estoques estão demonstrados da seguinte forma:

- As matérias-primas compreendem principalmente os estoques de petróleo, que estão demonstrados pelo valor médio dos custos de importação e de produção, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização;
- Os derivados de petróleo e álcool estão demonstrados ao custo médio de refino ou de compra, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização;
- Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra que não excede ao de reposição e as importações em andamento demonstradas ao custo identificado.

5.4 Investimentos societários

São avaliados pelo método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas, controladas em conjunto e também em coligadas, nos quais a administração tenha influência significativa, e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

5.5 Combinação de negócios e goodwill

Os ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios são contabilizados em consonância com o método de aquisição, sendo reconhecidos pelos seus respectivos valores justos. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos adquiridos, líquidos) é reconhecido como *goodwill* no ativo intangível. Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, é reconhecido um ganho na demonstração de resultado.

5.6 Imobilizado

Mensuração

Estão demonstrados pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representam os custos para colocar o ativo em condições de operação, corrigidos monetariamente durante períodos hiperinflacionários, deduzido da depreciação acumulada e perdas por *impairment*. Os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, decorrentes de operações que transfiram os benefícios, riscos e controles desses bens, estão demonstrados pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os custos incorridos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás são contabilizados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos. Esse método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e geofísica sejam contabilizados como despesas no período em que são incorridos e os custos com poços exploratórios secos e os vinculados às reservas não comerciais sejam registrados no resultado quando são identificados como tal.

Os gastos relevantes com manutenção das unidades industriais e dos navios, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam diretamente atribuíveis a aquisição ou construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os custos de empréstimos que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base numa taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas ou pelo método de unidades produzidas dos respectivos ativos.

Depreciação

Os equipamentos e instalações relacionados com a produção de petróleo e gás cativos aos respectivos poços desenvolvidos são depreciados de acordo com o volume de produção mensal em relação às reservas provadas e desenvolvidas de cada campo produtor. Para os ativos com vida útil menor do que a vida do campo ou que são vinculados a campos com diversas fases de desenvolvimento da produção é utilizado o método linear.

As paradas para manutenção ocorrem em períodos programados em média de 4 anos, e os respectivos gastos são depreciados como custo da produção até o início da parada seguinte.

Os terrenos não são depreciados. Os demais bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas seguintes vidas úteis estimadas:

Classe de ativos	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	25 anos (25-40 anos)
Equipamentos e outros bens	20 anos (3-31 anos)

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A Companhia revisou a vida útil econômica dos equipamentos e outros bens, tendo como base laudos de avaliadores externos, conforme a seguir.

	Tempo de vi	da útil médio
Classes de ativos	Antigo	Novo
Equipamentos de sistemas óticos	7 anos	20 anos
Equipamentos e instalações de distribuições	10 anos	14 anos
Equipamentos e conjuntos industriais de refino	10 anos	20 anos
Equipamentos e conjuntos industriais de fertilizantes	10 anos	22 anos
Tanques de armazenamento	10 anos	26 anos
Dutos	10 anos	31 anos
Plataformas	16 anos	17 anos
Plantas termoelétricas	20 anos	23 anos
Navios	20 anos	25 anos

Os efeitos da alteração das estimativas de vida útil desses ativos foram reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2010, portanto, a depreciação no exercício de 2010 foi reduzida em R\$ 1.273 (R\$ 847 na Controladora).

5.7 Intangíveis

Estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por *impairment*. São compostos por direitos e concessões que incluem, principalmente, bônus de assinatura pagos pela obtenção de concessões para exploração de petróleo ou gás natural, cessão onerosa de direitos de exploração em blocos da área do pré-sal, concessões de serviços públicos, além de marcas e patentes, softwares e ágio por expectativa de rentabilidade futura *goodwill* decorrente de aquisição de participação com controle (controladas e controladas em conjunto). O ágio decorrente de aquisição de participação em coligadas é apresentado no investimento.

Os bônus de assinatura e a cessão onerosa são amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas totais, enquanto que os demais intangíveis são amortizados linearmente pela vida útil estimada.

5.8 Diferido

A Companhia manteve o saldo do ativo diferido de 31 de dezembro de 2008 no individual, que continuará a ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de redução ao valor recuperável de ativos *impairment*, em conformidade com a Lei 11.941/09.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

5.9 Redução ao valor recuperável – Impairment

A Companhia avalia os ativos do imobilizado, do intangível com vida útil definida e do diferido (individual) quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis. Os ativos vinculados a exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são revisados anualmente, campo a campo, para identificação de possíveis perdas na recuperação, com base no fluxo de caixa futuro estimado.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura.

5.10 Arrendamentos mercantis

As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo como arrendamentos mercantis financeiros. Nos casos em que a Companhia é arrendadora, esses contratos são reconhecidos como recebíveis no ativo. Os demais contratos de arrendamentos são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

5.11 Abandono de poços e desmantelamento de áreas

A obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção está contabilizada pelo seu valor presente, descontada a uma taxa livre de risco, sendo registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão, registrada no passivo, que suportará tais gastos. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras.

5.12 Imposto de renda e contribuição social

Esses tributos são calculados e registrados com base nas alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social sobre o lucro tributável. Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07. Os impostos sobre diferenças temporárias, geradas pela adoção da nova lei societária, foram registrados como impostos e contribuições diferidos ativos e passivos.

5.13 Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são incluídos ou excluídos, respectivamente, na determinação do compromisso atuarial líquido e são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos de acordo com o método corredor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A Companhia também contribui para os planos nacionais de pensão e de seguridade social das subsidiárias internacionais, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

5.14 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais para investimentos são reconhecidas como receita ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática, aplicandose na Petrobras da seguinte forma:

- Subvenções com reinvestimentos: na mesma proporção da depreciação do bem, e
- Subvenções diretas relacionadas ao lucro da exploração: diretamente no resultado.

Os valores apropriados no resultado serão destinados à reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

5.15 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

O processo de convergência das políticas contábeis no Brasil às normas internacionais prevê a adoção de diversas normas, emendas às normas e interpretações do IFRS, emitidas pelo IASB, que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, conforme a seguir:

Normas	Descrição	Vigência a partir de exercícios iniciados em ou após:
Emenda ao IAS 32	Classificação de Emissão de Direitos" (<i>Classification of Rights Issues</i>). Aplicável quando uma empresa emite de maneira pro rata a todos os seus acionistas de uma determinada classe, um ou mais direitos de compra de um número fixo de ações adicionais.	1° de fevereiro de 2010
Emenda ao IFRIC 14	"Pré pagamentos de Requerimentos de Aportes Mínimos" (<i>Prepayments of a Minimum Funding Requirement</i>), relativos a planos de benefício definido.	1º de janeiro de 2011
Emenda ao IFRS 7	"Divulgações: Transferências de Ativos Financeiros" (Disclosures: Transfers of Financial Assets)	1° de julho de 2011
Emenda ao IAS 12	"Impostos Diferidos: Recuperação de Ativos Subjacentes" (Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets), que estabelece critérios para apuração da base fiscal de um ativo.	1º de janeiro de 2012
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros" (<i>Financial Instruments</i>). Introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e deverá substituir também os requerimentos do IAS 39 para alienação e <i>impairment</i> de instrumentos financeiros e, contabilização de hedges.	1º de janeiro de 2013

A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas em suas demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

6 Caixa e equivalentes de caixa

		Consolidado			Controladora	
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Caixa e bancos	3.434	2.854	2.622	437	646	394
Aplicações financeiras						
- No País						
Fundos de investimentos DI	12.797	11.921	3.140	10.119	8.429	8
Outros fundos de investimentos	749	7.202	3.732	325	3.556	6.424
	13.546	19.123	6.872	10.444	11.985	6.432
- No Exterior	13.343	7.057	6.605	9.114	4.167	4.442
Total das aplicações financeiras	26.889	26.180	13.477	19.558	16.152	10.874
Total de caixa e equivalentes de caixa	30.323	29.034	16.099	19.995	16.798	11.268

As aplicações financeiras no país são representadas por fundos de investimentos cujos recursos estão aplicados em títulos públicos federais e aplicações em quotas do fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) do Sistema Petrobras.

As aplicações no exterior são compostas de *time deposits* com prazos de até 3 meses e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo, realizadas com instituições de primeira linha.

7 Títulos e valores mobiliários

		Consolidado			Controladora			
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009		
Disponíveis para venda	5.303	4.468	3.773	5.125	4.171	3.589		
Para negociação	25.651		132	25.588				
Mantidos até o vencimento	271	295	450	7.767	1.727	9		
	31.225	4.763	4.355	38.480	5.898	3.598		
Circulante	26.017	124	289	33.731	1.718			
Não circulante	5.208	4.639	4.066	4.749	4.180	3.598		

Os títulos disponíveis para venda incluem Notas do Tesouro Nacional – Série B no valor de R\$ 4.952 (R\$ 4.711 na Controladora) em 31 de dezembro de 2010, indexadas ao IPCA, com pagamento de cupons semestrais de 6% a.a. e vencimentos em 2024 e 2035, e estão apresentadas no ativo não circulante. Parte dessas NTN-B foi dada em garantia à Petros em 2008, após assinatura do Termo de Compromisso Financeiro, conforme descrito na Nota 22.

Os títulos para negociação referem-se principalmente a investimentos em títulos governamentais com prazos de vencimentos superiores a 90 dias e estão apresentados no ativo circulante considerando a expectativa de realização no curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os títulos mantidos até o vencimento na Controladora incluem investimentos no FIDC-NP relativo a direitos creditórios não performados de suas atividades operacionais no valor de R\$ 7.758 em 31 de dezembro de 2010 e estão apresentados no ativo circulante.

8 Contas a receber

8.1 Contas a receber, líquidas

	Consolidado			Controladora			
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	
						_	
Clientes							
Terceiros	17.555	13.600	13.329	3.199	2.187	3.551	
Partes relacionadas (11.1)	2.722	2.646	2.214	40.473 (*)	58.503 (*)	104.148	
Outras	4.729	3.646	3.571	2.732	2.202	1.588	
	25.006	19.892	19.114	46.404	62.892	109.287	
	(2.71.6)	(2.5.12)	(2.01.1)	(4.55)	(20.5)	(201)	
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(2.716)	(2.542)	(2.814)	(466)	(306)	(291)	
	22,290	17.350	16.300	45.938	62.586	108.996	
Menos: contas a receber não circulante, líquidas	(4.956)	(3.288)	(1.331)	(29.760)	(49.742)	(91.626)	
Contas a receber a curto prazo, líquidas	17.334	14.062	14.969	16.178	12.844	17.370	

^(*) Não contempla os saldos de dividendos a receber de R\$ 1.523.em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 780 em 31 de dezembro de 2009), ressarcimentos a receber de R\$ 447 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 1.511 em 31 de dezembro de 2009) e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de R\$ 7.768 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 4.678 em 31 de dezembro de 2009).

8.2 Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa

	Conso	lidado	Controladora		
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	
Saldo inicial do exercício	2.542	2.814	306	291	
Adições (*)	380	246	169	37	
Baixas (*)	(206)	(518)	(9)	(22)	
Saldo em 31 de dezembro	2.716	2.542	466	306	
Circulante	1.750	1.546	466	306	
Não circulante	966	996			

^(*) Inclui variação cambial sobre perdas em créditos de liquidação duvidosa constituída em empresas no exterior.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

8.3 Contas a receber vencidos

	Consolidado	Controladora		
Até 3 meses	905	500		
De 3 a 6 meses	229	56		
De 6 a 12 meses	352	41		
Acima de 12 meses	3.128	571		

31.12.2010

9 Estoques

	Consolidado			Controladora			
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	
Produtos:							
Derivados de petróleo (*)	6.274	5.746	5.551	4.957	4.052	3.993	
Álcool (*)	522	472	594	123	237	281	
	6.796	6.218	6.145	5.080	4.289	4.274	
Matérias-primas, principalmente petróleo bruto (*)	9.547	9.724	8.309	7.300	7.261	5.298	
Materiais e suprimentos para manutenção (*)	3.292	3.295	3.340	2.864	2.880	2.865	
Outros	272	249	710	14	33	105	
	19.907	19.486	18.504	15.258	14.463	12.542	
Circulante	19.816	19.448	18.391	15.199	14.437	12.429	
Não circulante	91	38	113	59	26	113	

^(*) Inclui importações em andamento.

10 Contas petróleo e álcool – STN

Visando concluir o encontro de contas com a União, de acordo com o previsto na Medida Provisória nº 2.181, de 24 de agosto de 2001, a Petrobras, após ter prestado todas as informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN está buscando equalizar as divergências ainda existentes entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta é de R\$ 822 poderá ser quitado pela União por meio da emissão de títulos do Tesouro Nacional, de valor igual ao saldo final do encontro de contas ou mediante compensação com outros montantes que a Petrobras porventura estiver devendo ao Governo Federal, na época, inclusive os relativos a tributos ou uma combinação das operações anteriores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

11 Partes relacionadas

As operações comerciais da Petrobras com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As operações de mútuo são realizadas de acordo com as condições de mercado e legislação aplicável.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não eram esperadas perdas na realização destas contas a receber.

11.1 Ativo

	CONTROLADORA							
	ATIVO CIRC	ULANTE	ATIVO NÃO CIRCULANTE					_
	Contas a Receber, principalmente por vendas	Dividendos a Receber	Adiantamento para aumento de capital	Valores vinculados à construção de gasoduto	Operações de mútuo	Outras Operações	Ressarcimento a Receber	TOTAL DO ATIVO
CONTROLADAS (*)								
BR Distribuidora	1.568	334			141			2.043
Gaspetro	1.080	289	340	811				2.520
PifCo	3.189					4		3.193
Downstream	207				183			390
Transpetro	281	128						409
PIB-BV Holanda	264				551	58		873
Brasoil					26.603	7		26.610
BOC					30	1		31
Petrobras Comercializadora Energia Ltda	65	45						110
Petrobras Biocombustível S.A.	66		103					169
Breitner Energética					353			353
Termoelétricas	119	11	14		224			368
Refinaria Abreu e Lima	473							473
Cayman Cabiunas Investment	18						275	293
Cia Locadora de Equipamentos Petrolíferos		542						542
Demais Controladas	160	112	8			7		287
	7.490	1.461	465	811	28.085	77	275	38.664
SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO								
Nova Transportadora do Nordeste - NTN	481						72	553
Nova Transportadora do Sudeste - NTS	468						35	503
PDET Off Shore							65	65
Demais SPE's	994						172	1,166
COLIGADAS	232		3				1/2	297
31/12/2010	8.716	1.523	468	811	28.085	77	447	40.127
31/12/2009	7.790	780	295	973	47.837	78	1.511	59.264

^(*) Inclui suas controladas e grupo de controladas em conjunto

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Taxas dos Mútuos Ativos							
Indexador	31.12.2010	31.12.2009					
TJLP + 5% a.a.	26	49					
LIBOR + 1 a 3% a.a.	24.174	44.798					
1,70% a.a.	183	224					
101% do CDI	115	171					
14,5% a.a.	78	77					
IGPM + 6% a.a.	146	146					
Outras Taxas	3.363	2.372					
	28.085	47.837					

Gasoduto Bolívia-Brasil

O Gasoduto Bolívia-Brasil, no território boliviano, é de propriedade da empresa Gás Transboliviano S.A. (GTB), tendo a Gaspetro participação minoritária (11%) no capital desta Companhia.

Para construção do trecho boliviano, foi firmado um contrato com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), posteriormente repassado à GTB, por empreitada global *turn key*, no valor de US\$ 350 milhões, que está sendo liquidado em 12 anos, desde janeiro de 2000, através do fornecimento de serviços de transporte.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo dos direitos ao fornecimento futuro, por conta do custo incorrido na obra, até aquela data, acrescidos de juros de 10,7% a.a., é de R\$ 252 (R\$ 339 em 31 de dezembro de 2009), sendo R\$ 149 classificados no ativo realizável a longo prazo como adiantamento a fornecedores (R\$ 231 em 31 de dezembro de 2009), que inclui o valor de R\$ 94 (R\$ 102 em 31 de dezembro de 2009) relacionado à aquisição antecipada do direito de transportar 6 milhões de metros cúbicos de gás pelo prazo de 40 anos (TCO - *Transportation Capacity Option*).

A titularidade do gasoduto no trecho brasileiro é da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), controlada da Gaspetro. Em 31 de dezembro de 2010, o total de créditos da Petrobras junto à TBG, relacionados ao gerenciamento, ao repasse de custos e financiamentos vinculados à construção do gasoduto e à aquisição antecipada do direito de transportar 6 milhões de metros cúbicos de gás, pelo prazo de 40 anos (TCO), era de R\$ 811 (R\$ 973 em 31 de dezembro de 2009), e está classificado no ativo realizável a longo prazo, como contas a receber líquidas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

11.2 Passivo

	CONTROLADORA								
•	PASSIVO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
	Fornecedores, princip. por compras de petróleo e derivados	Adiantamento de Clientes	Afretamento de Plataformas	Arrendamentos mercantins financeiros	Outras Operações	Arrendamentos mercantins financeiros	Operações de Mútuo	Outras Operações	TOTAL DO PASSIVO
CONTROLADAS (*)									
BR Distribuidora	(384)	(6)						(26)	(416)
Gaspetro	(659)	(318)							(977)
PifCo	(9.514)	(102)						(324)	(9.940)
PNBV	(88)		(1.562)						(1.650)
Downstream	(145)								(145)
Transpetro	(561)								(561)
PIB-BV Holanda	(337)	(1)							(338)
Brasoil	(158)		(7)						(165)
Termoelétricas	(204)			(29)		(580)	1		(813)
Marlim Participações S.A.									
Cia Locadora de Equipamentos Petrolíferos				(2.192)		(2.113)	1		(4.305)
Demais Controladas	(95)	(3)		(20)		(143)			(261)
	(12.145)	(430)	(1.569)	(2.241)		(2.836)		(350)	(19.571)
SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO									
PDET Offshore				(172)	(139)	(1.420)	1		(1.731)
Nova Transportadora do Nordeste - NTN				(223)		(1.102)	ı		(1.325)
Nova Transportadora do Sudeste - NTS				(225)		(1.059)			(1.284)
Charter Development LLC									
Gasene Participações S/A				(45)		(6.235)	1		(6.280)
CDMPI				(245)		(2.272)	1		(2.517)
Demais SPE's									
COLIGADAS	(84)	(2)		(910)	(139)	(12.088)	(54)		(13.137) (140)
31/12/2010	(12.229)	(432)	(1.569)	(3.151)	(139)	(14.924)	(54)	(350)	(32.848)
31/12/2009	(29.723)	(752)	(1.394)	(3.502)	(139)	(10.904)	(49)	(856)	(47.319)

^(*) Inclui suas controladas e grupo de controladas em conjunto

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

11.3 Resultado

	Controladora					
		Resultado				
	Receitas Operacionais, principalmente por vendas	Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	TOTAL DO RESULTADO		
CONTROLADAS (*)						
Petroquisa	256		3	259		
BR Distribuidora	57.953	(12)	22	57.963		
Gaspetro	4.928	(32)	(7)	4.889		
PifCo	19.772	(674)	220	19.318		
PNBV		(1)	59	58		
Downstream	3.548	7	18	3.573		
Transpetro	555		33	588		
PIB-BV Holanda	111	25	(66)	70		
Brasoil		1.117	(1.155)	(38)		
Petrobras Comercializadora Energia Ltda	464	1	10	475		
Termoelétricas	52	(84)	(17)	(49)		
Marlim Participações S.A		(102)		(102)		
Cia Locadora de Equipamentos Petrolíferos		(531)		(531)		
Refinaria Abreu e Lima	258			258		
Demais Controladas	310	(2)	(23)	285		
	88.207	(288)	(903)	87.016		
SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO						
Nova Transportadora do Nordeste - NTN		(45)		(45)		
Nova Transportadora do Sudeste - NTS		(29)		(29)		
PDET Offshore		(92)		(92)		
Charter Development LLC		(414)	152	(262)		
Gasene Participações S/A		(431)		(431)		
Transportadora Gasene	130			130		
Demais SPE's		(25)		(25)		
	130	(1.036)	152	(754)		
COLIGADAS	11.304	14	(27)	11.291		
31/12/2010 31/12/2009	99.641 85.900	(1.310) 1.514	(778) (6.603)	97.553 80.811		

^(*) Inclui suas controladas e grupo de controladas em conjunto

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

11.4 Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP

A Controladora mantém recursos investidos no FIDC-NP que é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas do Sistema Petrobras

Os valores investidos em títulos públicos do FIDC-NP estão registrados em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, em função dos seus respectivos prazos de realização.

Os encargos financeiros a apropriar sobre as operações de venda de direitos creditórios performados e/ou não performados estão registrados como outros ativos circulantes.

As cessões de direitos creditórios performados estão classificadas como outros ativos circulantes, enquanto não compensados. As cessões de direitos creditórios não performados estão registradas como outras contas e despesas a pagar no passivo circulante.

	31.12.2010	31.12.2009
Aplicações financeiras	206	3.442
Títulos e valores mobiliários	7.758	1.718
Encargos financeiros a apropriar	426	356
Cessões de direitos performados	(622)	(838)
Total classificado no ativo circulante	7.768	4.678
Cessões de direitos não performados	(15.933)	(14.318)
Total classificado no passivo circulante	(15.933)	(14.318)
Receita financeira	184	1.397

11.5 Garantias obtidas e concedidas

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às subsidiárias e controladas para algumas operações financeiras realizadas no exterior.

As garantias oferecidas pela Petrobras são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias e terceiros, garantindo a compra da dívida em caso de inadimplência por parte das subsidiárias e controladas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em 31 de dezembro de 2010, as operações financeiras realizadas por estas subsidiárias e garantidas pela Petrobras apresentam os seguintes saldos a liquidar:

Data de Vencimento	31/12/2010						
das Operações	PNBV	PifCo	PIB-BV	Ref. Abreu e Lima	TAG	Total	31/12/2009
2010							4.927
2011	4.383	3.725				8.108	1.303
2012	449	1.000	83			1.532	2.706
2013	106	624				730	800
2014	477	1.140	167			1.784	2.044
2015	3.451	689				4.140	988
2015 em diante	6.736	18.318	1.000	8.681	5.003	39.738	37.684
	15.602	25.496	1.250	8.681	5.003	56.032	50.452

Em conformidade com o Decreto 4.543/2002 que legisla sobre o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural — Repetro, a Petrobras vem efetuando importação e exportação de equipamentos e materiais, sob este regime. O benefício dessas operações feitas via Repetro é a suspensão temporária dos impostos federais pelo prazo em que os referidos materiais e equipamentos permaneçam no Brasil. Para a concessão desse benefício, é exigido uma Fiança Idônea, assinada por terceiros, como forma de garantia do recolhimento dos tributos suspensos.

As Fianças Idôneas vêm sendo concedidas pela Petrobras Distribuidora S/A - BR e a Petrobras Gás S/A - Gaspetro e a remuneração cobrada está fixada em 0,30% ao ano, sobre o montante dos tributos federais suspensos.

As despesas incorridas pela Petrobras na obtenção da Fiança Idônea foram:

	2010	2009
BR	20	20
Gaspetro	19	10
Total	39	30

11.6 Fundo de investimento no exterior de subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, as subsidiárias PifCo e Brasoil mantinham recursos investidos em fundo de investimento no exterior, que detinha, entre outros, títulos de dívidas de empresas do Sistema Petrobras e de Sociedade de Propósito Específico relacionados a projetos da Companhia, principalmente aos projetos CLEP, Malhas e Marlim Leste (P-53) e Gasene equivalentes a R\$ 14.048 (R\$ 12.724 em 31 de dezembro de 2009). Esses valores, referente às empresas que são consolidadas, foram compensados no saldo de financiamentos nos passivos circulante e não circulante.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

11.7 Transações com coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

A Companhia é controlada pela União Federal e mantém diversas transações com entidades governamentais no curso normal de suas operações.

As transações significativas com coligadas, entidades governamentais e fundo de pensão resultaram nos seguintes saldos:

Concolidado

	Consolidado			
	31.12.2010		31.12.2009	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Coligadas	305	144	950	166
Braskem	84	60	594	76
Quattor	78	43	260	41
Outras Empresas Coligadas	143	41	96	49
Entidades governamentais e fundos de pensão	42.824	56.007	16.650	49.156
Títulos Governamentais	31.098		11.561	
Banco do Brasil S.A.	5.067	9.415	1.484	7.294
Depósitos vinculados para processos judiciais (CEF e BB)	2.466		1.716	63
Setor Elétrico	3.145		2.007	
Conta de petróleo e álcool - créditos junto ao Governo Federal	822		817	
BNDES	3	36.320	1	34.929
Caixa Econômica Federal	2	5.662	1	3.953
Governo Federal - Dividendos Propostos e JCP		1.118		563
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis		2.568		1.322
Petros (Fundo de Pensão)		501		523
Outros	221	423	(937)	509
	43.129	56.151	17.600	49.322
Circulante	34.481	8.393	10.394	5.982
Não circulante	8.648	47.758	7.206	43.340

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os saldos estão classificados no Balanço Patrimonial conforme abaixo:

		Consolidado			
	31.12.	31.12.2010		31.12.2009	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Ativo Circulante	34.481		10.394		
Caixa e equivalentes de caixa	5.424		8.369		
Títulos e valores mobiliários	25.525				
Contas a Receber, líquidas	3.392		1.784		
Outros ativos circulantes	140		241		
Não Circulante	8.648		7.206		
Conta petróleo e álcool - STN	822		817		
Títulos e valores mobiliários	5.177		4.583		
Depósitos judiciais	2.468		1.716		
Outros ativos realizados a longo prazo	181		90		
Passivo Circulante		8.393		5.982	
Financiamentos		3.667		2.836	
Dividendos propostos		1.596		691	
Outros passivos circulantes		3.130		2.455	
Passivo Não Circulante		47.758		43.340	
Financiamentos		47.634		43.210	
Outros passivos não circulantes		124		130	
	43.129	56.151	17.600	49.322	

Recebíveis do setor elétrico

A Companhia possui recebíveis do setor elétrico relacionados ao fornecimento de combustíveis a usinas de geração termoelétrica, controladas diretas ou indiretas da Eletrobrás, localizadas na região norte do país. Parte dos custos do fornecimento de combustível para essas térmicas são suportados pelos recursos da Conta de Consumo de Combustível – CCC, gerenciada pela Eletrobrás.

A Companhia também fornece combustível para os Produtores Independentes de Energia - PIE, empresas criadas com a finalidade de produzir energia exclusivamente para a Amazônia Distribuidora S. A. – ADESA, controlada direta da Eletrobrás, cujos pagamentos de fornecimento de combustível dependem diretamente do repasse de recursos da ADESA para aqueles PIE.

O saldo desses recebíveis em 31 de dezembro de 2010 era R\$ 3.145 (R\$ 2.007 em 31 de dezembro de 2009), apresentados no ativo não circulante, e classificados como recebíveis de partes relacionadas, dos quais R\$ 2.372 estavam vencidos.

A Companhia tem feito cobranças sistemáticas aos devedores e a própria Eletrobrás e pagamentos parciais têm sido realizados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

11.8 Remuneração de dirigentes e empregados (expresso em reais)

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Petrobras e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus dirigentes e empregados.

No exercício de 2010, a maior e a menor remunerações atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$ 60.965,12 e R\$ 1.801,35 (R\$ 55.747,18 e R\$ 1.647,17 em 31 de dezembro de 2009), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2010 foi de R\$ 9.522,21 (R\$ 8.638,66 em 31 de dezembro de 2009).

Com relação a dirigentes da Petrobras, a maior remuneração em 2010, ainda tomando-se por base o mês de dezembro, correspondeu a R\$ 69.539,03 (R\$ 59.465,04 em 31 de dezembro de 2009).

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para a administração da Petrobras durante o exercício de 2010 foi de R\$ 8.730.865,00 (R\$ 7.099.271,81 em 2009) que incluem honorários no valor de R\$ 6.442.020,83 (R\$ 5.248.780,31 em 2009) referente a sete diretores e nove conselheiros.

No consolidado, os honorários da diretoria e do conselho de administração totalizam R\$ 44.613.649,20 em 2010 (R\$ 34.302.730,30 em 2009).

12 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado			Controladora			
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	
Trabalhistas	940	726	608	888	694	582	
Fiscais (*)	1.193	888	895	912	662	659	
Cíveis (*)	596	362	340	558	330	299	
Outros	78	13	10	68	5	2	
Total	2.807	1.989	1.853	2.426	1.691	1.542	

^(*) Líquido de depósito relacionado a processo judicial provisionado, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

13 Aquisições e vendas de ativos

13.1 Combinações de negócios

Aquisição dos negócios de distribuição e logística da ExxonMobil no Chile

Em 30 de abril de 2009, a Petrobras, através das suas subsidiárias integrais Petrobras Venezuela Investments & Services B.V e Petrobras Participaciones, S.L., localizadas na Holanda e Espanha, respectivamente, concluíram o processo de aquisição dos negócios de distribuição e logística da ExxonMobil no Chile com o pagamento de US\$ 463 milhões, líquidos das disponibilidades das empresas adquiridas. Em 2010, a Companhia concluiu a avaliação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, alocando R\$ 163 no imobilizado e R\$ 27 no intangível, além do reconhecimento de um ágio (goodwill), de R\$ 81.

Breitener Energética S.A.

Até 31 de dezembro de 2009, a Petrobras possuía 30% do capital social da Breitener Energética S.A., empresa constituída com o objetivo de geração de energia elétrica, situada na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas. Em 12 de fevereiro de 2010, foram adquiridos 35% de participação no capital social por R\$ 3 mil, passando a Petrobras a deter o controle acionário da empresa. A avaliação do valor justo dos ativos e passivos não foi concluída, portanto, foi reconhecido preliminarmente um ganho de R\$ 17.

13.2 Aquisição de participações em controladas em conjunto

BSBios Marialva Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.

Em 08 de dezembro de 2009, a Petrobras Biocombustível ingressou no capital social da empresa BSBios Marialva Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A., por meio de aportes no montante de R\$ 54, para aquisição de 50% do total das ações. Na avaliação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos foi identificada uma mais valia de R\$ 2 no imobilizado.

Bioóleo Industrial e Comercial S.A.

Em 24 de agosto de 2010, a Petrobras Biocombustível ingressou no capital social da empresa Bioóleo Industrial e Comercial S.A. por meio de aportes no total de R\$ 19 para aquisição de 50% do total das ações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Nova Fronteira Bioenergia S.A.

Em 01 de novembro de 2010, a Petrobras Biocombustível ingressou no capital social da empresa Nova Fronteira Bioenergia S.A., por meio de aportes no montante de R\$ 258, realizados até 27 de dezembro, para aquisição de 37,05% do total das ações, iniciando parceria com o Grupo São Martinho S.A. A Companhia passará a deter 49% das ações até o final de 2011, conforme previsto no acordo de investimento.

Brasil Carbonos S.A.

Em 22 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu do Grupo Unimetal 49% do total das ações da Brasil Carbonos S.A, pelo montante de R\$ 45. Na avaliação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos foi identificada uma mais valia de R\$ 28 no imobilizado.

13.3 Aquisição de participações em coligadas

Total Agroindústria Canavieira S.A.

Em 18 de janeiro de 2010, a Petrobras Biocombustível ingressou no capital social da Total Agroindústria Canavieira S.A., por meio de aportes no montante de R\$ 132, realizados até 30 de setembro, para aquisição de 40,37% do total das ações. A Companhia passará a deter 43,58% das ações até março de 2011, conforme previsto no acordo de investimento.

Acordo de Investimento entre Petrobras, Petroquisa, Braskem, Odebrecht e Unipar

A Companhia, a Odebrecht e a Unipar celebraram um Acordo de Investimento, em 22 de janeiro de 2010, para integração das participações petroquímicas na Braskem. O processo de consolidação dos investimentos foi concluído em 27 de dezembro, por meio das seguintes etapas realizadas em 2010:

- Em 08 de fevereiro, a BRK Investimentos Petroquímicos S.A. (BRK) passou a ser titular de ações ordinárias de emissão da Braskem correspondentes a 93,3% do seu capital votante, anteriormente detidas por Petroquisa (31%) e Odebrecht (62,3%).
- Em 14 de abril, a chamada privada de capital da Braskem S.A. foi finalizada com aumento de capital de R\$ 3.743, dos quais R\$ 2.500 foram aportados pela Companhia em 05 de abril e R\$ 1.000 pela Odebrecht em 30 de março.
- Em 27 de abril, a Braskem adquiriu da Unipar 60% da Quattor Participações e, em 10 de maio, 100% da Unipar Comercial e 33,33% da Polibutenos.
- Em 18 de junho, a Companhia incorporou na Braskem 40% das ações da Quattor Participações S.A. por meio da emissão de 18.000.087 novas ações ordinárias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

- Em 17 de agosto, foi realizada a transferência de 1.515.433 ações preferenciais da Braskem, detidas pela Odebrecht, para a Companhia, por uma quantia nominal.
- Em 30 de agosto, a Companhia incorporou na Braskem 10% das ações da Rio Polímeros S.A. (Riopol) por meio da emissão de 1.280.132 novas ações preferenciais. Essa participação na Riopol foi adquirida do BNDESPAR, em 09 de agosto de 2010, por R\$ 140, cujo pagamento será em 3 parcelas anuais a partir de 2015, atualizadas pela TJLP mais 2,5% a.a.
- Em 27 de dezembro, foi efetivada a incorporação de ações da Quattor Petroquímica na Braskem.

Como resultado das etapas acima, a Companhia passou a deter 36,1% do capital total da Braskem.

Também, em 22 de janeiro de 2010, a Companhia e a Odebrecht celebraram um Acordo de Associação que prevê que a Braskem assumirá gradualmente as empresas que desenvolvem os negócios petroquímicos do Complexo de Suape e do Complexo do Rio de Janeiro.

Essas operações estão alinhadas com o plano estratégico da Companhia de atuar no setor petroquímico de forma integrada com os seus demais negócios, agregando valor aos seus produtos, e permitindo uma participação mais efetiva na Braskem.

Guarani S.A.

Em 14 de maio de 2010, a Petrobras Biocombustível integralizou R\$ 683 no capital social da Cruz Alta Participações S.A (controlada da Guarani S.A.), cumprindo a primeira das três etapas prevista para ingresso no capital social da Guarani. Das demais etapas previstas, o fechamento do capital da Guarani, com subsequente troca das ações da Cruz Alta por ações da Guarani foi concluído em 29 de outubro de 2010 e o aporte complementar para alcançar a participação de 45,7% no capital social da Guarani ocorrerá em até cinco anos, perfazendo juntamente com o já efetuado, o montante total de R\$ 1.611, negociado no acordo de investimento. O acordo prevê, ainda, a possibilidade de aportes adicionais por parte dos sócios até o limite de 49% de participação pela Petrobras Biocombustível.

13.4 Aquisição de participações de não controladores

Aquisição da totalidade da Refinaria de Pasadena

Em decisão proferida em abril de 2009, no âmbito de processo arbitral envolvendo a Petrobras America Inc. - PAI e outras e a Astra Oil Trading NV - ASTRA e outras, foi confirmado como válido o exercício da opção de venda (*put option*) pela ASTRA, para a PAI e subsidiárias, dos 50% remanescentes das ações da ASTRA na Pasadena Refining System Inc. ("PRSI") e na PRSI Trading Company LP, pelo valor de US\$ 466 milhões.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os valores correspondentes à compra das ações e ao reembolso do pagamento da garantia do BNP à ASTRA vêm sendo reconhecidos contabilmente pela Companhia desde a decisão arbitral de abril de 2009. Em 31 de dezembro de 2010, esses valores correspondiam a US\$ 513 milhões e US\$ 185 milhões, respectivamente, já considerados os juros incidentes até essa data.

As partes até o momento discordam quanto à finalização das diversas pendências existentes entre elas, consequentemente, não foi possível a assinatura de termo global de acordo que ponha fim a todas as demandas e permita os pagamentos objeto da decisão arbitral.

Em decisão arbitral perante a Corte Estadual do Texas, em dezembro de 2010, foi proferida sentença confirmando o Laudo Arbitral. A PAI e suas subsidiárias interpuseram recurso de apelação contra a sentença da Corte Estadual do Texas. Para tanto, as demandadas apresentaram garantia ao juízo. O julgamento do recurso poderá levar até um ano.

A transferência das ações da PRSI e da PRSI Trading da ASTRA para a PAI, por meio do *put option*, não é objeto de questionamento pelas partes.

Continuam também em andamento processos judiciais em que são formulados pelas partes pedidos de indenizações recíprocas.

Essa transação com acionistas não controladores resultou numa redução de R\$ 520 no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia, como contribuição adicional de capital.

Opção de venda da refinaria Nansei Sekiyu

Em 1º de abril de 2010 a Sumitomo Corporation informou à PIB B.V., subsidiária integral da Petrobras, o interesse de exercer o direito de venda de 12,5% das ações do capital social da refinaria Nansei Sekiyu K.K. (Nansei), como parte do rearranjo de sua participação no setor de derivados de petróleo.

O restante do capital acionário é de propriedade da PIB B.V. desde 2008.

Em 29 de setembro de 2010, o acordo de compra e venda das ações foi assinado e, em 20 de outubro de 2010, o pagamento foi realizado no montante equivalente a R\$ 49 (JPY 2.365 milhões) mediante a entrega das ações.

A Nansei possui uma refinaria localizada na província japonesa de Okinawa, com capacidade de processar 100 mil barris de petróleo leve por dia, e produz derivados de alta qualidade e nos padrões do mercado japonês.

Essa transação com acionistas não controladores resultou numa redução de R\$ 18 no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia, como contribuição adicional de capital.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Aquisição de participação acionária na Refinaria Alberto Pasqualini S.A. - REFAP

Em 14 de dezembro de 2010 a Downstream Participações Ltda assinou com a Repsol YPF o Contrato de Compra e Venda de Ações para a aquisição de 30% do capital social da Refinaria Alberto Pasqualini S.A. – Refap por US\$ 350 milhões (equivalente a R\$ 594). Essa transação com acionistas não controladores resultou numa redução de R\$ 119 no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia, como contribuição adicional de capital.

Com esta aquisição, a Downstream detém 100% do controle das ações da Refap. A Repsol havia adquirido a participação de 30% em 2001, como resultado da troca de ativos realizada entre as empresas.

Opções de Compra de Sociedades de Propósitos Específicos (SPE)

A Companhia exerceu opção de compra das SPE durante os exercícios de 2009 e 2010, conforme previsto nos Contratos de Opção de Compra e Venda de Ações celebrados com os acionistas das SPE.

Estas operações resultaram em um aumento de R\$ 1.936 em 2009 e uma redução de R\$ 826 em 2010, registrados no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia, como contribuição adicional de capital, conforme quadro abaixo:

Data da			% das	acões	Valor da	Contri adicio cap	nal de
opção	Projeto	Razão social da SPE	2009	2010	opção	2009	2010
30/04/2009	Marlim	Marlim Participações S.A.	100%			57	
11/12/2009	CLEP	Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos	100%		90	1.878	
30/12/2009	NovaMarlim	NovaMarlim Participações S.A.	43,43%	56,57%		1	1
16/03/2010	Cabuínas	Cayman Cabiúnnas Investment Co. Ltd.		100%	151		
05/08/2010	Amazônia	Transportadora Urucu Manaus S.A TUM		100%			170
01/09/2010	Barracuda & Caratinga	Barracuda & Caratinga Holding Company B.V.		100%			(997)
	Curumgu				241	1.936	(826)

Em 07 de maio de 2010, foi efetivada a transferência das ações remanescentes da NovaMarlim Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em 24 de junho de 2010, a TUM adquiriu a Cia. de Geração Termoelétrica Manauara por R\$ 10 mil e posteriormente a incorporou. Em 05 de agosto de 2010, a Companhia exerceu a opção de compra da TUM e a incorporou em 18 de agosto de 2010. Em consequência das incorporações, a Codajás Coari Participações Ltda. e a Manaus Geração Termoelétrica Participações Ltda., antigos controladores da Cia. de Geração Termoelétrica Manauara e da TUM, respectivamente, deixaram de ser consolidadas na Petrobras, em função da desvinculação ao Projeto Amazônia.

Em 07 de dezembro de 2010, a NovaMarlim Participações S.A. e a Marlim Participações S.A. foram incorporadas a Petrobras.

13.5 Venda de ativos e outras informações

Venda da Refinaria de San Lorenzo e parte da rede de distribuição na Argentina

Em 04 de maio de 2010, a Companhia aprovou os termos e as condições do acordo para a venda à Oil Combustibles S.A. de ativos de refino e distribuição na Argentina. A transação compreende uma refinaria situada em San Lorenzo na província de Santa Fé, uma unidade fluvial e rede de comercialização de combustíveis vinculada a essa refinaria, composta por aproximadamente 360 postos de venda e clientes atacadistas associados.

O valor justo esperado da transação de R\$ 60 (US\$ 36 milhões), líquido dos custos para vender, é menor que o valor contábil líquido, registrando uma perda de R\$ 114. Esse ativo mantido para venda está registrado em outros ativos circulantes.

A transação encontra-se em fase de aprovação pelas autoridades administrativas da Argentina e espera-se que esteja concluída no primeiro semestre de 2011.

Aquisição da Gas Brasiliano Distribuidora S.A.

Em 26 de maio de 2010, a Petrobras Gás S.A. (Gaspetro) assinou com a Ente Nazionale Idrocarburi S.p.A. – ENI, contrato de aquisição de 100% das ações da Gas Brasiliano Distribuidora S.A. (GBD), pelo valor aproximado de US\$ 250 milhões, sujeito a ajustes em função do valor do capital de giro da empresa na data da liquidação da operação.

A GBD possui a concessão do serviço de distribuição de gás natural na região noroeste do Estado de São Paulo, em uma área que abrange 375 municípios onde atende a demanda industrial, comercial, residencial e veicular da região. O contrato de concessão teve início em dezembro de 1999 com duração de 30 anos, podendo ser prorrogado por mais 20 anos. Em 2009, a rede de distribuição da Companhia alcançou 734,5 km e o volume de vendas foi de aproximadamente 529 mil metros cúbicos de gás natural por dia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A transferência do controle somente se dará após a conclusão da transação, que está condicionada à aprovação da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP.

Constituição da Sete Brasil participações S.A.

Em 22 de dezembro de 2010, foi realizada a Ata da Assembleia Geral de Constituição da Sete Brasil participações S.A., cuja participação da Petrobras é de 10% do capital social em sociedade com investidores de capital através de um fundo de investimentos em participação (FIP Sondas).

A Sete Brasil é uma sociedade por ações constituída para deter participação em outras sociedades a serem criadas para construir, operar e fretar sondas de perfuração construídas no Brasil, de última geração, alta performance, custo competitivo e com capacidade de operação plena na área do Pré-Sal brasileiro a serem afretadas por empresas que sejam concessionárias de blocos exploratórios ou para clientes que tenham contratos com essas empresas.

Operações no Equador

A partir do ano de 2006, o governo equatoriano iniciou uma série de reformas tributárias e regulatórias nas atividades de hidrocarbonetos, o que afetou significativamente os contratos de participação em blocos exploratórios. A partir de 24 de novembro de 2010, todos os contratos exploratórios até então vigentes deveriam migrar para contratos de prestação de serviços.

A Petrobras Argentina S.A. - PESA, por intermédio da Sociedade Ecuador TLC S.A., possuía participação de 30% nos contratos de exploração do bloco 18 e do campo unificado de Palo Azul, localizados na bacia Oriente do Equador.

A PESA decidiu não aceitar a proposta final em migrar seus contratos para a nova modalidade contratual, cabendo ao governo equatoriano indenização dos investimentos realizados naqueles blocos exploratórios.

Ainda no Equador, a PESA possui contrato do tipo *Ship or Pay* firmado com a Oleoducto de Crudos Pesados Ltd – OCP para transporte de óleo que está em vigor desde 10 de novembro de 2003, com vigência de 15 anos. Por conta dos compromissos assumidos pela capacidade de transporte contratada e não utilizada devido à redução do volume comercializado de óleo, registrou passivo de US\$85 milhões em 31 de dezembro de 2010.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

14 Investimentos

14.1 Informações sobre as subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas

		Milhares de a	ções/quotas		
	Capital subscrito em 31 de dezembro de 2010	Ações Ordinárias / quotas	Ações preferenciais	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Subsidiárias e Controladas:					
Petrobras Distribuidora S.A BR	5.153	42.853.453		9.250	1.407
Petrobras Netherlands B.V PNBV	4.643	15.127		9.093	2.478
Petrobras Gás S.A Gaspetro	4.890 2.379	2.536 13.508.637	633	7.554 3.987	1.215
Petrobras Química S.A Petroquisa Petrobras Transporte S.A Transpetro	2.072	2.072.466	12.978.886	2.659	171 548
Comperj Petroquimicos Básicos S.A.	2.433	243.253		2.425	(8)
Termorio S.A.	2.185	2.185.000		2.370	327
Refinaria Abreu e Lima S.A.	1.168	1.168.241		2.015	283
Downstream Participações Ltda.	1.227	1.226.500 (*)		1.628	194
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A CLEP	827	180.000		1.473	24
Petrobras Biocombustível S.A.	1.396	139.590		1.194	(110)
Termomacaé Ltda.	634	634.015 (*)		734	165
Petrobras International Braspetro - PIB BV	6	2.935		(705)	595
Petrobras International Finance Company - PifCo	531	300.050		(571)	(466)
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda PBEN	217 381	216.852 (*)		371 343	189 59
FAFEN Energia S.A. Comperj Poliolefinas S.A.	309	380.574 30.868		309	39
Termoceará Ltda.	275	275.226 (*)		278	42
Comperi PET S.A.	272	27.174		272	72
Baixada Santista Energia Ltda.	283	283.136 (*)		249	1
Braspetro Oil Services Company - Brasoil	351	106.210		211	(256)
Sociedade Fluminense de Energia Ltda SFE	56	55.556 (*)		187	191
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.	109	97.863		132	25
Breitener Energética S.A.	160	160.000		124	(32)
5283 Participações Ltda.	1.422	1.421.604 (*)		(81)	156
Comperj MEG S.A.	77	7.696		77	
Comperj Estirênicos S.A.	76	7.642		76	
Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda	78	77.599 (*)		57 56	21 172
Braspetro Oil Company - BOC Cordoba Financial Services GmbH	5	50 1 (**)		37	172
Termobahia S.A.	312	52		34	(2)
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A E-Petro	21	21.000		26	2
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	1	117.127 (*)		3	3
Cayman Cabiunas Investment Co.		100 (**)	25.500		(3)
Comperj Participações S.A.		1			
Controladas em conjunto					
Termoacu S.A.	700	1.254.233		711	2
UTE Norte Fluminense S.A.	481	481.432		653	200
Cia Energética Manauara S.A.	45	45.000		139	50
Brasil PCH S.A.	109	94.188	14.844	132	(3)
Ibiritermo S.A.	8	7.652		96	38
Brasympe Energia S.A.	26	26.000		71	5
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A PCBIOS	61	61.400		63	(1)
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	15	5.158	10.138	48	58
Brentech Energia S.A.	39	25.901		35	4
Projetos de Transporte de Álcool S.A PMCC	25	33.000		15 7	(9)
Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S		8.715 12.861		7	(2) (2)
Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.2 Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.2		8.526		7	(2)
Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.		8.838		5	(2)
GNL do Nordeste Ltda.	1	7.507 (*)			(2)
Coligadas	0.042	451 660	240.00=	0.000 (0.000)	4.772 /454.44
Braskem PDK Investimentes Petrogyímicos S A	8.043 2.432	451.669 269.193	349.997	9.239 (*** 5.489) 476 (***) 905
BRK Investimentos Petroquímicos S.A. UEG Araucária I tda	2.432 707	269.193 707.440 (*)		5.489 654	905 3
UEG Araucária Ltda. Arembepe Energia S.A.	90	90.218		43	(29)
Energética Camaçari Muriçy I Ltda.	67	67.260		36	(8)
Termoelétrica Potiguar S.A TEP	37	5.100		31	(16)
Energética SUAPE II	37	36.977		15	(19)
Companhia Energética Potiguar S.A.	8	1		12	5
Bioenergética Britarumã S.A.		110			

^(*) Quotas

^(**) Quantidade de ações em unidades (***) Dados relativos a 30.09.2010 – Últimos disponibilizados no mercado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

14.2 Investimentos (Consolidado)

	31.12.2010	31.12.2009
Coligadas		
BRK Investimentos Petroquímicos S.A.	3.271	
Outros Investimentos Petroquímicos	2.995	3.476
Guarani S.A.	680	
Petroritupano - Orielo	413	531
Petrowayu - La Concepción	327	390
Petrokariña - Mata	212	275
UEG Araucária Ltda.	128	95
Copergás - Cia Pernambucana de Gás	83	83
Refinor	57	71
Demais empresas coligadas	483	364
	8.649	5.285
Outros Investimentos	230	487
	8.879	5.772

14.3 Investimentos em empresas com ações negociadas em bolsas

	Lote de 1	mil ações		de va	em boisa ilores r ação)	Valor de mercado		
Empresa	31.12.2010	31.12.2009	Tipo	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	
Controladas Petrobras Argentina	678.396	678.396	ON	4,46	2,77	3.026 3.026	1.879 1.879	
Coligadas								
Braskem	212.427	59.014	ON	17,80	12,44	3.781	734	
Braskem	75.793	72.997	PNA	20,37	14,08	1.544	1.028	
Quattor Petroquímica	46.049	51.111	PN	6,99	7,40	322	378	
•						5.647	2.140	

O valor de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo de ações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

14.4 Mutação dos investimentos

				,	Res	Resultado		
	Saldo em 31/12/2009	Aquisição e aporte de capital	Contribuição Adicional de Capital	Baixa por incorporação / Redução de capital	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em 31/12/2010
Subsidiárias e controladas								
Petrobras Distribuidora	8.036				1.405	6	(334)) 9.116
Petroquisa	3.113	198	809		186	1	(109)	3.997
Gaspetro	6.444	15	170		1.215		(289)	7.555
Transpetro	1.849	356			508	(11)	(134)) 2.568
Brasoil	895		(266)		(83)	185		
Downstream	946	597	(119)		199			1.623
PBEN	226				189		(45)	370
Termorio	2.802			(009)	327		(158)) 2.371
FAFEN	281				62			343
PNBV	3.929	2.805	37		2.231	(403)		8.599
Baixada Santista	227	21			1			249
Termoceará	236				42			278
Termomacaé Ltda	934			(300)	165		(65)) 734
SFE	260			(200)	201		(74)	187
UTE Juiz de Fora	113	_			25		(9)) 132
Refinaria Abreu e Lima	1.732				283			2.015
PBIO	100	1.204			(110)			1.194
COMPERJ Petroquímicos	1.011	1.422			(8)			2.425
COMPERJ PET	130	142						272
COMPERJ Estirênicos	32	44						92
COMPERJ MEG	94	37						77
COMPERJ Poliolefinas	137	172						309
CLEP	2.005				10		(542)) 1.473
Outras Controladas	248	37	1	1	42	(38)		291
Controladas em Conjunto	793	33			92	7	(45)	088
Coligadas								
BRK		2.510	(588)		232	7	(53)	2.108
Outras Coligadas	575	191	4		(254)	(3)	(10)	
	74 0 0	0 754	(884)	(1,009)	0969	(970)	11864	49.715

Subskidifritis, controlladus em conjunto e coligadas Agio 2.242	37.094
n S. v. med Grand for the Constraint form	2.242
	(1.168)
Outros investimentos	150
Fotal dos investimentos 50.955	38.318

Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

14.5 Informações em 31 de dezembro de 2010 das controladas em conjunto incluídas na consolidação

	Controladas em conjunto diretamente			Controladas em conjunto indiretamente		
	Termelétricas	Refinaria de Petróleo Riograndense	Outras	Distribuidoras de Gás	Outras	
Ativo Circulante	868	150	169	1.963	1.012	
Ativo Realizável a Longo Prazo	942	3	63	241	270	
Imobilizado	2.875	52	138	2.035	3.271	
Outros ativos não circulantes	8		13	55	41	
Passivo Circulante	717	80	154	1.582	629	
Passivo não circulante	2.207	77	77	506	516	
Patrimônio Líquido	1.758	48	152	2.206	3.449	
Participação dos Acionistas não						
Controladores	11					
Receita Operacional Líquida	1.244	962	962	4.517	1.419	
Lucro Líquido do Exercício	313	58	41	583	541	
Percentual de Participação - %	10% a 76,87%	33,20%	33,20% a 51,0%	23,50% a 83,0%	20,00% a 72,00%	

14.6 Informações sobre coligadas

		201	10		2009
	Participação no capital subscrito %	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	Ativo não circulante	Ativo não circulante
Vinculadas à Petroquisa					
Deten Química S.A.	27,88	289.415	62.549	148.658	149.689
NITROCLOR Produtos Químicos Ltda.	38,80	696	(92)	1.275	1.029
Vinculadas à BR					
Brasil Supply S.A.	10,00	12.442	(3.390)	15.084	3.380
Vinculadas à Gaspetro					
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A TSB	25,00	26.670	180	23.147	24.482
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGAS	41,50	210.645	31.548	173.149	177.541
Vinculadas à Petrobras Biocombustível					
Guarani S. A.	26,49	1.920	5	2.728	
Total Agroindústria Canavieira S.A.	40,37	177	(1)	251	

Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

15 Imobilizado

15.1 Por tipo de ativos

			Consolidado			Controladora
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção (*)	Gastos c/exploração e desenv. Produção de petróleo e gás (campos produtores)	Total	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2009	5.949	63.919	94.011	21.815	185.694	117.714
Adições	499	5,414	61.262	1.259	68,434	41.779
Juros capitalizados	***	****	3.231		3.231	2,564
Baixas	(89)	(192)	(3.094)	322	(3.053)	(1.834)
Transferências	2.479	16.114	(27.495)	8.036	(866)	(483)
Depreciação, amortização e depleção	(465)	(8.249)	(,	(5.195)	(13.909)	(9.746)
"Impairment" - constituição	(/	(161)		(356)	(517)	(575)
"Impairment" - reversão		16	36	(16)	36	28
Ajuste acumulado de conversão	(386)	(6.051)	(5.113)	(421)	(11.971)	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	7.987	70.810	122.838	25.444	227.079	149.447
Adições	282	3.355	57.515	3.157	64.309	49.506
Juros capitalizados			5.409	99	5.508	4.223
Combinação de negócios	61	70	18		149	
Baixas	(143)	(109)	(1.524)	(606)	(2.382)	(1.493)
Transferências	2.000	33.935	(44.992)	13.137	4.080	(1.863)
Depreciação, amortização e depleção	(843)	(7.650)		(5.730)	(14.223)	(10.149)
"Impairment" - constituição		(181)		(265)	(446)	(434)
"Impairment" - reversão		131		408	539	538
Ajuste acumulado de conversão	26	(1.435)	(308)	(58)	(1.775)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	9.370	98.926	138.956	35.586	282.838	189.775
Custo	11.146	128.060	122.838	62.644	324.688	224.729
Depreciação, amortização e depleção						
acumulada	(3.159)	(57.250)		(37.200)	(97.609)	(75.282)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	7.987	70.810	122.838	25.444	227.079	149.447
Custo Depreciação, amortização e depleção	13.308	163.566	138.956	77.555	393.385	271.824
acumulada	(3.938)	(64.640)		(41.969)	(110.547)	(82.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	9.370	98.926	138.956	35.586	282.838	189.775
Tempo de vida útil estimado em anos	25 a 40	3 a 31		Método da unidade		

^(*) Inclui ativos de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás.

Em 31 de dezembro de 2010, o imobilizado do Consolidado e da Controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento que transfiram os benefícios, riscos e controles no montante de R\$ 789 e de R\$ 17.506, respectivamente (R\$ 1.267 e R\$ 16.798 em 31 de dezembro de 2009).

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

15.1.1 Abertura por tempo de vida útil estimada - Consolidado

Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens

Vida útil estimada	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo em 31 de dezembro de 2010
até 5 anos	6.712	(4.332)	2.380
6 - 10 anos	29.687	(13.839)	15.848
11 - 15 anos	3.158	(1.494)	1.664
16 - 20 anos	31.696	(14.130)	17.566
21 - 25 anos	22.496	(8.248)	14.248
25 - 30 anos	49.273	(7.453)	41.820
30 anos em diante	4.072	(2.760)	1.312
Método da Unidade Produzida	28.353	(16.324)	12.029
	175.447	(68.580)	106.867
Edificações e benfeitorias	11.881	(3.940)	7.941
Equipamentos e outros bens	163.566	(64.640)	98.926

15.2 Depreciação

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009 está assim apresentada:

	Consolid	lado	Controla	dora
	2010	2009	2010	2009
Parcela absorvida no custeio:				
De bens	7.344	7.626	4.752	5.225
De gastos de exploração e produção	5.344	4.662	4.326	3.527
Custo para abandono de poços				
capitalizado / provisionado	386	827	327	530
	13.074	13.115	9.405	9.282
Parcela registrada diretamente no resultado	1.149	794	744	464
	14.223	13.909	10.149	9.746

15.3 Redução ao valor recuperável de ativo

Exploração e Produção

A avaliação de recuperabilidade dos ativos resultou em uma perda de R\$ 434 que está relacionada, principalmente, aos ativos em produção no Brasil. Os campos de Petróleo e Gás Natural que apresentaram perdas encontram-se no estágio de maturidade de sua vida útil e, considerando os níveis de suas produções futuras e as suas estruturas de custos indicaram a necessidade de redução ao seu valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Esta avaliação também apontou que a perda por desvalorização, reconhecida em períodos anteriores para alguns Campos de Petróleo e Gás Natural, diminuiu ou deixou de existir, considerando, principalmente, o gerenciamento de reservatório que resultou em incremento da recuperação dos reservatórios, além do aumento no cenário de preços projetados do Brent, o que resultou em uma reversão no montante de R\$ 538.

16 Intangível

16.1 Por tipo de ativos

			Consolidado			Controladora
		Soft	twares			
	Direitos e Concessões	Adquiridos	Desenvolvidos Internamente	Ágio com expectativa de rentabilidade futura ("goodwill")	Total	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2009	6.876	441	1.344	931	9.592	3.233
Adição	315	83	311	16	725	363
Juros capitalizados			19		19	19
Baixa	(58)	(8)	(17)		(83)	(29)
Transferências	(108)	40	(3)	18	(53)	1
Amortização	(223)	(149)	(291)		(663)	(371)
Ajuste acumulado de conversão	(1.195)	(32)	1	(40)	(1.266)	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	5.607	375	1.364	925	8.271	3.216
Adição	312	90	328	3	733	455
Direito de exploração de petróleo - Cessão onerosa	74.808				74.808	74.808
Aquisição por combinação de negócios	1			20	21	
Juros capitalizados			25		25	25
Baixa	(318)	(4)	(2)	(2)	(326)	(42)
Transferências	376	(11)	33	83	481	14
Amortização	(160)	(121)	(375)		(656)	(434)
"Impairment" - constituição	(54)				(54)	
Ajuste acumulado de conversão	(195)	(3)		(7)	(205)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	80.377	326	1.373	1.022	83.098	78.042
Tempo de vida útil estimado - anos	25	5	5	Indefinida		

16.2 Direito de exploração de petróleo - Cessão onerosa

Em 03 de setembro de 2010, a Petrobras – cessionária, a União Federal – cedente e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP – reguladora e fiscalizadora, assinaram um contrato de cessão onerosa do direito de exercer atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos localizados em blocos na área do PréSal, limitado à produção de cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo, em até 40 anos.

Todos os termos do Contrato de Cessão Onerosa foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 01 de setembro de 2010, pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE e pelo comitê de acionistas minoritários.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Como contraprestação ao direito de exercer atividades de exploração e produção de petróleo, a Companhia pagou, com recursos oriundos da oferta pública de ações, cuja liquidação ocorreu em 29 de setembro de 2010, o montante de R\$ 67.816 com Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e R\$ 6.992 em moeda corrente, perfazendo o total do direito de exploração de R\$ 74.808, que será amortizado de acordo com as futuras unidades produzidas e estarão sujeitos a teste de *impairment*.

O valor inicial do Contrato de Cessão Onerosa foi determinado através de negociação entre a Petrobras e a União Federal, baseado em laudos técnicos elaborados por entidades certificadoras independentes, que foram contratadas pela Petrobras e pela ANP, nos termos da Lei nº 12.276/10, resultando em um preço médio ponderado de R\$ 14,96 (US\$ 8,51) por barril pelas áreas apresentadas a seguir:

	Volumes	
Blocos	Milhões de boe	Valor
Franco	3.058	48.621
Florim	467	7.400
Nordeste de Tupi	428	6.425
Em torno de Iara	600	6.137
Sul Guará	319	4.456
Sul de Tupi	128	1.769
	5.000	74.808

O contrato de concessão dos direitos estabelece que na época da declaração da comercialidade das reservas haverá revisão de volumes e preços, baseada em laudos técnicos independentes. Caso a revisão venha determinar que os direitos adquiridos alcancem um valor maior do que o inicialmente pago, a Companhia poderá pagar a diferença à União Federal, reconhecendo essa diferença como um ativo intangível ou reduzir o volume total adquirido nos termos do contrato. Se a revisão determinar que os direitos adquiridos resultem em um valor menor do que o inicialmente pago, a União Federal irá nos reembolsar a diferença, em moeda corrente ou Títulos, sujeitos às leis orçamentárias.

O conhecimento dos reservatórios e as incertezas geológicas permanecem inalteradas desde a assinatura do contrato de Cessão Onerosa. O valor final do custo da cessão dependerá substancialmente do pleno conhecimento: das reservas, dos cenários de produção e das tecnologias a serem desenvolvidas, que deverá ocorrer até 2014, data limite estipulada para a declaração de comercialidade.

Os planos de perfuração para os blocos que envolvem a área da cessão estão sendo cumpridos, de acordo com o cronograma estabelecido.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

16.3 Devolução à ANP de áreas na fase de exploração

Durante o exercício de 2010, os direitos sobre os seguintes blocos exploratórios foram devolvidos para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP:

• Blocos - Concessão exclusiva da Petrobras:

Bacia de São Francisco Terra: SF-T-103 e SF-T-113

Bacia de Santos: S-M-729, S-M-790, S-M-1226 e S-M-1354

Bacia do Recôncavo Terra: REC-T-168

Bacia Pará-Maranhão: PAMA-M-135

• Blocos em parceria devolvidos por seus respectivos operadores:

Bacia Potiguar Terra: POT-T-354, POT-T-605, POT-T-606

Bacia de Santos: S-M-616, S-M-617, S-M-670 e S-M-728

Bacia do Espírito Santo: ES-T-227 e BT-ES-14

16.4 Devolução à ANP de campos de petróleo e gás natural, operados pela Petrobras

Durante o exercício de 2010, a Petrobras devolveu à ANP o campo de Carapó, localizado na plataforma continental do estado do ES.

16.5 Concessão de serviços de distribuição de gás natural canalizado

A companhia possui participação acionária em distribuidoras de gás natural, no Brasil e no exterior, além de um contrato de concessão para exploração desses serviços no Brasil.

No Brasil, as concessionárias possuem contratos de concessão por um período de 30 ou 50 anos e iniciaram suas atividades em diferentes períodos fazendo uso de gasodutos construídos ou adquiridos de terceiros, com gás natural proveniente do Brasil e da Bolívia. Estes contratos possuem cláusulas que permitem a sua prorrogação e prevêem reajustes trimestrais das tarifas praticadas de modo a refletir as mudanças do preço internacional do petróleo, do dólar norteamericano (no caso das sociedades que utilizam gás natural importado) ou de indicadores de preços ao consumidor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

No exterior, os contratos de concessão para transporte e distribuição de gás natural são por um período de 30 a 35 anos. Os contratos prevêem reajustes trimestrais e semestrais, de modo a refletir as mudanças nos indicadores de produção e outros fatores determinados pelos órgãos reguladores.

A remuneração pela prestação de serviços no Brasil e no exterior consiste na combinação de, basicamente, dois componentes: custos e despesas operacionais; e remuneração do capital investido.

No caso das concessões no Brasil, ao final do período de concessão, não havendo renovação as infraestruturas de gasodutos se tornam propriedade do Poder Concedente, não havendo mais envolvimento das distribuidoras em exigências de operação ou manutenção e o valor a ser reembolsado será apurado com base nos investimentos realizados nos últimos 5 ou 10 anos da concessão ou o valor residual dos bens vinculados à prestação de serviço. No caso da concessão na Argentina, o valor a ser reembolsado ao final da concessão, encontra-se registrado como contas a receber de longo prazo, no montante de R\$ 80.

O valor das concessões registrado no intangível totaliza R\$ 972 em 31 de dezembro 2010.

16.6 Redução ao valor recuperável de ativos

A Petrobras registrou uma provisão para perda estimada por redução ao valor recuperável da Concessão de distribuição de gás na área internacional, no valor de R\$ 54.

17 Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás

Informações sobre reservas

As reservas de petróleo e gás provadas líquidas foram estimadas pela Companhia, em conformidade com os conceitos de reservas definidos pela Securities and Exchange Commission.

De acordo com a Lei 9.478 de 06 de agosto de 1997, as reservas de petróleo e gás natural no Brasil pertencem a União. As atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural podem ser exercidas por terceiros mediante contratos de concessão. Portanto nos ativos da Petrobras são apresentados os gastos incorridos para explorar e desenvolver a produção e não o volume de reservas monetizadas.

As reservas de petróleo e gás provadas correspondem às quantidades estimadas de petróleo bruto, gás natural e condensado que pela análise dos dados de geo-engenharia, podem ser estimados com razoável certeza, considerados comerciais, de um reservatório conhecido, sob condições econômicas definidas, métodos de operação conhecidos e sob as condições regulatórias vigentes, numa determinada data.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

As reservas provadas desenvolvidas correspondem às quantidades de hidrocarbonetos que se espera recuperar nos projetos existentes de explotação de óleo e gás através de poços, equipamentos e métodos operacionais existentes. As reservas provadas não desenvolvidas correspondem aos volumes de hidrocarbonetos que se esperam recuperar em função de investimentos futuros em perfuração de poços, em equipamentos adicionais.

A estimativa de reservas possui incertezas inerentes ao negócio, e assim sendo alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

Nas reservas provadas internacionais de 2009 e 2010, não estão sendo incluídas as reservas da Bolívia, atendendo à exigência da Nova Constituição Política do Estado (NCPE), que proíbe a anotação e registro das reservas de óleo e gás por empresas privadas no país.

As reservas de petróleo e gás provadas líquidas estimadas pela Companhia estão apresentadas na tabela a seguir:

_	Petr	óleo (bilhões de bbl) (*)	Gá	s (bilhões de m³) (*)	Petróleo	+ Gás (bilhões de	boe) (*)
	Brasil	Internacional	Total	Brasil	Internacional	Total	Brasil	Internacional	Total
Saldo em 31/12/2009	9.919	0.343	10.262	261.243	31.808	293.051	11.563	0.530	12.093
Variação das reservas	1.155	0.050	1.205	34.710	9.044	43.754	1.373	0.103	1.476
Produção	(0.695)	(0.048)	(0.743)	(16.302)	(3.252)	(19.554)	(0.797)	(0.067)	(0.864)
Saldo em 31/12/2010	10.379	0.345	10.724	279.651	37.600	317.251	12.139	0.566	12.705
Reserva de empresas não consolidadas									
Saldo em 31/12/2009		0.040	0.040		1.787	1.787		0.051	0.051
Saldo em 31/12/2010		0.033	0.033		1.691	1.691		0.043	0.043
Reservas provadas e desenvolvidas									
Em 31/12/2009	6.121	0.202	6.323	142.627	15.709	158.336	7.019	0.295	7.314
Em 31/12/2010	6.931	0.183	7.114	184.822	15.855	200.677	8.094	0.276	8.370

(*) Não auditado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

a) Custos exploratórios

_	Consolic	lado	Controla	dora
	2010	2009	2010	2009
Despesas com geologia e geofísica	1.299	1.847	1.113	1.363
Poços sem viabilidade econômica (poços secos)	2.081	2.154	1.455	1.815
Outras despesas exploratórias	424	130	40	16
Total das despesas	3.804	4.131	2.608	3.194

b) Caixa utilizado

	Consolid	lado	Controla	dora
	2010	2009	2010	2009
Atividades operacionais	1.395	1.698	1.113	1.363
Atividades de investimento	15.600	6.751	14.297	5.446
Total do caixa utilizado	16.995	8.449	15.410	6.809

c) Saldos capitalizados

	Consol	idado	Control	adora
	31.12.2010	31.12.2009	30.12.2010	31.12.2009
Ativo intangível	78.400	2.278	76.221	1.361
Ativo imobilizado	15.729	10.633	9.309	6.602
Total do ativo	94.129	12.911	85.530	7.963

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Financiamentos

			Consolidado	idado					Controladora	adora		
		Circulante		I	Não Circulante			Circulante		Z	Não Circulante	
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
N o exterior Instituições financeiras	10.798	9.314	8.216	29.460	18.820	17.144	201	255	423	11.973	5.856	1.187
Obrigações ao portador - "Notes", "Global Notes" e												
"Bonds"	1.242	1.275	740	19.617	21.009	12.990	747					
Trust Certificates - "Senior/Junior"	116	120	160	318	451	762						
Outros	26	3	619	167	174	623						
Subtotal	12.182	10.712	9.735	49.562	40.454	31.519	948	255	423	11.973	5.856	1.187
No País												
Notas de Crédito à Exportação	110	1.100	579	10.489	6.177	3.367	110	1.100	579	10.495	6.177	3.367
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico												
e Social - BNDES	2.103	1.520	1.138	32.753	32.065	7.642	182	191		8.254	8.632	
Debêntures	319	1.654	329	2.448	2.359	3.741	141	1.493	176	1.715	1.632	3.056
FINAME - vinculados à construção do Gasoduto												
Bolívia-Brasil	72	81	66	532	104	245	71	77	96	387	101	241
Cédula de Crédito Bancário	53	7	12	3.606	3.771	3.606	54	7	12	3.606	3.606	3.606
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC)		4	1.615						1.179			
Outros	653	88	133	2.661	1.615	1.042			41			
Subtotal	3.310	4.454	3.905	52.489	46.091	19.643	558	2.868	2.083	24.457	20.148	10.270
	15.492	15.166	13.640	102.051	86.545	51.162	1.506	3.123	2.506	36.430	26.004	11.457
Juros sobre financiamentos	1.558	1.419	823				592	671	229			
Parcela circulante dos financiamentos no												
passivo não circulante (Principal)	5.109	6.163	8.907						1.108			
Financiamentos de curto prazo	8.825	7.584	3.910				914	2.452	1.169			
Total dos financiamentos	15.492	15.166	13.640				1.506	3.123	2.506			

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

18.1 Vencimentos do principal e juros dos financiamentos no passivo não circulante

	31.12.	2010
	Consolidado	Controladora
2012	6.922	1.912
2013	4.715	408
2014	6.304	1.708
2015	8.962	2.401
2016 em diante	75.148	30.001
Total	102.051	36.430

18.2 Taxas de juros dos financiamentos no passivo não circulante

		Consolidado			Controladora	
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
No exterior						
Até 6%	36.321	24.949	21.976	11.912	5.758	924
De 6 a 8%	11.173	12.965	5.728	61	98	263
De 8 a 10%	1.365	2.208	3.207			
De 10 a 12%	61	79	246			
Acima de 12%	642	253	362			
	49.562	40.454	31.519	11.973	5.856	1.187
No País						
Até 6%	4.480	2.846	2.758	387	102	240
De 6 a 8%	30.097	25.921	872	8.254	8.632	
De 8 a 10%	990	8.570	5.789	234	2.899	368
De 10 a 12%	16.922	8.754	10.224	15.582	8.515	9.662
	52.489	46.091	19.643	24.457	20.148	10.270
	102.051	86.545	51.162	36.430	26.004	11.457

18.3 Saldos por moedas no passivo não circulante

		Consolidado			Controladora	
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Dólar norte-americano	46.870	39.417	30.906	11.852	5.671	1.044
Iene	2.734	2.189	3.211	122	185	382
Euro	214	81	109			1
Real (*)	51.911	44.374	16.551	24.456	20.148	10.030
Outras	322	484	385			
	102.051	86.545	51.162	36.430	26.004	11.457

^{*} Em 31 de dezembro de 2010, inclui R\$ 23.906 de financiamentos em moeda nacional parametrizado à variação do dólar; e também um financiamento no exterior em reais parametrizado à variação do IGPM.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

As operações de hedge, contratadas para cobertura de *Notes* emitidos no exterior em moedas estrangeiras, e o valor justo dos empréstimos de longo prazo estão divulgados nas Notas 32 e 33 respectivamente.

18.4 Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de obras em andamento foi 4,0% a.a. em 2010 (2,8% a.a. em 2009).

18.5 Captações

As principais captações de longo prazo realizadas em 2010 estão demonstradas a seguir:

a) No exterior

		Valor		
Empresa	<u>Data</u>	(US\$ milhões)	Vencimento	Descrição
Petrobras	fev/10	2.000	2019	Financiamento obtido com o China Development Bank (CDB)
Petrobras	mar/10	2.000	2019	– Libor mais spread de 2,8% a.a.
PNBV	abr/10	1.000	2015	Linha de crédito com Credit Agricole and Investment Bank - Libor+ 1,625% a.a.
PNBV	jul/10	1.000	2017	Empréstimo com Standard Chartered Bank - Libor mais 1,79% a.a.
PNBV	ago/10	1.000	2015	Empréstimo com Citibank - Libor mais 1,61% a.a.
PNBV	nov/10	500	2016	Empréstimo com Société Générale - Libor mais 1,62% a.a.
PNBV	nov/10	314	2021	Empréstimo com Citibank e Eksportfinans - Libor mais 0,725% a.a.
		7.814		
	Petrobras Petrobras PNBV PNBV PNBV PNBV	Petrobras fev/10 Petrobras mar/10 PNBV abr/10 PNBV jul/10 PNBV ago/10 PNBV nov/10	Empresa Data (US\$ milhões) Petrobras fev/10 2.000 Petrobras mar/10 2.000 PNBV abr/10 1.000 PNBV jul/10 1.000 PNBV ago/10 1.000 PNBV nov/10 500 PNBV nov/10 314	Empresa Data (US\$ milhões) Vencimento Petrobras fev/10 2.000 2019 Petrobras mar/10 2.000 2019 PNBV abr/10 1.000 2015 PNBV jul/10 1.000 2017 PNBV ago/10 1.000 2015 PNBV nov/10 500 2016 PNBV nov/10 314 2021

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) No país

Empresa	Data	Valor	Vencimento	Descrição
REFAP	fev/10 e mar/10	600	2015	Financiamento obtido com a Banco do Brasil S/A, através da emissão de Notas de Créditos à Exportação, com taxa de 109,4% e 109,5% da média do CDI.
Petrobras	jun/10	2.200	2016	Financiamento obtido com o Banco do Brasil S/A, através da emissão de Notas de Créditos à Exportação, com taxa de 110,5% da média do CDI + flat fee de 0,85%
Petrobras	jun/10	2.000	2017	Financiamento obtido com a Caixa Econômica Federal, através da emissão de Notas de Créditos à Exportação, com taxa de 112,9% da média do CDI
Petrobras	nov/10	3.950	2016	Financiamento obtido com o Banco do Brasil S/A, através da emissão de Notas de Créditos à Exportação, com taxa de 109% da média do CDI + flat fee de 1,25%
		8.750	•	

18.6 Outras informações

Os empréstimos e financiamentos se destinam, principalmente, ao desenvolvimento de projetos de produção de óleo e gás, à construção de navios e de dutos, bem como à ampliação de unidades industriais.

18.6.1 Financiamentos com agências oficiais de crédito

a) No exterior

		Valor e	em US\$ milhô	<u>šes</u>	
Empresa	Agência	Contratado	Utilizado	Saldo	Descrição
Petrobras	China Development Bank	10.000	7.000	3.000	Libor + 2,8% a.a

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) No país

Empresa	Agência	Contratado	Utilizado	Saldo	Descrição
Transpetro (*)	BNDES	9.005	543	8.462	Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF) - TJLP + 2,5% a.a p/nac.e 3% a.a p/imp.
Petrobras	Banco do Brasil	500	353	147	Cédula de Crédito Comercial (FINAME) - 4,5% a.a
Petrobras	Caixa Econômica Federal	300		300	Cédula de Crédito Bancário – Crédito Rotativo – 110% da Média do CDI
Transportadora Urucu Manaus TUM ^(**)	BNDES	3.183	3.159	24	Gasoduto Coari-Manaus - TJLP + 1,76% / 1,96% a.a.
Transportadora GASENE	BNDES	2.215	2.215		Gasoduto Cacimbas-Catu (GASCAC) - TJLP + 1,96% a.a.
Transportadora GASENE	BNDES	949	949		Gasoduto Cabiúnas-Vitória (GASCAV) - TJLP + 1,96% a.a.

^(*) Foram assinados contratos de compra e venda de 41 navios e 20 comboios com 6 estaleiros nacionais no montante de R\$ 10.005, sendo 90% financiados pelo BNDES.

18.6.2 Debêntures

As debêntures emitidas pela Petrobras financiaram, através do BNDES, a aquisição antecipada do direito de transportar, no Gasoduto Bolívia-Brasil, o volume de 6 milhões de m³/dia de gás, pelo prazo de 40 anos (TCO - Transportation Capacity Option), totalizaram R\$ 430 (43.000 títulos) com vencimento em 15 de fevereiro de 2015. Essas debêntures são garantidas por ações ordinárias da TBG.

^(**) Em 18/08/2010, a SPE Transportadora Urucu Manaus - TUM foi incorporada pela Transportadora Associada de Gás - TAG..

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em 2006, a Refap emitiu 852.600 debêntures simples, nominativas e escriturais no montante de R\$ 853, objetivando a ampliação e a modernização de seu parque industrial, com as seguintes características (condições básicas aprovadas pelo BNDES e BNDESPAR em 23 de junho de 2006): amortização de 96 meses mais 6 meses de carência; 90% das debêntures subscritas pelo BNDES com juros de TJLP + 3,8% a.a.; e 10% das debêntures subscritas pelo BNDESPAR com juros da cesta de moedas do BNDES + 2,3% a.a.. Em maio de 2008, a Refap efetuou uma segunda emissão de 507.989 debêntures com características similares, no montante de R\$ 508.

18.6.3 Garantias

As instituições financeiras no exterior não requerem garantias à Petrobras. Os financiamentos concedidos pelo BNDES estão garantidos pelos bens financiados (tubos de aço carbono para o Gasoduto Bolívia-Brasil e embarcações).

Por conta de contrato de garantia emitido pela União em favor de Agências Multilaterais de Crédito, motivado pelos financiamentos captados pela TBG, foram firmados contratos de contragarantia, tendo como signatários a União, a TBG, a Petrobras, a Petroquisa e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União.

A Refap possui uma conta de aplicações financeiras atrelada à variação do CDI em garantia às debêntures, cujo saldo deve ser de três vezes o valor da soma da última parcela de amortização do principal e acessórios.

A Petrobras desenvolve projetos estruturados, por meio de Sociedades de Propósitos Específicos – SPE, com o objetivo de prover recursos para o desenvolvimento contínuo de seus projetos de infraestrutura de transporte e produção de petróleo e gás, além de melhorias em refinarias, cujas garantias dadas aos agentes financeiros nacionais e internacionais são os próprios ativos dos projetos, bem como penhor de direitos creditórios e ações das SPE.

18.6.4 Endividamento da CIESA

A fim de promover o saneamento financeiro da Compañia de Inversiones de Energia S.A. - CIESA (sociedade controlada em conjunto), a PESA transferiu a sua participação de 7,35% no capital social da Transportadora de Gás Del Sur S.A. - TGS (controlada da CIESA) para a Enron Pipeline Company Argentina S.A. (ENRON) e, de forma simultânea, a ENRON transferiu 40% de sua participação no capital da CIESA para um agente fiduciário, cujo destinatário viria a ser indicado pela CIESA, segundo os termos de sua reestruturação financeira a serem acordados com seus credores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em uma segunda etapa do processo, o acordo de reestruturação da dívida financeira firmado em setembro de 2005 entre a CIESA, PESA, Petrobras Hispano Argentina S.A. (controlada da PESA), ENRON, ABN AMRO Bank N.V. (sucursal argentina), e os credores financeiros contemplava a capitalização da dívida por um valor nominal de aproximadamente US\$ 201 milhões, além dos juros incorridos a serem acrescidos.

O acordo de reestruturação da dívida está sujeito às aprovações governamentais do Ente Nacional Regulador Del Gas - ENARGAS e da Comisión Nacional de Defensa de la Competencia.

Enquanto se encontra pendente as aprovações governamentais, em janeiro de 2009, a Ashmore Energy International Limited - AEI declarou ser a única proprietária das obrigações negociáveis da CIESA, e pleiteou também o término do acordo de reestruturação da dívida, sendo contestada, imediatamente pela CIESA através de uma ação judicial nos Tribunais do Estado de Nova York, nos Estados Unidos da América.

Sendo assim, desde 2009 e ao longo de 2010, foram apresentados recursos de ambas as partes, no entanto até a presente data, a corte de Nova York ainda não emitiu sua decisão final sobre o assunto.

19 Arrendamentos mercantis

19.1 Recebimentos / pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro com transferência de benefícios, riscos e controles

	31.12.2010			
	Consol	Controladora		
	Recebimentos	Pagamentos	Pagamentos	
	Mínimos	Mínimos	Mínimos	
2011	327	186	2.892	
2012 - 2015	1.258	166	13.757	
2016 em diante	4.203	107	8.641	
Recebimentos/pagamentos de compromissos				
estimados	5.788	459	25.290	
Menos montante dos juros anuais	(2.830)	(87)	(7.165)	
Valor presente dos recebimentos/pagamentos mínimos	2.958	372	18.125	
Circulante	131	176	3.149	
Não circulante	2.827	196	14.976	

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

19.2 Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional sem transferência de benefícios, riscos e controles

31.12.	2010
Consolidado	Controladora
17.736	18.948
44.732	63.311

2016 em diante 17.640 55.420 **Total 80.108** 137.679

A Companhia pagou em 2010 o montante de R\$ 9.903 (R\$ 14.727 na Controladora) reconhecidos como despesa no exercício.

20 Provisões para desmantelamento de áreas (não circulante)

	Consolidado	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2009	5.417	4.811
Adição	1.085	1.085
Reversão	(1.698)	(1.823)
Utilização	(188)	
Atualização de juros	356	346
Ajuste acumulado de conversão	(181)	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.791	4.419
Adição	2.288	2.087
Reversão	(493)	(493)
Utilização	(485)	(158)
Transferências	194	
Atualização de juros	229	217
Ajuste acumulado de conversão	(19)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6.505	6.072

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

21 Impostos, contribuições e participações

21.1 Impostos a recuperar

Ativo Circulante	Consolidado			Contro		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
No país:						
ICMS	2.650	2.386	2.527	1.662	1.671	1.917
PASEP/COFINS	3.458	1.563	1.323	3.021	1.153	883
CIDE	75	52	223	66	32	34
Imposto de renda	1.479	1.702	2.006	748	781	1.460
Contribuição social	359	445	801	189	181	664
Outros impostos	390	476	409	225	231	225
	8.411	6.624	7.289	5.911	4.049	5.183
No exterior:						
Imposto sobre valor agregado - IVA	95	101	313			
Outros impostos	429	298	269			
	524	399	582			
	8.935	7.023	7.871	5.911	4.049	5.183

21.2 Impostos, contribuições e participações a recolher

Passivo Circulante	Consolidado			Controladora		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
ICMS	1.968	1.676	1.741	1.622	1.352	1.403
PASEP/COFINS	1.125	1.083	1.064	848	846	902
CIDE	751	651	447	684	583	411
Participação especial/Royalties	3.618	4.656	2.528	3.583	4.596	2.492
Imposto de renda e contribuição social retidos na						
fonte	685	549	1.222	640	513	872
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.001	1.055	794			
Outras taxas	1.102	920	759	460	378	388
	10.250	10.590	8.555	7.837	8.268	6.468

21.3 Impostos e contribuição social diferidos - não circulante

Consolidado			Controladora		
31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
6.471	6.676	5.742	2.951	3.310	1.908
2.421	2.527	1.998	2.005	1.899	1.538
8.063	6.917	4.842	6.834	6.431	4.599
256	111	428			
17.211	16.231	13.010	11.790	11.640	8.045
26.118	20.406	17.577	21.808	16.855	14.892
43	52	65			
26.161	20.458	17.642	21.808	16.855	14.892
	6.471 2.421 8.063 256 17.211 26.118 43	31.12.2010 31.12.2009 6.471 6.676 2.421 2.527 8.063 6.917 256 111 17.211 16.231 26.118 20.406 43 52	31.12.2010 31.12.2009 01.01.2009 6.471 6.676 5.742 2.421 2.527 1.998 8.063 6.917 4.842 256 111 428 17.211 16.231 13.010 26.118 20.406 17.577 43 52 65	31.12.2010 31.12.2009 01.01.2009 31.12.2010 6.471 6.676 5.742 2.951 2.421 2.527 1.998 2.005 8.063 6.917 4.842 6.834 256 111 428 17.211 16.231 13.010 11.790 26.118 20.406 17.577 21.808 43 52 65	31.12.2010 31.12.2009 01.01.2009 31.12.2010 31.12.2009 6.471 6.676 5.742 2.951 3.310 2.421 2.527 1.998 2.005 1.899 8.063 6.917 4.842 6.834 6.431 256 111 428 17.211 16.231 13.010 11.790 11.640 26.118 20.406 17.577 21.808 16.855 43 52 65 65

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

21.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

2010

Natureza	Consolidado	Controladora	Fundamento para realização
Lucros não realizados entre companhias do sistema	1.230		Mediante a realização efetiva dos lucros
Prejuízos fiscais	1.144		Com lucros tributários futuros
Remuneração aos acionistas - Juros sobre Capital Próprio	781	754	Pelo Crédito individualizado aos acionistas
Provisões para processos judiciais e perdas em créditos de liquidação duvidosa	679	477	Pela efetivação fiscal da perda, e ajuizamento das ações e créditos vencidos
Provisão para Participação nos Lucros	562	486	Pelo pagamento
Provisão para desmantelamento de área	502	502	Mediante a realização dos gastos.
Provisão para perda de redução ao valor recuperável de ativos	327	327	Alienação de bens
Plano de Pensão	257	225	Pelo pagamento das contribuições da Patrocinadora
Absorção de financiamentos condicionais	96		Término dos contratos de financiamento
Diferença temporária entre os critérios de depreciação contábil e fiscal	87	110	Realização no prazo da depreciação linear dos bens.
Diferença temporária entre pagamentos de compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens e depreciação	83		Realização dos ativos
Variação cambial	15		Mediante liquidação dos contratos
Provisão para investimento de pesquisa e desenvolvimento	(4)	(4)	Mediante a realização dos gastos
Outros	712	74	
Total	6.471	2.951	

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

2010

	21	010	
Natureza	Consolidado	Controladora	Fundamento para realização
Custos com prospecção e perfuração para extração de petróleo	17.984	17.984	Conforme depreciação pelo método de unidades produzidas em relação às reservas provadas/desenvolvidas dos campos de petróleo
Juros capitalizados	1.937	1.937	Mediante depreciação pela vida útil do bem ou alienação
Variação cambial	1.882	453	Mediante liquidação dos contratos
Diferença temporária entre os critérios de depreciação contábil e fiscal	1.475	48	Mediante depreciação pela vida útil do bem ou alienação
Diferença temporária dos compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens e depreciação	1.027	910	Liquidação dos passivos
IR e CS sobre lucros no exterior	114	47	Mediante a ocorrência de fatos geradores para disponibilização dos lucros
Investimentos em controladas e coligadas	127		Mediante a ocorrência de fatos geradores para disponibilização dos lucros
Outros	1.572	429	
Total	26.118	21.808	

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

c) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Na Controladora, a realização dos créditos fiscais diferidos ativos no montante de R\$ 2.951 não depende de lucros futuros porque estes serão absorvidos anualmente pela realização do passivo fiscal diferido. No consolidado, para a parcela que excede o saldo da Controladora, quando aplicável, as administrações das subsidiárias têm expectativa de compensar estes créditos com base em projeções efetuadas.

Expectativa de realização

	Conso	lidado	Controladora		
	Imposto de Renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de Renda e CSLL diferidos passivos	Imposto de Renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de Renda e CSLL diferidos passivos	
2011	2.197	2.969	1.787	2.698	
2012	566	3.395	22	2.254	
2013	297	2.658	3	2.244	
2014	332	2.759	5	2.324	
2015	947	2.783	664	2.413	
2016	403	2.838	15	2.422	
2017 em diante	1.729	8.716	455	7.453	
Parcela registrada contabilmente	6.471	26.118	2.951	21.808	
Parcela não registrada contabilmente	1.804				
Total	8.275	26.118	2.951	21.808	

A controlada Petrobras America Inc. - PAI possui créditos tributários não registrados, no montante de R\$ 1.158 (US\$ 695 milhões), decorrentes de prejuízos fiscais acumulados, oriundos, principalmente, das atividades de exploração e produção de óleo e gás. De acordo com legislação específica dos Estados Unidos, país em que a PAI se encontra domiciliada, os créditos fiscais prescrevem em 20 anos, a partir da data da sua constituição.

Algumas controladas no exterior possuem prejuízos fiscais acumulados na fase exploratória. Esses créditos serão reconhecidos, de acordo com a legislação tributária de cada país, caso o empreendimento seja bem sucedido, mediante a geração de lucros tributáveis futuros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

d) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Consolidado						
	Saldo em 01 de janeiro de 2009	Reconhecido no Resultado do Exercício	Reconhecido no Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)	Ajuste Acumulado de Conversão	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2009	
Impostos Diferidos							
Imobilizado	(11.388)	(3.242)		189	566	(13.875)	
Contas a Receber / Pagar, Empréstimos e	(2.020)				(#O)	(04.6)	
Financiamentos	(3.020)	2.252		2	(50)	(816)	
Arrendamentos mercantins financeiros	(289)	(1.245)			122	(1.412)	
Provisão para processos judiciais	(1.088)	(228)		338	88	(890)	
Prejuízos Fiscais	1.736	343		(457)	(3)	1.619	
Estoques	500	115		(2)		613	
Juros Sobre Capital Próprio		358				358	
Outros	1.714	(112)	(137)	4	(796)	673	
Total dos impostos diferidos líquidos	(11.835)	(1.759)	(137)	74	(73)	(13.730)	
Impostos diferidos ativos	5.742					6.676	
Impostos diferidos passivos	(17.577)					(20.406)	
			Consolid	lado			
	Saldo em 31 de dezembro de 2009	Reconhecido no Resultado do Exercício	Reconhecido no Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)	Ajuste Acumulado de Conversão	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2010	
Impostos Diferidos							
_ *							
Imobilizado	(14.011)	(5.071)		52	33	(18.997)	
	(14.011)	(5.071)		52	33	(18.997)	
Imobilizado Contas a Receber / Pagar, Empréstimos e Financiamentos		,		52 1	33 72	(18.997) (1.857)	
Contas a Receber / Pagar, Empréstimos e	(14.011) (450) (1.369)	(5.071) (1.480) 246				, , ,	
Contas a Receber / Pagar, Empréstimos e Financiamentos Arrendamentos mercantins financeiros	(450) (1.369)	(1.480) 246			72	(1.857) (1.140)	
Contas a Receber / Pagar, Empréstimos e Financiamentos Arrendamentos mercantins financeiros Provisão para processos judiciais	(450)	(1.480)		1	72 (17)	(1.857)	
Contas a Receber / Pagar, Empréstimos e Financiamentos Arrendamentos mercantins financeiros	(450) (1.369) (970)	(1.480) 246 (32)		1 55	72 (17) 88	(1.857) (1.140) (859)	
Contas a Receber / Pagar, Empréstimos e Financiamentos Arrendamentos mercantins financeiros Provisão para processos judiciais Prejuízos Fiscais Estoques	(450) (1.369) (970) 1.234	(1.480) 246 (32) 304		1 55	72 (17) 88	(1.857) (1.140) (859) 1.478	
Contas a Receber / Pagar, Empréstimos e Financiamentos Arrendamentos mercantins financeiros Provisão para processos judiciais Prejuízos Fiscais	(450) (1.369) (970) 1.234 995	(1.480) 246 (32) 304 (154)	(103)	1 55	72 (17) 88	(1.857) (1.140) (859) 1.478 841	
Contas a Receber / Pagar, Empréstimos e Financiamentos Arrendamentos mercantins financeiros Provisão para processos judiciais Prejuízos Fiscais Estoques Juros Sobre Capital Próprio	(450) (1.369) (970) 1.234 995 358	(1.480) 246 (32) 304 (154) 396	(103) (103)	1 55 (55)	72 (17) 88 (5)	(1.857) (1.140) (859) 1.478 841 754	
Contas a Receber / Pagar, Empréstimos e Financiamentos Arrendamentos mercantins financeiros Provisão para processos judiciais Prejuízos Fiscais Estoques Juros Sobre Capital Próprio Outros	(450) (1.369) (970) 1.234 995 358 483	(1.480) 246 (32) 304 (154) 396 (3)		55 (55)	72 (17) 88 (5)	(1.857) (1.140) (859) 1.478 841 754	

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

21.5 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados no terceiro trimestre de 2010 e de 2009 estão apresentados a seguir:

a) Consolidado

	2010	2009
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados	48.137	44.275
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(16.367)	(15.054)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
 Crédito em razão da inclusão de JCP como despesas operacionais 	3.455	2.446
Resultado de empresas no exterior com alíquotas diferenciadas	601	1.241
• Incentivos fiscais	162	160
Prejuízos Fiscais	33	(146)
 Adições permanentes, líquidas 	(385)	(201)
Créditos fiscais de empresas no exterior em fase exploratória	(31)	(152)
• Outros	296	775
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(12.236)	(10.931)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	(5.794)	(1.759)
Imposto de renda/contribuição social correntes	(6.442)	(9.172)
	(12.236)	(10.931)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	25,4%	24,7%

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Controladora

_	2010	2009
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados	43.799	36.253
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(14.892)	(12.326)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Crédito em razão da inclusão de JCP como despesas operacionais	3.455	2.446
• Adições permanentes, líquidas (*)	2.153	2.829
• Incentivos fiscais	131	144
• Outros itens	390	613
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(8.763)	(6.294)
Imposto de renda/contribuição social diferidos Imposto de renda/contribuição social correntes	(5.149) (3.614)	(424) (5.870)
_	(8.763)	(6.294)
Alíquota efetiva de imposto e renda e contribuição social	20,0%	17,4%

^(*) Inclui equivalência patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

22 Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolidado			Controladora			
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	
Passivo							
Planos de pensão	4.795	4.598	4.519	4.377	4.204	4.106	
Planos de saúde	11.786	10.774	9.833	10.994	10.066	9.195	
	16.581	15.372	14.352	15.371	14.270	13.301	
Circulante	1.303	1.208	1.152	1.209	1.123	1.072	
Não circulante	15.278	14.164	13.200	14.162	13.147	12.229	

22.1 Planos de pensão no país – Benefício definido e contribuição variável

a) Plano Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social

A Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, constituída pela Petrobras, instituiu o Plano Petros em julho de 1970, do tipo benefício definido, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social. Além da Petrobras, o Plano Petros é patrocinado pela BR Distribuidora, Petroquisa e Refap, e está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados) e assistidos (aposentados e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido este deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, conforme Emenda Constitucional nº 20/1998 e Lei Complementar nº 109/2001, observada a proporção quanto às contribuições normais vertidas no exercício em que for apurado aquele resultado.

Em 23 de outubro de 2008, as Petrobras e as subsidiárias patrocinadoras do Plano Petros e a Petros assinaram Termos de Compromisso Financeiro – TCF em consequência à homologação de transação judicial, relativa ao plano de pensão, como o previsto no Acordo de Obrigações Recíprocas – AOR firmado pelas patrocinadoras e entidades sindicais. Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos com pagamento de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado. Em 31 de dezembro 2010, os saldos dos TCF totalizavam R\$ 4.789 (R\$ 4.519 na Controladora), dos quais R\$ 291 (R\$ 274 na Controladora) de juros vencem em 2011.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A obrigação assumida pela Companhia, por intermédio dos TCF, representa uma contrapartida às adesões feitas pelos participantes/assistidos do Plano Petros à repactuação para alteração do regulamento do plano, em relação aos benefícios, e ao encerramento de litígios existentes.

A Fundação Petros propiciou aos participantes ativos que repactuaram as alterações do regulamento do Plano Petros a adesão ao Benefício Proporcional Opcional - BPO que consiste numa aposentadoria em valor equivalente ao direito acumulado e, ainda, se inscrever no Plano Petros 2. Esse processo foi encerrado em 30 de novembro de 2010 com a adesão de aproximadamente 4.600 participantes ao BPO e ao Plano Petros 2, gerando uma redução nas perdas atuariais de R\$ 214 (R\$ 191 na Controladora), provenientes da retirada da premissa de crescimento salarial destes participantes.

Em 31 de dezembro de 2010, a Petrobras e subsidiárias possuíam Notas do Tesouro Nacional - de longo prazo, no montante de R\$ 4.897 (R\$ 4.655 na Controladora), que serão mantidas na carteira da Companhia como garantia dos TCF.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2011 são de R\$ 556 (R\$ 521 na Controladora).

b) Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros 2, na modalidade de contribuição variável, foi implementado a partir de 1º de julho de 2007 pelas patrocinadoras Petrobras, BR Distribuidora, Petroquisa e Refap. Posteriormente, as empresas Ipiranga Asfaltos S.A. - IASA, FAFEN Energia S.A., Termorio, UTE Juiz de Fora, Termobahia, Termomacaé e Termoceará aderiram ao plano.

As patrocinadoras que implementaram o plano assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até o dia 29 de agosto de 2007. Os desembolsos do serviço passado são realizados, mensalmente, ao longo do tempo durante o mesmo número de meses em que o participante ficou sem plano, devendo, portanto cobrir a parte relativa aos participantes e patrocinadoras. O plano continuará aberto para inscrições após essa data, mas não há mais o pagamento do serviço passado.

A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, e os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destinase à formação de reserva para aposentadoria programada e foi reconhecida no resultado do exercício conforme as contribuições são efetuadas. Em 31 de dezembro de 2010, a contribuição das patrocinadoras para a parcela de contribuição definida deste plano foi de R\$ 407 (R\$ 371 na Controladora).

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A avaliação atuarial de 2009 da Fundação Petros, para fins de atendimento às normas da Previdência Complementar, evidenciou a ocorrência de uma baixa sinistralidade de eventos de risco no exercício, assim como observou que o saldo do fundo coletivo de risco apresentava-se suficiente para cobertura dos benefícios estimados para 2010. Dessa forma, a Fundação acatou a sugestão do atuário de que as contribuições de risco fossem redirecionadas para a conta do participante no plano durante o exercício de 2010.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2011 são de R\$ 66 (R\$ 63 na Controladora).

22.2 Planos de pensão no exterior – Benefício definido

Os principais planos de benefício definido, oferecidos pelas controladas da Petrobras Internacional Braspetro B.V. (PIB BV), são os seguintes:

22.2.1 Petrobras Argentina S.A. (PESA)

a) Plano "Termination Indemnity"

Plano de benefícios para empregados que cumprem determinadas condições estão aptos para receber um mês de salário por ano de serviço, de acordo com uma escala decrescente, conforme os anos de vigência do plano, no momento de sua aposentadoria.

b) Plano "Fondo Compensador"

Plano de benefícios complementar ao sistema de aposentadoria para empregados que ingressaram na empresa antes de 31 de maio de 1995, e acumulem o tempo de serviço requerido.

22.2.2 Refinaria Nansei Sekiyu K.K.

Plano de benefícios de aposentadoria complementar programada, no qual o empregado precisa ter, no mínimo, 50 anos de idade e 20 anos de serviço para se tornar elegível. As contribuições são efetuadas somente pela patrocinadora.

22.3 Ativos dos planos de pensão

A estratégia de investimentos da Companhia para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo, de uma avaliação cuidadosa dos riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer às políticas definidas pelo Banco Central do Brasil. Os fundos de renda fixa detém a maior concentração de investimentos, distribuídos principalmente em títulos públicos e privados. A meta da distribuição de ativos para o período entre 2011 e 2015 de acordo com essa Política é: 25% a 70% em renda fixa, 15% a 50% em renda variável, de 1,5% a 8% em imóveis, 0% a 15% em financiamentos a participantes dos planos e de 2,5% a 15% em outros investimentos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os ativos dos planos de pensão, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

	2010					2009	
Categoria do Ativo	Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)	Valoração suportada por preços observáveis (Nível 2)	Valoração sem o uso de preços observáveis (Nível 3)	Valor justo total (Níveis 1, 2 e 3)	%	Valor justo total (Níveis 1, 2 e 3)	%
Renda fixa	15.800	8.877		24.677	54%	23.755	60%
Títulos privados		8.755		8.755		7.658	
Títulos públicos	15.800			15.800		16.091	
Outros investimentos		122		122		6	
Renda variável	10.456	2.195	5.623	18.274	40%	13.935	35%
Ações à vista	10.456			10.456		8.343	
Fundos de Private Equity		2.158	5.622	7.780		5.520	
Outros investimentos		37	1	38		72	
Imóveis			1.462	1.462	4%	880	2%
	26.256	11.072	7.085	44.413	98%	38.570	97%
Empréstimos concedidos				1.131	2%	1.113	3%
				45.544	100%	39.683	100%

Em 31 de dezembro de 2010, os investimentos incluem ações ordinárias e preferenciais da Petrobras no valor de R\$ 1.736 e de R\$ 1.317, respectivamente, e imóveis alugados pela Companhia no valor de R\$ 253.

Os ativos de empréstimos concedidos a participantes são avaliados ao custo amortizado, o que se aproxima do valor de mercado.

A movimentação do valor justo de ativos avaliados com o emprego de fluxo de caixa descontado, classificados como Nível 3, é a seguinte:

	Movimentação do Nível 3					
	Fundos de Private Equity	Imóveis	Outros investimentos	Total		
Em 31 de dezembro de 2009	4.184	880	17	5.080		
Rentabilidade dos ativos	1.425	240		1.665		
Compras e vendas, líquidas	13	342	(16)	339		
Em 31 de dezembro de 2010	5.622	1.462	1	7.085		

A rentabilidade esperada dos investimentos, baseada nas expectativas de mercado, é de 6,2% a.a. para ativos de renda fixa, 8% a.a para ativos de renda variável e para outros investimentos, resultando numa taxa de juros média de 6,78% a.a.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

22.4 Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras e suas subsidiárias, Petrobras Distribuidora, Petroquisa e Refap, mantêm um plano de assistência médica (AMS), com benefícios definidos, que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

22.5 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos atívos dos planos

As informações de todos os planos de benefícios definidos no país e no exterior foram agregadas, uma vez que contém premissas similares e o total de ativos e obrigações de planos de pensão no exterior não é significativo.

Todos os planos de pensão têm acumulado obrigações de benefícios em excesso aos ativos dos planos.

a) Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

		Consolidado	2010 lado		Controladora		Consolidado	2009		Controladora
	Plano d	Plano de Pensão				Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais										
Obrigação atuarial no início do exercício	47.495	525	11.961	59.981	55.997	37.524	300	9.875	47.699	44.404
Custo dos juros: Com termo de compromisso financeiro	509			509	479	370			370	346
· Atuarial	4.737	59	1.328	6.124	5.719	4.367	39	1.258	5.664	5.294
Custo do serviço corrente	405	104	198	707	631	330	106	150	586	530
Beneficios pagos (Ganho)/Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(1.783)	(3)	(523)	(2.309) 4.746	(2.163)	(1.815)	ලි සි	(471)	(2.289)	(2.166)
Outros	(9)			(9)		(78)			(78)	
Obrigação atuarial no fim do exercício	55.242	733	13.777	69.752	65.151	47.495	525	11.961	59.981	55.997
Movimentação no valor justo dos ativos do plano										
Ativo do plano no início do exercício	39.482	201		39.683	37.220	32.900	98		32.986	30.811
Rendimento esperado dos ativos do plano	4.469	28		4.497	4.223	3.984	16		4.000	3.748
Contribuições recebidas pelo fundo	968		523	1.419	1.301	780	91	471	1.342	1.255
Recedimentos vinculados ao termo de compromisso financeiro	258			258	239	230			230	215
Beneficios pagos	(1.783)	(3)	(523)	(2.309)	(2.163)	(1.815)	(3)	(471)	(2.289)	(2.166)
Ganho/(Perda) atuarial sobre os ativos do plano	1.993	3		1.996	1.928	3.412	11		3.423	3.357
Outros Ativos do plano no fim do exercício	45.315	229		45.544	42.748	39.482	201		39.683	37.220
Valores reconhecidos no balanço patrimonial										
Valor presente das obrigações com fundo constituído (-) Valor justo dos ativos do plano	55.242 (45.315)	733 (229)		55.975 (45.544)	52.356 (42.748)	47.495 (39.482)	525 (201)		48.020 (39.683)	44.855 (37.220)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos arivos do plano	LZ6 6	504		10.431	9.608	8.013	324		8.337	7.635
Valor presente das obrigações sem fundo constituído			13.777	13.777	12.795			11.961	11.961	11.142
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidas	(5.301)	(116)	(1.959)	(7.376)	(6.807)	(3.413)	(73)	(1.151)	(4.637)	(4.248)
Custo do serviço passado não reconhecido	(116)	(103)	(32)	(251)	(225)	(145)	(108)	(36)	(289)	(259)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	4.510	285	11.786	16.581	15.371	4.455	143	10.774	15.372	14.270
Movimentação do passivo atuarial líquido										
Saldo em 1º de janeiro	4.455	143	10.774	15.372	14.270	4.420	66	9.833	14.352	13.301
(+) Custos incorridos no exercício	837	143	1.533	2.513	2.298	721	86	1.412	2.231	2.055
(-) Pagamento de contribuições	(525)		(523)	(1.048)	(958)	(416)	(09)	(471)	(947)	(871)
Outros	(5.4)	8	2	(2)	(667)	(42)	9		(36)	(C12)
Saldo em 31 de dezembro	4.510	285	11.786	16.581	15.371	4.455	143	10.774	15.372	14.270

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Componentes das despesas líquidas

			2010					2009		
		Conso	Consolidado		Controladora		Consolidado	idado		Controladora
	Plano c	Plano de Pensão				Plano	Plano de Pensão			
	Beneficio Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total	Beneficio Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Custo do serviço corrente Custo dos juros:	405	104	198	707	631	329	106	150	585	530
Com termo de compromisso financeiro	509			509	479	370			370	346
· Atuarial	4.737	59	1.328	6.124	5.719	4.367	39	1.258	5.664	5.294
Rendimento estimado dos ativos do plano	(4.469)	(28)		(4.497)	(4.223)	(3.984)	(16)		(4.000)	(3.748)
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais não										
reconhecidas	33	1	1	5	1	2			2	
Contribuições de participantes	(371)			(371)	(343)	(372)	(43)		(415)	(388)
Custo do serviço passado não reconhecido	23	7	4	*	34	23	7	4	8	33
Outros	•		2	2		(14)	5		6)	(11)
Custo líquido no exercício	837	143	1.533	2.513	2.298	721	86	1.412	2.231	2.055
Relativa a empregados ativos:										
Absorvida no custeio das atividades operacionais	185	72	296	553	530	200	45	223	468	452
Diretamente no resultado	141	69	198	408	314	153	52	178	383	308
Relativa aos inativos	511	2	1.039	1.552	1.454	368	1	1.011	1.380	1.295
Custo líquido no exercício	837	143	1.533	2.513	2.298	721	86	1.412	2.231	2.055

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

c) Variações entre valores estimados e incorridos

As variações entre os valores estimados e os efetivamente incorridos foram os seguintes:

	Consoli	idado	Control	adora
	2010	2009	2010	2009
Ganhos/(perdas) dos planos de pensão				
Obrigação atuarial	118	(381)	28	(417)
Ativos de planos de pensão	1.996	3.423	1.928	3.357
Ganhos/(perdas) dos planos de saúde				
Obrigação atuarial	414	663	406	637

d) Variação nos custos com assistência médica

A variação de 1% nas premissas de custos médicos teria os seguintes impactos:

	Consolid	dado	Controla	idora
	1% de acréscimo	1% de redução	1% de acréscimo	1% de redução
Obrigação atuarial	2.016	(1.652)	1.864	(1.528)
Custo do serviço e juros	245	(198)	226	(183)

e) Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2010	2009
Taxa de desconto Taxa de crescimento salarial	Inflação: 5,3% a 4,3% a.a $^{(1)}$ + Juros: 5,91% a.a $^{(2)}$ Inflação: 5,3% a 4,3% a.a $^{(1)}$ + 2,220% a.a	Inflação: 4,5% a 4% a.a ⁽¹⁾ + Juros: 6,57% a.a ⁽²⁾ Inflação: 4,5% a 4% a.a ⁽¹⁾ + 2,295% a.a
Taxa de retorno esperada dos ativos de planos de pensão	Inflação: 5,3% a.a (1) + Juros: 6,78% a.a	Inflação: 4,5% a.a* + Juros:6,74% a.a
Taxa de rotatividade dos planos de saúde	0,660% a.a ⁽³⁾	0,768% a.a ⁽³⁾
Taxa de rotatividade dos planos de pensão	Nula	Nula
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares Tábua de mortalidade	7,89% a 4,3%a.a ⁽⁴⁾ AT 2000, específica por sexo	7,5% a 4% a.a ⁽⁴⁾ AT 2000, específica por sexo
Tábua de invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49, específica por sexo	AT 49, específica por sexo

⁽¹⁾ Inflação linearmente decrescente nos próximos 5 anos quando se torna constante.

⁽²⁾ A Companhia utiliza uma metodologia para apuração de uma taxa real equivalente a partir da curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo, considerando-se no cálculo desta taxa o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde.

⁽³⁾ Rotatividade média que varia de acordo com a idade e tempo de serviço.

⁽⁴⁾ Taxa decrescente atingindo nos próximos 30 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

22.6 Outros planos de contribuição definida

A subsidiária Transpetro e as controladas Petrobras Argentina, Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG e outras patrocinam planos de aposentadoria aos seus empregados, de natureza de contribuição definida. As contribuições pagas no exercício de 2010, reconhecidas no resultado, totalizaram R\$ 20.880.

23 Participação dos empregados e administradores

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais.

Dessa forma, no exercício de 2010, a Petrobras provisionou R\$ 1.691 no Consolidado (R\$ 1.495 em 2009) e R\$ 1.428 na Controladora (R\$ 1.270 em 2009), de participação dos empregados e administradores nos lucros ou resultados (PLR). O valor da provisão respeita os limites estabelecidos pela Resolução nº 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Controles das Empresas Estatais - CCE.

A participação dos administradores nos lucros ou resultados será objeto de deliberação pela Assembléia Geral Ordinária, de 2011, na forma disposta pelos artigos 41 e 56 do Estatuto Social da Companhia e pelas normas federais específicas.

24 Patrimônio líquido

24.1 Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2010, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 205.357 está representado por 7.442.454.142 ações ordinárias e 5.602.042.788 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Aumento de capital com reservas

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em conjunto com a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, em 22 de abril de 2010, aprovou o aumento do capital social da Companhia de R\$ 78.967 para R\$ 85.109, mediante a capitalização de parte de reservas de lucros no montante de R\$ 5.627, sendo R\$ 899 de reserva estatutária, R\$ 4.713 de reserva de retenção de lucros, em conformidade com o artigo 199, da Lei 6.404/76, e R\$ 15 de parte da reserva de incentivos fiscais constituída em 2009, em atendimento ao artigo 35, parágrafo 1°, da Portaria n° 2.091/07 do Ministro de Estado da Integração Nacional, e de reservas de capital no montante de R\$ 515. Essa capitalização será efetivada sem a emissão de novas ações, de acordo com o artigo 169, parágrafo 1°, da Lei n° 6.404/76.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Aumento de capital com emissão de ações

Em 23 de setembro de 2010, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 115.052 passando o capital social da Companhia de R\$ 85.109 para R\$ 200.161, mediante a emissão de 2.293.907.960 Ações Ordinárias e 1.788.515.136 Ações Preferenciais, mantendo aos seus titulares os mesmos direitos atribuídos aos titulares das ações previamente existentes, passando o capital a ser representado por 7.367.255.304 Ações Ordinárias e por 5.489.244.532 Ações Preferenciais.

Em 29 de setembro de 2010 ocorreu a liquidação da oferta das ações mencionadas acima, que resultou na captação de R\$ 115.052.

Em 01 de outubro de 2010, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a emissão e verificou a subscrição de 75.198.838 Ações Ordinárias e 112.798.256 Ações Preferenciais, resultando na captação de recursos adicionais e aumento de capital social no montante de R\$ 5.196, passando o capital social de R\$ 200.161 para R\$ 205.357, representado por 7.442.454.142 Ações Ordinárias e 5.602.042.788 Ações Preferenciais.

Reforma do Estatuto Social

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2011 aprovou a reforma do Estatuto Social da seguinte forma:

- a) alterar o artigo 4°, caput, de forma a estabelecer que o capital social da Companhia passe a constar como sendo de R\$ 205.357, dividido em 13.044.496.930 ações, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, sendo 7.442.454.142 ações ordinárias e 5.602.042.788 ações preferenciais;
- b) excluir os §§ 1°, 2° e 3° do artigo 4°, de forma a retirar o limite de capital autorizado para ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia que, nos termos da Lei n° 6.404/76, permitiria em determinadas circunstâncias o aumento do capital social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração;
- c) inserir novo § 1º no artigo 4º, de forma a estabelecer que os aumentos de capital mediante a emissão de ações serão submetidos previamente à deliberação da Assembleia Geral;
- d) renumerar como § 2º o atual § 4º do artigo 4º;
- e) renumerar como § 3º o atual § 5º do artigo 4º;
- f) excluir o inciso IX do artigo, que prevê a competência para o Conselho de Administração deliberar sobre aumento de capital dentro do limite autorizado, já que a Companhia não terá mais capital autorizado;

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

g) alterar o inciso III do artigo 40, que define como competência da Assembleia Geral o aumento do capital social, suprimindo a ressalva às hipóteses de capital autorizado, que não mais existirão; e

h) excluir o artigo 62, que define as disposições transitórias aprovadas na AGE de 22 de junho de 2010.

Aumento com reservas em 2011

A Administração da Petrobras está propondo à Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em conjunto com a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas de 2011, o aumento do capital social da Companhia de R\$ 205.357 para R\$ 205.380, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros de incentivos fiscais constituída em 2010, no montante de R\$ 23, em atendimento ao artigo 35, parágrafo 1°, da Portaria n° 2.091/07 do Ministro do Estado da Integração Nacional. Essa capitalização será efetiva sem a emissão de novas ações, de acordo com o artigo 169, parágrafo 1°, da Lei n° 6.404/76.

24.2 Contribuição adicional de capital

a) Gastos com emissão de ações

A oferta global gerou custo de captação no montante de R\$ 477, líquido de impostos.

b) Mudança de participação em controladas

Inclui o valor das diferenças entre o valor pago e o montante contábil decorrentes das variações de participações em controladas que não resultem em perda de controle, considerando que se tratam de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários.

24.3 Reservas de lucros

a) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destinase ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 55 do Estatuto Social da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

c) Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

No exercício de 2010, foram destinados do resultado R\$ 250, referentes ao incentivo para subvenção de investimentos no âmbito das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM), dos quais R\$ 23 referem-se à realização de parte dos depósitos para reinvestimentos com recursos próprios.

d) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

O Conselho de Administração está propondo a manutenção no patrimônio líquido, em reserva de retenção de lucros, do montante de R\$ 19.043, remanescente do lucro do exercício de 2010, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos estabelecidos no orçamento de capital do exercício de 2011, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionista de 2011.

24.4 Ajuste de avaliação patrimonial

a) Ajuste acumulado de conversão

Incluem as diferenças de conversão para real das demonstrações contábeis das empresas com moeda funcional diferente da Controladora.

b) Outros resultados abrangentes

Incluem as variações de valor justo envolvendo ativos financeiros disponíveis para venda, *hedge* de fluxo de caixa e os ajustes por adoção do custo atribuído do setor petroquímico na data de transição.

24.5 Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2010, que está sendo encaminhada pela Administração da Petrobras à aprovação dos acionistas na Assembléia Geral Ordinária de 2011, no montante de R\$ 11.728, atende aos direitos garantidos, estatutariamente, às ações preferenciais (artigo 5°), distribuindo indistintamente às ações ordinárias e preferenciais, podendo ser assim demonstrado:

	2010	2009
Lucro líquido do exercício (Controladora)	35.036	29.313 ^(*)
Apropriação:		
Reserva legal	(1.752)	(1.466)
Reserva de incentivos fiscais	(250)	(554)
	33.034	27.293
Reversões/adições:		
Reserva de reavaliação		10
Lucro básico para determinação do dividendo	33.034	27.303
Dividendos propostos, equivalente a 35,50 % do lucro básico - R\$ 1,03 por ação, (30,53% em 2009, R\$ 0,95 por ação) composto de:		
Juros sobre o capital próprio	10.163	7.195
Dividendos	1.565	1.140
Total de dividendos propostos	11.728	8.335
Menos:		
Juros sobre o capital próprio pagos		
antecipadamente	(7.945)	(6.142)
Atualização dos juros sobre o capital próprio antecipados	(188)	(24)
-	(8.133)	(6.166)
Saldo de dividendos propostos	3.595	2.169

^(*) Lucro líquido divulgado em 2009, base para determinação do dividendo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 11.728 incluem juros sobre capital próprio no total de R\$ 10.163, aprovados pelo Conselho de Administração da seguinte forma:

Parcela	Data aprovação Conselho Administração	Data posição acionária	Data de pagamento	Valor da parcela	Valor bruto por ação (ON e PN) (R\$)
1ª. parcela JCP	14.05.2010	21.05.2010	31.05.2010	1.755	0,20
2ª. parcela JCP	16.07.2010	30.07.2010	31.08.2010	1.755	0,20
3ª. parcela JCP	22.10.2010	01.11.2010	30.11.2010	1.826	0,14
4ª. parcela JCP	10.12.2010	21.12.2010	30.12.2010	2.609	0,20
5ª. parcela JCP	25.02.2011	21.03.2011		2.218	0,17
Dividendos	25.02.2011			1.565	0,12
				11.728	1,03

O dividendo por ação relacionado às duas primeiras parcelas dos juros sobre o capital próprio foi calculado considerando a posição acionária antes do aumento do capital social em 29 de setembro e 1º de outubro de 2010, equivalente a R\$ 0,40 para 8.774.076.740 de ações. Em relação às parcelas subseqüentes, o dividendo por ação foi calculado sobre a posição acionária após a emissão das novas ações, equivalente a R\$ 0,63 por ação para 13.044.496.930 de ações.

As parcelas dos juros sobre o capital próprio distribuídas antecipadamente em 2010 serão descontadas dos dividendos propostos para este exercício, corrigidas pela taxa SELIC desde a data de seu pagamento até 31 de dezembro de 2010. A parcela final de juros sobre o capital próprio será disponibilizada até 30 de abril de 2011 e os dividendos serão pagos na data que vier a ser fixada em Assembléia Geral Ordinária de Acionistas, e terão os seus valores atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2010 até a data de início do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia, contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, conforme determina a Deliberação CVM nº 207/96, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 3.455 (R\$ 2.446 em 2009).

24.6 Lucro por Ação

Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras Média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação (nº. Ações) Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)

Consol	idado	Contro	ladora
2010	2009	2010	2009
35.189	30.051	35.036	29.959
9.872.826.065	8.774.076.740	9.872.826.065	8.774.076.740
3,57	3,43	3,55	3,42

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

25 Receita de vendas

	Consoli	dado	Control	adora
	2010	2009	2010	2009
Receita bruta de vendas	268.107	230.721	204.595	175.571
Encargos de vendas	(54.833)	(47.887)	(48.108)	(41.537)
Receita de vendas	213.274	182.834	156.487	134.034

26 Despesas por natureza

	Consolida	do	Controlac	lora
-	2010	2009	2010	2009
Depreciação, depleção e amortização	(14.881)	(14.457)	(10.813)	(10.380)
Despesas com pessoal e benefícios	(16.153)	(13.835)	(12.185)	(10.386)
Matéria-prima / produtos adquiridos	(78.915)	(59.999)	(53.405)	(39.262)
Participação governamental	(20.314)	(19.076)	(19.810)	(18.624)
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais (*)	(22.446)	(16.107)	(13.284)	(8.818)
- -	(152.709)	(123.474)	(109.497)	(87.470)
Custo do produto vendido	(136.052)	(108.707)	(96.134)	(75.977)
Despesas com vendas	(8.660)	(7.375)	(7.920)	(6.464)
Despesas gerais e administrativas	(7.997)	(7.392)	(5.443)	(5.029)
-	(152.709)	(123.474)	(109.497)	(87.470)

^{*} Líquido de gastos capitalizados com a construção de ativos próprios

27 Outras despesas operacionais, líquidas

	Consoli	dado	Controla	ndora
	2010	2009	2010	2009
Perdas e contingências com processos judiciais	(1.834)	(2.499)	(1.352)	(2.339)
Planos de pensão e saúde	(1.552)	(1.380)	(1.454)	(1.295)
Relações institucionais e projetos culturais	(1.234)	(1.070)	(1.132)	(959)
Acordos coletivos de trabalho	(647)	(487)	(577)	(487)
Parada não programadas e gastos pré-operacionais	(623)	(748)	(613)	(725)
Ajuste ao valor de mercado dos estoques	(603)	(609)	(61)	(124)
Gastos corporativos de segurança, meio ambiente e saúde	(369)	(355)	(368)	(353)
Despesas operacionais c/ termoelétricas	(299)	(610)	(602)	(1.015)
Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(76)	(543)	104	(550)
Incentivo para aquisição de ações da Petrobras	(91)		(85)	
Outros	266	941	379	380
	(7.062)	(7.360)	(5.761)	(7.467)

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

28 Resultado financeiro líquido

-	Consolid	ado	Controla	dora
	2010	2009	2010	2009
Resultado cambial sobre caixa e equivalentes de caixa Resultado cambial sobre financiamentos	(680) 722	(666) 2.070	(784) 878	(801) 475
Resultado cambial sobre arrendamentos mercantis financeiros com terceiros	(35)	25 1.429	94	22
Efeito cambial sobre endividamento líquido	•			(304)
Variação monetária sobre financiamentos (*)	695	2.406	140	1.079
Despesa com financiamentos	(7.145)	(4.769)	(4.467)	(2.560)
Encargos financeiros capitalizados Despesas com financiamentos, líquidas	5.533 (1.612)	3.250 (1.519)	(218) -	2.583 23
Receita com aplicações financeiras	1.680	1.388	971	623
Receita com títulos públicos federais para negociação	529	1.500	529	023
Receita líquida com FIDC-NP	529		(1.257)	(519)
Despesas financeiras líquidas	597	(131)	25	127
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	1.299	3.704	259	902
Variação cambial sobre ativos no exterior Variação cambial sobre arrendamentos mercantis com	(365)	(5.637)	(949)	(8.829)
subsidiárias	137	1.432	137	1.432
"Hedge" sobre operações comerciais e financeiras	3	(373)	24	172
Receita com títulos disponíveis para venda	524	422	510	422
Receita com títulos mantidos até o vencimento	119	342	451	53
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	(15)	(335)	340	535
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	861	283	862	603
Resultado financeiro líquido	2.563	(162)	1.634	(4.710)
Resultado financeiro				
Receitas	4.539	3.509	4.312	6.311
Despesas	(3.311)	(3.471)	(2.960)	(5.002)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	1.335	(200)	282	(6.019)
	2.563	(162)	1.634	(4.710)

^(*) Inclui variação monetária sobre financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação ao dólar.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

29 Processos judiciais e contingências

29.1 Processos judiciais provisionados

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Reclamações trabalhistas	196	102	88	15
Processos fiscais	617	176	68	56
Processos cíveis (*)	358	462	269	181
Outros processos	201	179		
	1.372	919	425	252
Circulante		54		54
Não circulante	1.372	865	425	198

^(*) Líquido de Depósito Judicial, quando aplicável.

	Contingências			
	Consolidado	Controladora		
Saldo em 01 de janeiro de 2009	966	257		
Adição	2.444	2.325		
Reversão	(6)			
Utilização	(1.133)	(1.021)		
Transferências	(1.357)	(1.321)		
Atualização de juros	13	12		
Ajuste acumulado de conversão	(8)			
Saldo em 31 de dezembro de 2009	919	252		
Adição	1.394	845		
Utilização	(859)	(598)		
Transferências	(88)	(83)		
Atualização de juros	9	9		
Combinações de negócios	13			
Ajuste acumulado de conversão	(16)			
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.372	425		

Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos - CLEP

Em 16 de julho de 2009, a CLEP recebeu um auto de infração, referente ao questionamento em relação à alíquota de Imposto de Renda retido na fonte, aplicável na emissão de títulos no exterior. Tendo a possibilidade de aplicação do tratado entre Brasil e Japão. Em 14 de agosto de 2009, a CLEP protocolou, na Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro, impugnação ao auto de infração recebido em 16 de julho de 2009. Em 3 de setembro de 2009 o processo foi remetido ao serviço de controle e julgamento – DRJ.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

O pedido de liminar para renovação da intimação acerca do acórdão proferido no processo administrativo e suspensão da exigibilidade do débito de IRRF foi indeferido, o que ensejou a interposição de agravo de Instrumento no último dia 19/11/2010.

No dia 02/12/2010, o pedido de antecipação da tutela foi deferido parcialmente, suspendendo-se os atos de cobrança do débito até que se efetive a nova intimação do aludido acórdão na esfera administrativa

A exposição máxima estimada, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 417, que está contabilizado no passivo não circulante do balanço consolidado.

Participação Especial dos campos de Barracuda e Caratinga

Em 1º de julho de 2010, a Petrobras recebeu auto de infração lavrado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, no valor de R\$ 222, a título de Participação Especial dos campos de Barracuda e Caratinga por conta de valores que teriam sido recolhidos a menor pela Companhia, durante o período compreendido entre o 2º trimestre de 2005 e o 4º trimestre de 2009, em função do abatimento de custos em suposto desacordo com a Portaria ANP nº 10/99. Em 15 de julho de 2010, a Petrobras protocolou sua defesa junto à ANP.

Em 30 de setembro de 2010, a ANP encaminhou ofício 609/2010/SPG com a revisão de valor para a autuação, por entender que parte do contrato de arrendamento não consistiria em operação de financiamento.

A Petrobras protocolou junto a ANP, em 28 de outubro de 2010, pedido de parcelamento, em 30 meses, num total de R\$ 86, com base no valor determinado no ofício nº 646/2010/SPG, de 15 de outubro de 2010. Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia realizou o pagamento de três parcelas.

ICMS – Naufrágio da Plataforma P-36

Em março de 2001 ocorreu o naufrágio da Plataforma P-36, que tinha sido importada na modalidade de admissão temporária, sob o amparo de regime aduaneiro suspensivo da tributação (REPETRO) e, portanto, nesta ocasião não eram devidos os impostos estaduais, que passaram a ser cobrados, por que não haveria mais retorno da plataforma.

Com a decisão desfavorável no último nível de recurso no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a Petrobras avaliou os aspectos jurídicos da ação e econômicos de utilização dos benefícios de anistia fiscal previstos na Lei Estadual nº 5.647, de 18 de janeiro de 2010, que permite eliminação de multa e redução expressiva de outros encargos, além da possibilidade de pagamento com precatórios.

Em 2010, a Petrobras aderiu às condições da Lei e pagou o montante de R\$ 449, sendo R\$ 109 em precatórios.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Triunfo Agro Industrial S.A e outras

No decorrer do ano de 2000, a Triunfo Agro Industrial e outras empresas propuseram ação contra a Petrobras, reclamando perdas e danos em decorrência do desfazimento de operação de cessão de crédito – prêmio de IPI. O julgamento pelo Tribunal de Justiça do Rio de janeiro, em segunda instância, foi desfavorável à Petrobras, sendo negado provimento ao recurso interposto pela Companhia. Contra essa decisão, a Petrobras interpôs recursos especial e extraordinário, que foram inadmitidos, o que gerou a interposição de Agravos de Instrumento para o STJ e STF, respectivamente, que se encontram pendentes de julgamento.

Paralelamente à interposição dos referidos recursos, a Petrobras ingressou, no dia 28 de setembro de 2010, com ação rescisória junto ao Pleno do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, na qual obteve, por 20 votos a um, liminar que veda qualquer levantamento de valores por parte das autoras da ação.

A exposição máxima estimada é da ordem de R\$ 497. A Companhia possui saldo de depósitos judiciais para esse processo no valor de R\$ 341, perfazendo o montante líquido de R\$ 157.

Federação dos Pescadores do Rio de janeiro - FEPERJ

A FEPERJ pleiteia, em nome dos seus representados, indenizações diversas em razão do vazamento de óleo na Baía da Guanabara, ocorrido no dia 18 de janeiro de 2000. À época, a Petrobras indenizou extrajudicialmente todos que comprovaram serem pescadores no momento do acidente. Segundo registros do cadastro nacional de pescadores, apenas 3.339 poderiam pleitear indenização.

Em 02 de fevereiro de 2007, foi publicada decisão acolhendo, parcialmente, o laudo pericial e que, a pretexto de quantificar a decisão condenatória, fixou os parâmetros para os respectivos cálculos que, por tais critérios, alcançaria a importância de R\$ 1.102 . A Petrobras recorreu dessa decisão ao Tribunal de Justiça/RJ, visto que os parâmetros fixados na decisão são contrários àqueles já definidos pelo próprio TJ/RJ. O recurso foi provido. Em 29 de junho de 2007, foi publicada decisão da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro negando provimento ao recurso da Petrobras e dando provimento ao recurso da FEPERJ. Contra essa decisão foram interpostos recursos especiais pela Petrobras, os quais em julgamento realizado no dia 19 de novembro de 2009, pelo Superior Tribunal de Justiça, foram providos para anular o acórdão da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça/RJ. A FEPERJ opôs Embargos de Declaração, pendente de julgamento.

Com base nos cálculos elaborados pelos assistentes periciais da Companhia, foi mantido o valor de R\$ 50, atualizado para 31 de dezembro de 2010, por representar o montante que a Companhia entende que será fixado ao final do processo pelas instâncias superiores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

29.2 Processos judiciais não provisionados

Descrição

Autor: Porto Seguro Imóveis Ltda.

Natureza: Cível

A Porto Seguro, acionista minoritária da Petroquisa, ajuizou ação contra a Petrobras, relativa a alegados prejuízos decorrentes da venda da participação acionária da Petroquisa em diversas empresas petroquímicas incluídas no Programa Nacional de Desestatização. Na aludida ação, pretende a autora que a Petrobras, na qualidade de acionista majoritária da Petroquisa, seja obrigada a recompor o "prejuízo" causado ao patrimônio da mesma Petroquisa, por força dos atos que aprovaram o preço mínimo de venda de sua participação acionária no capital das empresas desestatizadas.

Situação Atual

Em 30 de março de 2004, o Tribunal de Justiça do RJ, por unanimidade, deu provimento ao novo recurso interposto pela Porto Seguro para condenar a Petrobras a indenizar à Petroquisa a importância de US\$ 2.370 milhões mais 5% a título de prêmio e 20% de honorários advocatícios.

A Petrobras interpôs recurso especial e extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), que foram inadmitidos. Contra essa decisão, a Petrobras ofereceu Agravo de Instrumento ao STJ e ao STF.

Em dezembro de 2009 foi julgado e improvido o recurso de Agravo Regimental oferecido pela Porto Seguro, que buscava obstar o processamento do recurso especial da Petrobras. Foram então, opostos Embargos de Declaração pela Porto Seguro, que restaram improvidos em julgamento havido em dezembro de 2010.

Aguarda-se a publicação dessa decisão e julgamento do referido recurso especial por meio do qual a Petrobras busca reverter totalmente a condenação.

Com base na opinião dos advogados, a Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesse processo.

Caso a situação não seja revertida, a indenização estimada à Petroquisa, incluindo atualização monetária e juros, seria de R\$ 19.032. em 31 de dezembro de 2010. Como a Petrobras detém 100% do capital social da Petroquisa, parte da indenização à Petroquisa, estimada em R\$ 12.561, não representará um desembolso efetivo do sistema Petrobras. Adicionalmente, a Petrobras teria que indenizar a Porto Seguro, autora da ação, R\$ 952 a título de prêmio e a Lobo & Ibeas Advogados R\$ 3.806 a título de honorários advocatícios.

Autor: Kalium Mineração S.A.

Natureza: Cível

Ação indenizatória, por perdas e danos e lucros cessantes, devido à rescisão contratual.

Julgado procedente, em parte, em primeira instância. As duas partes interpuseram recursos que foram improvidos. A Petrobras aguarda julgamento do recurso extraordinário interposto junto ao STF e Recurso Especial no STJ em 18 de setembro de 2003, ambos admitidos. Há também recurso especial da Kalium guardando julgamento. A exposição máxima para a Petrobras, estimada em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 196.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Descrição	Situação Atual
Autor: Destilaria J.B. Ltda. e Outras Natureza: Cível Cobrança de encargos sobre faturas relativas à aquisição de álcool pagas com atraso.	Há decisão condenatória transitada em julgado, em montante a ser calculado e ainda pendente de confirmação. Exposição máxima indeterminada.
Autor: IBAMA Natureza: Cível Descumprimento da cláusula Termo de Acordo e Compromisso - TAC da Bacia de Campos de 11 de agosto de 2004 por continuidade de perfuração de poço sem aprovação prévia.	Decisão em primeira instância administrativa, condenando a Petrobras ao pagamento pelo inadimplemento do TAC. A Companhia interpôs recurso Hierárquico ao Ministro do Meio Ambiente que aguarda julgamento. Exposição máxima estimada: R\$ 182.
Agência Nacional de Petróleo – ANP Natureza: Cível Multa por descumprimento dos programas Exploratórios mínimos – "Rodada Zero".	A execução das multas está suspensa por força de decisão judicial liminar, conforme autos da ação cautelar impetrada pela Petrobras. Por ação ordinária, a Companhia pleiteia o reconhecimento de seu crédito decorrente do art.22, § 2º da Lei do Petróleo, requerendo a compensação do eventual débito que a Petrobras tenha com a ANP. Ambos os processos judiciais, que têm tramitação conjunta, encontram-se em fase de provas. Exposição máxima estimada: R\$ 365.
Autor: Delegacia da Receita Federal do Rio de janeiro Natureza: Tributária Auto de infração referente ao imposto de renda retido na fonte sobre remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações, referente ao período de 1999 a 2002.	A Petrobras apresentou novos recursos administrativos para a Câmara Superior de Recursos Fiscais, última instância administrativa, que se encontram pendentes de julgamento. Exposição máxima estimada: R\$ 4.526.
Autou CDD Comotonio de Deseite Brazidanciónio	

Autor: SRP - Secretaria da Receita Previdenciária

Natureza: Tributária

Notificações fiscais, relativas aos encargos previdenciários, em decorrência de processos administrativos instaurados pelo INSS que atribuem responsabilidade solidária à Companhia na contratação de serviços de construção civil e outros.

Dos valores desembolsados pela Companhia, a fim de garantir a interposição de recursos e/ou a obtenção de Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, R\$ 115 estão registrados em depósitos judiciais e poderão ser recuperados no âmbito das próprias ações em curso, relativos a 332 notificações, no montante de R\$ 363 em 31 de dezembro de 2010. A posição da área jurídica da Petrobras para essas notificações é de risco mínimo de desembolso futuro.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Descrição	Situação Atual
Autor: Delegacia da Receita Federal no Rio de janeiro Natureza: Tributária Auto de infração referente ao imposto de importação e sobre produtos industrializados (II e IPI), questionando a classificação fiscal como outros grupos eletrogêneos, na importação do conjunto de equipamentos pertencentes à usina termoelétrica Termorio S.A.	Em 15 de agosto de 2006, a Termorio protocolou, na Inspetoria da Receita Federal do Rio de Janeiro, impugnação a este auto de Infração ao considerar que as classificações fiscais efetuadas estavam amparadas por laudo técnico de instituto de conhecimento notório. Em 11 de outubro de 2007, a 1ª Turma de Julgamento julgou improcedente o lançamento, vencido um Julgador que votou pela procedência parcial. A Inspetoria da Receita Federal interpôs recurso de ofício ao Conselho de Contribuintes de Porto Alegre-RS, que se encontra pendente de julgamento. Exposição máxima atualizada: R\$ 780.
Autor: Secretaria da Receita Federal Natureza: Tributária CIDE – Combustíveis. Não recolhimento no período de março de 2002 a outubro de 2003, em obediência às ordens judiciais obtidas por distribuidoras e postos de combustíveis, imunizando-os da respectiva incidência.	Na primeira instância, julgado procedente o lançamento. A Companhia interpôs recurso voluntário que se encontra pendente de julgamento. Exposição máxima estimada: R\$ 1.189.
Autor: Secretaria da Receita Federal Natureza: Tributária IRRF - Remessas ao exterior para pagamento de importação de petróleo.	Em primeira instância foi julgado improcedente o lançamento. Houve recurso de ofício da Receita Federal ao Conselho de Contribuintes, que foi provido. A Petrobras interpôs recurso voluntário que se encontra pendente de julgamento. Exposição máxima estimada: R\$ 893.
Autor: Delegacia da Receita Federal/Rio de janeiro Natureza: Tributária IRPJ e CSLL/2003 - Cobrança de multa de mora em pagamento por denúncia espontânea.	Em primeira instância foi julgado procedente o lançamento. A Petrobras interpôs recurso voluntário que se encontra pendente de julgamento Exposição máxima estimada: R\$ 340.
Autor: Secretaria da Receita Federal Natureza: Tributária Não recolhimento da CIDE pela Petrobras em operações de importação de nafta revendida à Braskem.	Em primeira instância foi julgado procedente o lançamento. A Petrobras interpôs recurso voluntário que foi convertido em vistorias nas dependências da Companhia. Diligência atendida. Aguardando julgamento do recurso voluntário. Exposição máxima estimada: R\$ 2.196.
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de janeiro Natureza: Tributária ICMS – Autos de infração em operações de saída de LGN sem emissão de documento fiscal, no âmbito do estabelecimento centralizador.	Decisão desfavorável à Petrobras. Interposto recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, que negou provimento ao recurso. A Companhia está avaliando acerca de possível judicialização do caso. Exposição máxima estimada: R\$ 2.088.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em minoes de reals, excelo quando maledao em					
Descrição	Situação Atual				
Autor: Estado de São Paulo	Na primeira instância, julgado procedente o lançamento.				
Natureza: Tributária Afastamento de cobrança de ICMS em operações de	Na segunda instância, negado provimento ao recurso ordinário.				
importação de gás natural da Bolívia.	A Companhia interpôs recurso especial que foi indeferido.				
	Aguardando inscrição em dívida ativa para ajuizamento de reclamação junto ao STF, pelo estado do Mato Grosso do Sul, que se julgou prejudicado pela decisão da SF/SP.				
	Exposição máxima estimada: R\$ 1.025.				
Autor: Prefeituras municipais de Anchieta, Aracruz, Guarapari, Itapemirim, Jaguaré, Marataízes, Serra, Vila Velha e Vitória.	A Companhia apresentou impugnações/recursos no intuito de ver canceladas as autuações, encontrando-se a sua maioria ainda em fase de julgamento administrativo. Dos municípios				
Natureza: Tributária	em relação aos quais já se esgotou a discussão, na esfera administrativa, apenas o município de Itapemirim ingressou				
Falta de retenção e recolhimento de ISS na atividade de prestação de serviços em águas marítimas.	com ação de execução fiscal. Neste caso judicial, a Companhia ofertou garantia e interpôs recurso.				
Alguns municípios localizados no estado do Espírito Santo lavraram autos de infração contra a Petrobras, pela suposta falta de retenção do ISSQN incidente sobre serviços prestados em águas marítimas. A Petrobras reteve esse ISSQN, porém o recolheu aos cofres dos municípios onde estão estabelecidos os respectivos prestadores, em conformidade com a Lei Complementar nº 116/03.	Exposição máxima estimada: R\$ 1.447				
Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados do Rio de janeiro e de Sergipe	A Petrobras apresentou defesas judiciais no intuito de ver cancelado as autuações, encontrando-se a sua maioria ainda				
Natureza: Tributária	em fase de julgamento.				
Aproveitamento indevido de créditos de ICMS de brocas de perfuração e de produtos químicos utilizados na formulação de fluido de perfuração.	Exposição máxima estimada: R\$ 593.				
Autos de infração por entender que constituem material de uso e consumo, cujo aproveitamento do crédito somente será permitido a partir de 2011.					
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	Na primeira instância, julgado procedente o lançamento. A decisão foi mantida pela segunda instância.				
Natureza: Tributária	Encerrada a instância administrativa, a Petrobras ajuizou				

Dois autos de infração relativos a afastamento de cobrança de ICMS e multa por descumprimento de obrigação acessória sobre importação. Admissão temporária de sonda de perfuração em São Paulo e desembaraço no Rio de janeiro (Convênio ICMS nº 58/99).

Encerrada a instância administrativa, a Petrobras ajuizou ação anulatória, obtendo antecipação de tutela.

Exposição máxima estimada: R\$ 1.734.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Descrição	Situação Atual		
Autor: Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal.	Na primeira instância, julgado procedente o lançamento. A Petrobras interpôs recurso voluntário, que se encontra pendente de julgamento.		
Natureza: Tributária			
Recolhimento de ICMS em razão da omissão de saída (estoque).	Exposição máxima estimada: R\$ 143.		
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia	Na 1ª instância, julgado procedente o lançamento. A		
Natureza: Tributária	Petrobras interpôs recurso voluntário, que se encontra pendente de julgamento.		
Apropriação indevida de crédito, diferença de alíquota de ICMS de material de uso e consumo	Exposição máxima estimada: R\$ 233.		
Autor: Secretaria da Receita Federal	Na 1ª instância, julgado procedente o lançamento. A		
Natureza: Tributária	Receita Federal retirou o processo da sua posição de pendências.		
CSLL e IRPJ - Cobrança de multa por indeferimento de denúncia espontânea.	A Companhia aguarda novo posicionamento da Receita.		
	Exposição máxima estimada: R\$ 192.		
Autor: Secretaria da Receita Federal	Na primeira instância julgado procedente o lançamento.		
Natureza: Tributária	A Companhia interpôs recurso voluntário que se encontre pendente de julgamento.		
Recolhimento a menor do IRPJ E CSLL nos lucros auferidos no exterior no período de 2005 e 2006, através de empresas coligadas e controladas.	Exposição máxima estimada: R\$ 1.412.		
Autor: Delegacia da Receita Federal	Na primeira instância, julgado improcedente o		
Natureza: Tributária	lançamento. Houve recurso de ofício, por parte da Fazenda Nacional, que se encontra pendente de		
Auto de infração por não recolhimento de IRPJ e CSLL sobre o incentivo financeiro aos empregados pela	julgamento		
repactuação do plano Petros, em 2007.	Exposição máxima estimada: R\$ 330.		
Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil	Na primeira instância julgado procedente, em parte, o		
Natureza: Tributária	lançamento. A Companhia interpôs recurso voluntário, que se encontra pendente de julgamento.		
Auto de infração por indedutibilidade de IRPJ – CSLL e multa sobre a repactuação do plano Petros. Obrigações financeiras assumidas no termo de compromisso financeiro, decorrentes da celebração do Acordo de Obrigações Recíprocas – AOR.	Exposição máxima estimada: R\$ 3.658.		

Questões ambientais

A Companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais, que disciplinam atividades envolvendo a descarga de petróleo, gás e outros materiais e estabelecem que os efeitos sobre o meio ambiente das operações da Companhia devem ser por ela corrigidos ou mitigados. A seguir, a situação dos principais processos ambientais com probabilidade de perda possível.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em 2000, um derramamento de óleo ocorrido no Terminal São Francisco do Sul, da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – Repar lançou em torno de 1,06 milhão de galões de óleo cru no arredor. Naquela época, foram gastos em torno de R\$ 74 com intuito de proceder à limpeza total da área atingida, bem como para fazer frente às multas impostas pelas autoridades ambientais. Há o seguinte processo com relação a esse derramamento:

Descrição

Autor: AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária

Natureza: Ambiental

Reclamação de indenização por danos moral e patrimonial ambiental

Autor: Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual do Estado do Paraná

Natureza: Ambiental

Reclamação de indenização por danos morais, financeiros e restauração ambiental.

Situação Atual

Sem decisão em primeira instância. Aguarda-se o início da perícia para quantificação do valor.

Exposição máxima estimada: R\$ 152.

O juízo determina conexão com a ação do Instituto Ambiental do Paraná - IAP para julgamento conjunto...

Sem decisão em primeira instância.

Exposição máxima estimada: R\$ 5.783.

Em 2001, o oleoduto de Araucária - Paranaguá rompeu com um movimento sísmico e derramou, aproximadamente, 15.059 galões de óleo combustível em vários rios no estado do Paraná. Naquela época, foram concluídos os serviços de limpeza das superfícies dos rios, recuperando, aproximadamente, 13.738 galões de óleo. Como resultado do acidente foi apresentado o seguinte ato contra a Companhia:

Descrição

Autor: Instituto Ambiental do Paraná - IAP

Natureza: Ambiental

Multa aplicada por supostos danos causados ao meio ambiente.

Situação Atual

Recurso da Petrobras improvido na 2ª instância administrativa. Por entender que a multa administrativa está prescrita, foi ajuizada ação anulatória, em razão de ter sido recebido "Aviso de Débito em Dívida Ativa", datado de 22.10.2009.

Exposição máxima atualizada: R\$ 157.

O juízo determinou conexão com a ação da AMAR para julgamento conjunto.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em 20 de março de 2001, a plataforma P-36 afundou na bacia de Campos. Em consequência do acidente, foi apresentado o seguinte ato contra a Companhia:

Descrição

Autor: Ministério Público Federal/RJ

Natureza: Cível

Indenização de dano patrimonial ambiental - P-36.

Situação Atual

Em publicação havida no dia 23 de maio de 2007, foi julgado procedente, em parte, o pedido, apenas para condenar a Petrobras ao pagamento da quantia de R\$ 100.000, a título de indenização pelos danos causados ao meio ambiente, a ser corrigido monetariamente e com juros de mora de 1% ao mês desde a data do evento. Contra essa decisão, a Petrobras interpôs recurso de apelação cível que se encontra pendente de julgamento.

Exposição máxima estimada: R\$ 296.

Processos de pequenos valores

A Companhia detém diversos processos judiciais e administrativos, com expectativas de perdas possíveis, cujo total por natureza jurídica, alcança R\$ 105 de causas cíveis, R\$ 935 de causas trabalhistas, R\$ 1.123 de causas tributárias e R\$ 171 de causas ambientais.

29.3 Contingências ativas

29.3.1 Recuperação de PIS e COFINS

A Petrobras e suas controladas Gaspetro, Transpetro e Refap, ajuizaram ação ordinária contra a União perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de janeiro, referente à recuperação, por meio de compensação, dos valores recolhidos a título de PIS incidentes sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e novembro de 2002, e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 09 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o mencionado §1º do art. 3º da Lei 9.718/98. Em 09 de janeiro de 2006, devido à decisão definitiva do STF, a Petrobras ajuizou nova ação visando a recuperar os valores de COFINS referentes ao período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004.

Em 31 de dezembro de 2010, os valores de R\$ 2.302 da Petrobras, R\$ 75 da Gaspetro, R\$ 29 da Transpetro e R\$ 14 da Refap, relativo às citadas ações, não estão refletidos nestas demonstrações contábeis em virtude da ausência de decisão favorável definitiva.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

29.3.2 Ações judiciais no exterior

a) Nos Estados Unidos - P-19 e P-31

Em 25 de julho de 2002, a Braspetro Oil Service Company (Brasoil) e a Petrobras venceram em primeira instância, perante a justiça norte-americana, ações conexas movidas pelas seguradoras United States Fidelity & Guaranty Company e American Home Assurance Company, em que tentavam obter, desde 1997, em face da primeira (Brasoil), declaração judicial que as isentassem da obrigação de pagar o valor do seguro de construção performance bond das plataformas P-19 e P-31, e, em face da segunda (Petrobras), buscavam ressarcimento de quaisquer quantias que viessem a ser condenadas no processo de execução da performance Bond.

Por decisão judicial da Corte Federal do Distrito Sul de Nova York, restou reconhecido à Brasoil e à Petrobras o direito ao recebimento por perdas e danos do valor de US\$ 237 milhões, acrescido de juros e reembolso de despesas judiciais na data do efetivo recebimento referentes à *performance bond*, totalizando, aproximadamente, US\$ 370 milhões.

Contra essa decisão as seguradoras ofereceram recurso de apelação perante a Corte de Apelação do Segundo Circuito. No dia 20 de maio de 2004, foi proferida decisão do Tribunal que confirmou, em parte, a sentença quanto à responsabilidade das seguradoras ao pagamento dos *performance bonds*. Contudo, afastou a obrigação das seguradoras quanto ao pagamento de multa, honorários advocatícios e custas, reduzindo, assim, o valor da indenização para US\$ 245 milhões. Dessas decisões as seguradoras recorreram ao Tribunal Pleno, que não foi provido, restando definitiva a condenação supra.

As partes (seguradoras e Brasoil), em abril de 2005, iniciaram tratativas visando à efetiva quitação do crédito da Brasoil, ensejando a assinatura de um memorando de entendimento, cuja operacionalização, todavia, acarretou novas dúvidas e questões a serem sanadas em juízo. Em 21 de julho de 2006, a justiça americana proferiu decisão executiva, definindo os pontos de divergência, como os juros incidentes, tendo, contudo, condicionado o pagamento dos valores devidos à Brasoil ao encerramento definitivo das ações com idêntico objeto em curso perante a Justiça Brasileira, o que vem sendo providenciado pelas partes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Em Londres - P-36

Através de decisão proferida em 02 de fevereiro de 2004, a Petromec Inc ("Petromec") e a Marítima Petróleo e Engenharia Ltda. ("Marítima") foram condenadas a reembolsar à Brasoil o montante de US\$ 58 milhões mais juros, pelo empréstimo feito por esta à Petromec por força do *Deed of Payment and Indemnity*, datado de 21 de maio de 1999 e garantido pela Marítima de acordo com o *Keepwell Agreement* datado de 21 de maio de 1999. O pagamento de tais quantias se encontra sobrestado até que as questões pendentes sejam decididas.

Na fase atual do litígio, a Petromec está reivindicando o seu pedido de custos adicionais pelo *upgrade* com base no *Supervision Agreement*, datado de 20 de junho de 1997.

Um julgamento preliminar relativo ao método pelo qual o eventual direito da Petromec ocorreu nos dias 26 e 27 de junho de 2007. Em 6 de junho de 2007, a Corte proferiu decisão, julgando em favor da metodologia defendida pela Petrobras e Brasoil. A Petromec apelou de tal decisão e a Corte de Apelação apreciou tal recurso em 27 de novembro de 2007. Em 21 de dezembro de 2007, a Corte de Apelação rejeitou substancialmente a apelação da Petromec.

A Petromec protocolou seu *Particulars of Claim* em 29 de setembro de 2008 onde pleiteia o montante de US\$ 154 milhões, mais juros. A Brasoil e a Petrobras apresentaram a defesa em 29 de janeiro de 2010.

O julgamento preliminar do pleito da Petromec está previsto para começar no dia 9 de maio de 2011. O resultado final da ação permanece incerto.

P-38 e P-40

Após o julgamento das ações judiciais relativas à P-38 e P-40, o qual ocorreu em Londres, durante os meses de abril e maio de 2007, a Corte inglesa proferiu decisão no dia 12 de junho de 2007 em favor da Brasoil nos seguintes termos:

- 1) No que diz respeito à ação da P-38, condenação ao pagamento da importância de US\$ 83 milhões relativa ao principal, mais juros no importe de US\$ 31 milhões e custas a serem apuradas; e
- 2) No que diz respeito à ação da P-40, condenação ao pagamento da importância de US\$ 171 milhões relativa ao principal, mais juros no montante de US\$ 66 milhões e custas a serem apuradas.

Total concedido, excluindo custas, em favor da Brasoil monta em aproximadamente 98,5% (no caso de P-38) e 96,4% (no caso da P-40) da integralidade das importâncias pleiteadas pela Brasoil no julgamento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Adicionalmente à concessão das custas em favor da Brasoil, prevista na decisão de 12 de junho de 2007, conforme mencionado acima, uma nova decisão pleiteada com relação a tais custas. Tal decisão foi concedida no montante de £ 5 milhões. Em audiência subsequente, foi concedida uma decisão adicional no montante de £ 1 milhão.

c) Outras ações de ressarcimento

Na construção/conversão de navios em unidades produtoras e de escoamento de produção do tipo FPSO e FSO, a Brasoil aportou recursos financeiros no montante de US\$ 642 milhões, equivalentes a R\$ 1.069, em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 1.103 em 31 de dezembro de 2009) diretamente aos seus fornecedores e subcontratados, com o intuito de evitar atrasos nas construções/conversões e consequentemente, prejuízos à Brasoil.

Com base em pareceres dos assessores jurídicos da Brasoil, esses gastos são passíveis de ressarcimento junto aos construtores, motivo pelo qual foram impetradas ações judiciais de ressarcimento financeiro em cortes internacionais. Entretanto, conservadoramente, está provisionada como crédito de liquidação duvidosa a parcela desse saldo não coberto por garantias reais, no montante de US\$ 570 milhões, equivalentes a R\$ 949, em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 977 em 31 de dezembro de 2009).

30 Compromissos assumidos pelo segmento de energia

Compromissos de compra de gás natural

A Petrobras assinou contrato com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos – YPFB, tendo por objeto a compra de um total de 201,9 bilhões de m3 de gás natural ao longo de sua vigência, comprometendo-se a comprar volumes mínimos anuais a um preço calculado segundo fórmula atrelada ao preço do óleo combustível. O contrato tem vigência inicial até 2019, que será prorrogada até que todo o volume contratado seja consumido.

No período entre 2002 e 2005, a Petrobras comprou um volume menor do que o mínimo estabelecido no contrato com a YPFB e pagou US\$ 81 milhões (equivalentes a R\$ 136 em 31 de dezembro de 2010) referentes aos volumes não transportados, cujos créditos serão realizados por retiradas de volumes futuros.

Os compromissos de compra de gás, até o final do contrato, representam volumes de 24 milhões de metros cúbicos por dia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Petrobras e a YPFB assinaram, no 4º trimestre de 2009, aditivo contratual que regula o pagamento de valores adicionais à YPFB referente à quantidade de líquidos (hidrocarbonetos pesados) presentes no gás natural importado pela Petrobras da YPFB por meio do Gas Supply Agreement - GSA. O aditivo estabelece valores adicionais entre US\$ 100 milhões e US\$ 180 milhões por ano, aplicados a volumes de gás entregues a partir de maio de 2007. Com relação ao ano de 2007, a obrigação de pagamento adicional da Petrobras foi provisionada em 2009 e liquidada em fevereiro de 2010. O pagamento dos valores referentes aos anos posteriores somente serão devidos após cumprimento de condição precedente estabelecida no aditivo, que demandará negociações adicionais com a YPFB.

31 Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo - ANP no total de R\$ 5.347 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor R\$ 4.747 líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R\$ 2.920 correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e R\$ 1.827 referem-se a garantias bancárias.

32 Instrumentos financeiros derivativos, proteção patrimonial hedge e atividades de gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente o fato de que eventuais variações nos preços de petróleo e derivados, nas taxas cambiais ou de juros, possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros da Companhia.

32.1 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A gestão de riscos da Petrobras é realizada por seus diretores, segundo uma política corporativa de gerenciamento de riscos. Em março de 2010, em atendimento ao novo modelo de governança corporativa desenvolvido pela Companhia, foi instituído pela Diretoria Executiva, o Comitê de Integração Financeira, em substituição ao Comitê de Gestão de Riscos. O Comitê é patrocinado pela Diretoria Financeira e composto por todos os gerentes executivos da área financeira, sendo convocados para discussões de temas específicos os gerentes executivos das áreas de negócios. Dentre as responsabilidades do Comitê de Integração Financeira está a de avaliar as exposições a riscos e estabelecer diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Petrobras, cabendo à Diretoria Executiva decidir sobre os temas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A política de gestão de riscos do Sistema Petrobras visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

A Companhia adota uma filosofia de gestão integrada de riscos, segundo a qual o foco da gestão não está nos riscos individuais – das operações ou das unidades de negócio – mas na perspectiva mais ampla e consolidada da corporação, capturando possíveis proteções naturais. Para a gestão de riscos de mercado/ financeiro são adotadas ações preferencialmente estruturais, criadas em decorrência de uma gestão adequada do capital e do endividamento da empresa, em detrimento da utilização de instrumentos derivativos.

Além de assegurar proteção adequada aos seus ativos fixos, instalações, operações e administradores e orientar as avaliações de exposição aos riscos financeiro, tributário, regulatório, de mercado, das operações de crédito, dentre outros, a Política de Gestão de Riscos da Petrobras busca explicitar seu caráter de complementaridade às ações estruturais que criarão fundamentos econômico-financeiros sólidos, capazes de garantir que as oportunidades de crescimento serão aproveitadas, mesmo em meio a condições externas adversas.

32.2 Risco de variação dos preços de petróleo e derivados

a) Gerenciamento de risco de preços de petróleo e derivados

A Petrobras mantém, preferencialmente, a exposição ao ciclo de preços, não utilizando derivativos para a proteção de operações sistêmicas (compra ou venda de mercadorias com o objetivo de atender às necessidades operacionais do Sistema Petrobras).

Não obstante, as deliberações referentes a este tema são periodicamente revisadas e recomendadas ao Comitê de Integração Financeira. Caso seja indicada a proteção, em cenários com probabilidade significativa de eventos adversos, a estratégia de proteção patrimonial *hedge* deve ser executada com o intuito de proteger a solvência e a liquidez da Companhia, considerando uma análise integrada de todas as exposições a risco da Companhia, e assegurar a execução do plano corporativo de investimentos.

Seguindo a premissa de considerar apenas a exposição líquida consolidada do risco de preço de petróleo e derivados, as operações com derivativos, em geral, se limitam a proteger o resultado de transações realizadas no mercado internacional de cargas físicas, ou seja: são operações de proteção patrimonial *hedge* nas quais as variações positivas ou negativas são compensadas total ou parcialmente por resultado oposto na posição física.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Principais transações e compromissos futuros protegidos por operações com derivativos

As principais operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras, destinam-se à proteção dos resultados esperados das transações realizadas no exterior.

Com esse objetivo, as operações com instrumentos derivativos são usualmente de curto prazo, acompanhando os prazos das operações comerciais. Os instrumentos utilizados são contratos futuros, a termo, *swaps* e opções. As operações são realizadas nas Bolsas NYMEX – *New York Mercantile Exchange* e ICE – *Intercontinental Exchange*, bem como no mercado de balcão internacional.

As operações de proteção patrimonial *hedge* liquidadas, durante o período de janeiro a dezembro de 2010 correspondiam a aproximadamente 97,88% do volume comercializado de importação e exportação a partir do Brasil mais o volume total das cargas comercializadas no exterior.

As principais contrapartes de operações de derivativos de petróleo e derivados são a Bolsa Mercantil de Nova York (NYMEX), Intercontinental Exchange, Morgan Stanley, BNP Paribas, BP North America Chicago e Shell (Stasco).

c) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

Os principais parâmetros utilizados na gestão de risco para variações de preços de petróleo e derivados da Petrobras são, para as avaliações de médio prazo, o fluxo de caixa operacional em risco (CFAR) e para as avaliações de curto prazo, o Valor em Risco *Value at Risk - VAR* e *Stop Loss*. São definidos limites corporativos para os parâmetros VAR e *Stop Loss*.

A carteira de operações comerciais realizadas no exterior, bem como as operações de proteção patrimonial *hedge* associadas à sua proteção por meio de derivativos de petróleo e derivados, apresentava, em 31 de dezembro de 2010, uma perda máxima estimada para um dia (*VAR* – *Value at Risk*), calculada a um nível de confiança de 95%, de aproximadamente US\$ 18 milhões.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

d) Valor de referência (nocional) e valor justo dos instrumentos derivativos

A tabela a seguir resume as informações sobre os contratos de derivativos de petróleo e derivados vigentes.

Derivativos de petróleo e derivados

	Consolidado					
	Valor de Referência (Nocional) em mil bbl*		Valor justo contabilizado		Vencimento	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009		
Contratos Futuros	(8.570)	(8.510)	(42)	(38)	2010 / 2011	
Compromissos de compra	19.921	25.882				
Compromissos de venda	(28.491)	(34.392)				
Contratos de Opções	(1.679)	(1.150)	(3)	(2)	2010 / 2011	
Compra	1.446	(550)	1	(2)		
Posição Titular	1.646					
Posição Lançadora	(200)	(550)				
Venda	(3.125)	(600)	(4)	_		
Posição Titular	2.070	250				
Posição Lançadora	(5.195)	(850)				
Contratos a termo	354	(1.075)	(1)	(7)	2010 / 2011	
Posição Comprada	979	987				
Posição Vendida	(625)	(2.062)				
Total registrado em outros ativos e pas	sivos circulant	es	(46)	(47)		

	Controladora				
	Valor de Referência (Nocional) em mil bbl*		Valor justo contabilizado		Vencimento
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	
Contratos Futuros	84	162	-	(2)	2010 / 2011
Compromissos de compra	1.464	10.683			
Compromissos de venda	(1.380)	(10.521)			
Contratos de Opções		(1.150)		(2)	2010 / 2011
Compra		(550)		(2)	
Posição Titular	200				
Posição Lançadora	(200)	(550)			
Venda		(600)			
Posição Titular	1.940	250			
Posição Lançadora	(1.940)	(850)			
Contratos a termo		101		<u>. </u>	2010
Posição Comprada		276	•		
Posição Vendida		(175)			

^{*} Valor de Referência (Nocional) negativo representa posição vendida.

^{**} As posições indicadas por hífen representam valores inferiores a R\$ 500 mil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

e) Ganhos e perdas no exercício

	Consolidado		Controladora	
Derivativos de petróleo e derivados	2010	2009	2010	2009
Ganho (perda) registrado no resultado	(4)	(299)	24	172

f) Valor e tipo de margens dadas em garantia

As garantias dadas como colaterais se constituem, em geral, em depósitos.

A tabela a seguir representa o saldo das margens dadas para a cobertura das operações de *commodities* transacionadas nas bolsas de valores e no mercado de balcão da Controladora e do Consolidado.

	Conso	lidado	Controladora		
31	1.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	
	367	243	170	120	

g) Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de petróleo e derivados. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro 2010, os cenários possível e remoto consideram a deterioração dos preços na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Derivativos de Mercado de petróleo e derivados	Risco	Cenário Provável em 31.12.2010	Cenário Possível (∆de 25%)	Cenário Remoto (∆ de 50%)
Brent	Alta do Petróleo Brent	(5)	(64)	(128)
Gasolina	Alta da Gasolina	(5)	(53)	(107)
Óleo Combustível	Alta do Óleo Combustível	11	(59)	(118)
WTI	Baixa do WTI	(17)	(424)	(879)
Diesel	Alta do Diesel	(2)	(195)	(390)
Butano	Baixa do Butano	1	(22)	(44)

h) Derivativos embutidos

Os procedimentos para identificação de instrumentos derivativos em contratos visam o reconhecimento tempestivo, controle e adequado tratamento contábil a ser empregado, sendo aplicáveis às unidades da Petrobras e às suas subsidiárias e controladas.

Os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos ou títulos e valores mobiliários a serem realizados são comunicados, antes das assinaturas, para que haja orientação a respeito da realização eventual dos testes de efetividade, estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os derivativos embutidos identificados no exercício foram:

Venda de petróleo importado

Contratos de venda de petróleo importado celebrados entre a Petrobras Singapore Private Limited (PSPL), controlada da Petrobras International Finance Company (PIFCo), e a Refinaria de Petróleo Riograndense S.A., controlada em conjunto pela Petrobras, consolidada na proporção da participação do capital social (33,20%).

A operação consiste em venda de petróleo, cujas principais características residem no fato de que os preços a serem pagos em data futura são definidos (fixados) no momento das assinaturas dos contratos, em contraste com outras operações de mesma natureza em que os preços de liquidação são observados nas datas de entrega dos produtos, o que caracteriza de forma inconteste a existência de posição vendida de um contrato a termo de petróleo.

	Valor de Referência (Nocional) em mil bbl*	Valor Justo	VAR	Vencimento
Contrato a Termo				
Posição vendida	400	3	1	2011

O derivativo embutido identificado foi mensurado a valor justo por meio do resultado e classificado no nível 1 na hierarquia da mensuração do valor justo.

Venda de etanol

Contrato de venda de etanol hidratado realizado entre a Petrobras International Finance (PIFCo), controlada pela Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras), e a Toyota Tsusho Corporation.

O contrato consiste em venda de etanol hidratado por uma fórmula de preço definida no momento da assinatura do contrato. A definição de preço de cada carregamento de etanol hidratado entregue neste contrato envolve duas cotações de referência distintas: etanol e nafta.

O contrato estabelece início de entrega de carregamentos de álcool em 2012, pelo prazo de 10 anos. Entretanto, como existe cláusula contratual que permite renegociação de preços e distrato por qualquer uma das partes depois de cinco anos, se novo acordo não for alcançado, consideramos o prazo de apenas cinco anos como compromisso contratual firme para efeito de cálculo de valor de instrumento financeiro derivativo embutido.

A quantidade contratual básica definida é de 143.000 m³ por ano.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A fórmula de preço em questão utiliza como uma de suas referências a cotação de uma commodity que não mantém estrita relação de custo ou valor de mercado com o bem transacionado no contrato, segundo os critérios do pronunciamento técnico CPC 38 — Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Assim sendo, conforme orientações dessa norma, a parcela referente ao derivativo embutido deve ser isolada do contrato original e registrada nas demonstrações financeiras seguindo as mesmas regras aplicáveis aos demais instrumentos financeiros derivativos.

O quadro abaixo representa o valor justo e o *value at risk* (VAR) do derivativo embutido para 31 de dezembro de 2010:

	Valor de Referência (Nocional) em mil m ³	Valor Justo	VAR	Vencimento
Contrato a Termo				
Posição comprada	715	53	1	2016

O derivativo foi mensurado a valor justo por meio do resultado e classificado no nível 3 na hierarquia da mensuração do valor justo.

A Companhia determinou o valor justo deste contrato baseado em práticas utilizadas no mercado, em que se apura a diferença entre os *spreads* de nafta e etanol. O preço de venda do etanol no contrato é referente ao mercado brasileiro (ESALQ). Os parâmetros utilizados no cálculo tiveram seus valores obtidos das cotações de mercado do preço do etanol e da nafta no mercado futuro da CBOT (Chicago Board of Trade) no último dia útil do período das demonstrações financeiras.

Os ganhos apurados estão apresentados na demonstração do resultado como receita financeira.

32.3 Risco cambial

O risco cambial é um dos riscos financeiros a que a empresa está exposta, sendo este oriundo de movimentos nos níveis ou na volatilidade da taxa de câmbio.

As oscilações nas taxas de câmbio podem ter um impacto negativo na condição financeira e resultados operacionais da Petrobras, já que a maioria das receitas da Companhia está em reais enquanto grande parte dos passivos está em moeda estrangeira.

a) Gerenciamento de riscos cambiais

No que se refere ao gerenciamento de riscos cambiais, a Petrobras busca identificá-los e tratálos de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Aproveitando-se de atuar de forma integrada no segmento de energia, a empresa busca, primeiramente, identificar ou criar proteções naturais (*hedges* naturais), ou seja, beneficiar-se das correlações entre suas receitas e despesas. No caso específico da variação cambial inerente aos contratos onde o custo e a remuneração envolvem moedas distintas, esta proteção se dá através da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda.

O gerenciamento de riscos é feito para a exposição líquida. São elaboradas análises periódicas do risco cambial subsidiando as decisões da Diretoria Executiva. A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da Companhia.

b) Principais transações e compromissos futuros protegidos por operações com derivativos

Petrobras International Finance Company (PIFCo)

Em setembro de 2006, a Companhia, por meio de sua subsidiária PIFCo, contratou uma operação de proteção patrimonial *hedge* denominada *cross currency swap* para cobertura dos *Bonds* emitidos em ienes de forma a fixar em dólares os custos da Companhia nesta operação. No *cross currency swap* ocorre uma troca de taxas de juros em diferentes moedas. A taxa de câmbio do iene para dólar norte americano é fixada no início da transação e permanece fixa durante sua existência. A Companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento. Para essa relação entre o derivativo e o empréstimo, a Companhia adotou a metodologia de contabilização de operações de *hedge* (*hedge accounting*).

Petrobras Distribuidora

A Petrobras Distribuidora se posiciona vendida em taxas futuras de câmbio através de NDFs (Contrato a termo de moeda sem entrega física) no mercado de balcão brasileiro. Para o segmento de aviação, que representou 100 % das operações contratadas do período, o prazo de exposição é de 3 meses em média e o *hedge* é contratado concomitantemente à definição do custo do querosene de aviação exportado, fixando e garantindo desta forma a margem da comercialização. No período em questão foram contratadas operações no valor de US\$ 342 milhões.

<u>Usina Termelétrica Norte Fluminense (UTE Norte Fluminense)</u>

A Companhia, visando assegurar que a oscilação significativa na cotação do dólar não afete seu resultado e fluxo de caixa, efetuou uma operação de hedge, no valor nominal de US\$ 22 milhões, representando 50% do endividamento total em moeda estrangeira.

Importante ressaltar que a UTE Norte Fluminense é administrada de forma compartilhada, consolidada pela Petrobras na proporção da participação do capital social (10%).

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.

A Refinaria detém posições em aberto de instrumentos NDF (Contrato a termo de moeda sem entrega física) para a aquisição de petróleo importado no valor nocional de US\$ 31 milhões.

Adicionalmente, a Companhia adquiriu um empréstimo em dólares. Com o objetivo de evitar descasamento entre seus fluxos ativos e passivos, já que seus recebíveis estão concentrados em reais, a Refinaria efetuou uma operação de hedge, no valor nominal de R\$ 3.

Importante ressaltar que a Refinaria de Petróleo Riograndense é administrada de forma compartilhada, consolidada pela Petrobras na proporção da participação do capital social (33,20%).

c) Resultados obtidos em relação aos objetivos propostos e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

Petrobras International Finance Company (PIFCo)

A operação de proteção patrimonial *hedge* denominada *cross currency swap* segue a Deliberação CVM 604/09 que referendou os pronunciamentos CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação.

A Companhia resolveu qualificar suas operações de *swap* cruzado de moedas de *hedging* de fluxo de caixa. Na contratação do *hedging* e durante a sua vigência, espera-se que o *hedging* de fluxo de caixa seja altamente eficaz na compensação dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco do *hedging*, durante a vigência do mesmo. As alterações no valor justo, na medida da eficácia da operação de *hedging*, testados trimestralmente, são lançadas em outros lucros abrangentes acumulados, até que o fluxo de caixa do item passível de *hedge* seja realizado.

Petrobras Distribuidora

A Petrobras Distribuidora se posiciona vendida em taxas futuras de câmbio através de NDFs (Contrato a termo de moeda sem entrega física) no mercado de balcão brasileiro. O *hedge* é contratado concomitantemente à definição do custo dos produtos exportados, fixando e garantindo desta forma a margem da comercialização. A política da Companhia é de executar *hedge* até o máximo de 100% do volume exportado.

O volume de *hedge* contratado para o faturamento internacional entre janeiro e dezembro de 2010 representou 52,74% de todo o volume exportado pela Petrobras Distribuidora no período. As liquidações de todas as operações vencidas entre 1°. de janeiro e 31 de dezembro de 2010 geraram um resultado positivo para a Companhia de R\$ 10.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A Ipiranga Asfaltos S.A. (subsidiária da BR Distribuidora) contratou NDFs na posição vendida em dólares para garantir receitas em reais de clientes estrangeiros com cartas de crédito. Entre janeiro e dezembro de 2010 foram contratados operações no total de US\$ 2,54 milhões. No mesmo período, as liquidações ocorridas geraram um resultado positivo de R\$ 527 mil.

d) Valor de referência (nocional) e valor justo dos instrumentos derivativos

A tabela a seguir resume as informações sobre os contratos de derivativos vigentes. As transações de derivativos consideraram os limites aprovados e saldo de crédito de cada instituição de acordo com as orientações normativas e procedimentos estabelecidos pela Companhia.

Derivativos de Moeda Estrangeira

	Consolidado					
	Vaior de Referencia (Nocional) em \$ milhões		Valor justo R\$ **		Vencimento	Valor em Ris co R\$
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009		
Contratos a termo de dólar						
Posição Comprada	USD 53 USD 53	USD 22 USD 22	(2)		2011	
Posição Vendi da	USD 61 USD 61	USD 76 USD 76	4 4	<u>2</u>	2011	1
Cross Currency Swap Posição ativa			192	113	2016	9
Taxa Média de Recebimento (JPY) = 2,15% a.a.	JPY 35.000	JPY 35.000	783	711		
Posição passiva						
Taxa Média de Pagamento (USD) = 5,69% a.a.	USD 298	USD 298	(591)	(598)		
			194	115		

^{*} Valor em Risco = perda máxima esperada em 1 dia com 95% de confiança em condições normais de mercado.
** Os valores justos negativos foram contabilizados no passivo e os positivos no ativo.

e) Ganhos e perdas no exercício

	Consolidado		Controladora	
Derivativos de moeda estrangeira	2010	2009	2010	2009
Ganho (perda) registrado no resultado	7	(74)		
Ganho (perda) registrado no patrimônio líquido	(10)	27		

f) Valor e tipo de margens dadas em garantia

As operações existentes de derivativos de moeda estrangeira não exigem depósito de margem de garantia.

Principais contrapartes da operação: Citibank, HSBC e Bradesco. As posições indicadas por hífen representam valores inferiores a R\$ 500 mil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

g) Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira, empréstimos, aplicações financeiras em moeda estrangeira e derivativos incluídos nos fundos exclusivos de investimento da Petrobras. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2010, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

		Consolidado		
Derivativos de Moeda Estrangeira	Risco	Cenário Provável em 31.12.2010	Cenário Possível (∆ de 25%)	Cenário Remoto (∆ de 50%)
Contratos a termo de dólar	Valorização do Dólar frente ao Real	(2)	(2)	(3.453)
Contratos a termo de dólar	Valorização do Dólar frente ao Real	4	(22)	(47)
Cross Currency Swap	Desvalorização do lene frente ao Dólar	192	36	(69)

		Consolidado			
Dívida de Moeda Estrangeira *	Risco	Cenário Provável em 31.12.2010	Cenário Possível (△ de 25%)	Cenário Remoto (△ de 50%)	
Real ¹	Valorização do Dólar frente ao Real	23.906	5.976	11.953	
Dólar	Valorização do Dólar frente ao Real	46.870	11.718	23.435	
Euro	Valorização do Euro frente ao Real	214	53	107	
Yen	Valorização do Yen frente ao Real	2.734	684	1.367	
		73.724	18.431	36.862	

^{1 -} Financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação do dólar.

		Consolidado		
Aplicação Financeira*	Risco	Cenário Provável em 31.12.2010	Cenário Possível (△ de 25%)	Cenário Remoto (△ de 50%)
em moeda estrangeira	Valorização do Real frente ao Dólar	13.343	(3.336)	(6.671)

^(*) A análise de sensibilidade isolada dos instrumentos financeiros não representa a exposição líquida da Companhia ao risco cambial. Considerando o equilíbrio entre passivos, ativos, receitas e compromissos futuros em moeda estrangeira, o impacto econômico de possíveis variações cambiais não é considerado significativo.

32.4 Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Se as taxas de juros do mercado (principalmente LIBOR) subirem, as despesas financeiras da Companhia aumentarão, o que poderá causar um impacto negativo nos resultados operacionais e posição financeira. A dívida a taxas de juros flutuantes de moeda estrangeira está sujeita, principalmente, à flutuação da *libor*, e a dívida a taxas de juros flutuantes expressa em reais está sujeita, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Gerenciamento de riscos de taxa de juros

A Petrobras considera que a exposição às flutuações das taxas de juros não acarreta impacto relevante, de forma que, preferencialmente, a companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar esse tipo de risco; exceto em função de situações específicas apresentadas por empresas do Sistema Petrobras.

a) Principais transações e compromissos futuros protegidos por operações com derivativos

Petrobras & Mitsui Drilling International B.V.(P&M)

A Petrobras & Mitsui (P&M), sociedade de propósito específico, controlada pela Petrobras, contratou uma operação denominada swap de taxa de juros, no valor nominal de US\$ 486,668 milhões. A operação foi usada para transformar uma obrigação (financiamento) atrelada a uma taxa flutuante, em taxa fixa, com o objetivo de eliminar o descasamento entre os fluxos de caixa ativos e passivos da P&M. A companhia não tem intenção de liquidar a operação antes de seu vencimento. A P&M adotou a metodologia de contabilização de operações de hedge (hedge accounting) para a relação entre o financiamento e o derivativo.

O quadro abaixo representa os valores nocional e justo da operação para 31 de dezembro de 2010:

	Valor de Referência (Nocional)	Valor Justo	Vencimento
Contrato a Termo			
Posição comprada	811	14	2020

32.5 Risco de crédito

A Petrobras está exposta ao risco de crédito de clientes e de instituições financeiras, decorrente de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras.

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos de crédito

A gestão do risco de crédito na Petrobras faz parte do gerenciamento dos riscos financeiros, que é realizado pelos diretores da Companhia, segundo uma política corporativa de gerenciamento de riscos. As Comissões de Crédito, que foram instituídas a partir de decisão da Diretoria Executiva são compostas, cada uma, por três membros, sendo presidida pelo Gerente Executivo do Planejamento Financeiro e Gestão de Riscos e os demais membros são o Gerente Executivo de Finanças e o Gerente Executivo da área comercial de contato com o cliente ou com a Instituição financeira.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

As Comissões de Crédito têm por finalidade analisar as questões vinculadas à gestão do crédito, tanto no que diz respeito à sua concessão, quanto à sua administração; promover a integração entre as unidades que as compõem; identificar as recomendações a serem aplicadas nas unidades envolvidas ou submetidas à apreciação das instâncias superiores.

A política de gestão de risco de crédito faz parte da política global de gestão de riscos do Sistema Petrobras e visa conciliar a necessidade de minimizar a exposição ao risco de crédito e de maximizar o resultado das vendas e operações financeiras, mediante processo de análise, concessão e gerenciamento dos créditos de forma eficiente.

A Petrobras somente concede crédito a partir do interesse comercial e unicamente para a aquisição de seus produtos.

Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos de crédito

A Petrobras utiliza, na gestão de riscos de crédito, parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado em que atua.

A carteira de crédito comercial da Companhia, que supera US\$ 37 bilhões, é bastante diversificada, estando os créditos concedidos divididos entre clientes do mercado interno do país e de mercados do exterior.

Entre os principais clientes encontram-se as grandes empresas do mercado de petróleo, consideradas *majors* e as subsidiárias do Sistema Petrobras, beneficiárias de cerca de 28% e 44% do crédito total concedido, respectivamente.

As instituições financeiras são beneficiárias de aproximadamente US\$ 37 bilhões, distribuídos entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros.

Garantias utilizadas no gerenciamento de riscos de crédito

As vendas a prazo para clientes considerados de alto risco só são efetuadas através do recebimento de garantias. Para tanto, a Companhia aceita cartas de crédito emitidas no exterior, fianças bancárias emitidas no Brasil, hipotecas e cauções.

Para clientes considerados de médio risco, também são aceitas fianças e avais dos sócios das empresas, tanto pessoas físicas quanto jurídicas.

Somente são aceitas garantias emitidas por instituições financeiras que disponham de crédito disponível, estabelecido conforme os parâmetros adotados pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A tabela abaixo representa a exposição máxima ao risco de crédito para 31 de dezembro de 2010.

Garantias	3.469
Derivativos	9
Aplicações Financeiras	11.741

32.6 Risco de liquidez

A Petrobras utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, dívidas de curto e longo prazos, financiamento de projetos, transações de vendas e arrendamento. Estas origens de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

Gerenciamento de risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez adotada pela Companhia prevê a continuidade do alongamento do prazo de vencimento de nossas dívidas, explorando a capacidade de financiamento do mercado doméstico e desenvolvendo uma forte presença no mercado internacional de capitais, através da ampliação da base de investidores em renda fixa.

A Petrobras financia o capital de giro assumindo dívidas de curto prazo, normalmente relacionadas ao nosso fluxo comercial, como notas de crédito de exportação e adiantamentos de contratos de câmbio. Os investimentos em ativos não circulantes são financiados por meio de dívidas de longo prazo como emissão de bônus no mercado internacional, agências de crédito, financiamento e pré-pagamento de exportação, bancos de desenvolvimento do Brasil e do exterior e linhas de crédito com bancos comerciais nacionais e internacionais.

Fluxo nominal de principal e juros dos financiamentos

A tabela a seguir representa os vencimentos dos financiamentos a curto, médio e longo prazos para 31 de dezembro de 2010.

	31/12/2010		
Vencimento	Consolidado	Controladora	
2011	21.969	4.251	
2012	14.397	5.014	
2013	11.667	3.290	
2014	12.021	4.524	
2015	15.626	5.015	
2016	24.805	14.817	
2017 em diante	74.645	22.164	
	175.129	59.076	

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Regulação do Governo

Adicionalmente, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão controla o valor total das dívidas que a Petrobras e suas subsidiárias podem incorrer, no decurso do processo de aprovação do orçamento anual. A Companhia e suas subsidiárias devem também, antes da assunção de dívidas de médio e longo prazos, obter a aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional. Os empréstimos que excederem os valores orçados para cada exercício precisarão ser aprovados pelo Senado Federal.

32.7 Aplicações financeiras (operações com derivativos)

A Petrobras detém aplicações financeiras, representadas por quotas de fundos exclusivos, com parte de seus recursos aplicados em operações com derivativos (contratos futuros de dólar norte-americano e de Depósito Interbancário) com garantia da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F).

A tabela a seguir representa os valores de mercado das operações com derivativos contidas nos fundos de investimento exclusivos em 31 de dezembro de 2010.

Contrato	Quantidade	Valor de Referência (Nocional)	Valor Justo (*)	Vencimento
DI Futuro	(75.668)	(6.694)	(5)	2011 à 2013
Posição comprada	59.867	5.562	1	
Posição vendida	(135.535)	(12.256)	(6)	
Dólar Futuro	1.050	87	-	2010/2011
Posição comprada	1.773	148	(1)	
Posição vendida	(723)	(61)	1	
Futuros (Treasure Notes)	(10)	10	-	2011
Posição Comprada	72	24	2	
Posição vendida	(82)	(14)	(2)	
Eurodollar				
Posição comprada	25	10	-	2012
Swap			-	2011
Posição ativa		5	-	
Posição passiva		(5)	-	

^(*) As posições indicadas por hífen representam valores inferiores a R\$ 500 mil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo da Controladora e do Consolidado, em 31 de dezembro de 2010, era, respectivamente, R\$ 37.365 e R\$ 105.842 calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, e pode ser comparado com o valor contábil de R\$ 36.430 e R\$ 102.051.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia registrado a valor justo em base recorrente, em 31 de dezembro de 2010, está demonstrada a seguir:

	Vale	ase em	31.12.2010	
	Preços cotados em mercado ativo (Nível I)	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível II)	Técnica de valoração sem o uso de preços observáveis (Nível III)	Valor justo contabilizado
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	30.954			30.954
Derivativos de Moeda Estrangeira		196		196
Derivativos de commodities	23	2	53	78
Derivativos de juros	7			7
Outros investimentos				
Total dos ativos	30.984	198	53	31.235
Passivos				
Derivativos de Moeda Estrangeira		(2)		(2)
Derivativos de commodities	(65)	(3)		(68)
Total dos passivos	(65)	(5)		(70)

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

34 Seguros

Para proteção do seu patrimônio, a Petrobras tem por filosofia básica transferir, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. Os demais riscos são objeto de autosseguro, com a Petrobras, intencionalmente, assumindo o risco integral, mediante ausência de seguro. A Companhia, assume parcela expressiva de seu risco, contratando franquias que podem chegar ao montante equivalente a US\$ 50 milhões.

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2010 podem ser assim demonstradas:

		Importânc	ia segurada
Ativo	Tipos de cobertura	Consolidado	Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos operacionais	116.682	103.215
Navios-tanque e embarcações auxiliares	Cascos	2.524	
Plataformas fixas, sistemas flutuantes de produção e unidades de perfuração marítimas	Riscos de petróleo	40.446	20.512
Total		159.652	123,727

A Petrobras não faz seguros de lucros cessantes, controle de poços e da malha de dutos no Brasil.

Considerando seu porte financeiro e seus compromissos e investimentos nas áreas de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS) e Qualidade, a Petrobras, a exemplo das empresas petrolíferas de porte semelhante ao seu, retém uma parcela significativa de seu risco, inclusive através do aumento de suas franquias, que podem atingir US\$ 50 milhões.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

35 Segurança, meio ambiente, eficiência energética e saúde

Em 2010, os principais indicadores de segurança, meio ambiente e saúde da Petrobras mantiveram-se compatíveis com os das melhores empresas mundiais do setor, não tendo registro de ocorrência significativa de impacto ao meio ambiente. Adicionalmente, a Companhia aprovou metas e indicadores corporativos relacionados à intensidade de emissões e de energia, participou de fóruns relacionados à questão da mudança climática e contribuiu para o controle do desastre ocorrido no Golfo do México, nos Estados Unidos da América.

Esse desempenho contribuiu para que a Petrobras se mantivesse, pelo quinto ano consecutivo, no seleto grupo de empresas que compõem o Índice Dow Jones de Sustentabilidade, além de ser uma das vencedoras do prêmio internacional Carbon Leadership Awards, realizado pela revista The New Economy, na categoria Melhor Relatório de Emissões.

A Petrobras investe continuamente em treinamento, capacitação e desenvolvimento de novas tecnologias visando à prevenção de acidentes e à segurança e saúde dos trabalhadores, além de manter no país dez Centros de Defesa Ambiental, de prontidão 24 horas por dia para poder responder com rapidez e eficácia a qualquer acidente com derramamento de óleo, inclusive no pré-sal.

Os gastos totais da Companhia em 2010, considerando investimentos e operações, atingiram o montante de R\$ 4.561, sendo R\$ 1.696 em segurança, R\$ 1.947 em meio ambiente, R\$ 345 em saúde e R\$ 573 em gastos do Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional – PEGASO, não estando computados os gastos com Assistência Multidisciplinar de Saúde - AMS e com apoio a programas e projetos ambientais externos.

Adicionalmente, foram investidos cerca de R\$ 112 em atividades ligadas a eficiência energética.

36 Eventos subsequentes

Captações da PifCo

Em 27 de janeiro de 2011, a Petrobras International Finance Company – PifCo, concluiu a emissão de US\$ 6 bilhões em títulos do tipo *Global Notes* no mercado internacional de capitais, com vencimentos em 27 de janeiro de 2016, 2021 e 2041, taxas de juros de 3,875%, 5,375% e 6,750% a.a., respectivamente, e pagamento semestral de juros a partir de 27 de julho de 2011. Os recursos captados serão utilizados para fins corporativos e para o financiamento dos investimentos previstos no Plano de Negócios 2010-2014, sendo mantidos uma estrutura adequada de capital e o grau de alavancagem financeira em linha com as metas da Companhia

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Esse financiamento teve custos de emissão de aproximadamente US\$ 18 milhões, deságio de US\$ 21 milhões e taxa de juros efetiva de 4,01%, 5,44% e 6,84% a.a., respectivamente. Os *Global Notes* constituem-se em obrigações não garantidas *unsecured* e não subordinadas da PifCo e contam com a garantia completa e incondicional da Petrobras.

Opção de compra da Companhia Mexilhão do Brasil - projeto Mexilhão

Em 12 de janeiro de 2011, a Petrobras exerceu a opção de compra das ações da SPE Companhia Mexilhão do Brasil e passou a garantir o financiamento contratado pela SPE com o BNDES.

<u>Incorporação da Comperj Petroquímicos Básicos S.A. e da Comperj PET S.A. na</u> Petrobras.

Em 31 de janeiro de 2011, a AGE da Petrobras aprovou a incorporação da Comperj Petroquímicos Básicos S.A e da Comperj PET S.A. ao seu patrimônio, sem aumento do capital social. Com a incorporação dessas empresas, a estrutura societária do Comperj será simplificada, minimizando custos e favorecendo a realocação de investimentos.

Participação especial dos campos de Albacora, Carapeba, Cherne, Espadarte, Marimbá, Marlim, Marlim Sul, Namorado, Pampo e Roncador – Bacia de Campos

A Participação Especial foi estabelecida pela Lei do Petróleo 9.478/97, e é recolhida como forma de compensação pelas atividades de produção de petróleo, incidindo sobre os campos produtores de grandes volumes. A metodologia do cálculo empregada pela Petrobras na apuração da Participação Especial devida para os campos citados baseia-se em interpretação juridicamente legítima da Portaria 10 de 14 de janeiro de 1999, da Agência Nacional de Petróleo - ANP.

Em 7 de fevereiro de 2011, a Petrobras foi notificada pela ANP, que instaurou processo administrativo e estabeleceu o pagamento de novas verbas consideradas devidas para o período entre o 1°. trimestre de 2005 e o 1°. trimestre de 2010, referentes a valores que teriam sido recolhidos a menor pela concessionária, totalizando R\$ 365 (valor do principal, sem multa e juros).

A Petrobras, em 22 de fevereiro de 2011, apresentou defesa ao processo administrativo, requerendo que seja julgada improcedente a autuação, uma vez que os fatos sobre os quais se baseia a ANP para concluir pela irregularidade do recolhimento da Participação Especial não correspondem à realidade.

Caso a decisão administrativa da ANP seja mantida, a Petrobras avaliará a possibilidade de ação judicial para suspender e anular a cobrança das diferenças da Participação Especial.

Informação Complementar às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Informações adicionais aos fluxos de caixa:				
Valores pagos e recebidos durante o exercício				
Juros pagos, líquidos do montante capitalizado	6.165	5.374	4.234	3.115
Juros recebidos sobre empréstimos			710	2.708
Imposto de renda e contribuição social	4.693	8.593	2.520	6.496
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	2.909	3.875	2.804	3.446
	13.767	17.842	10.268	15.765
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Aquisição de imobilizado a prazo	54	121		
Contrato com transferência de benefícios, riscos e controles de bens		110	8.188	598
Aumento de capital com títulos governamentais, utilizados para aquisição				
de direitos de exploração (cessão onerosa)	67.816		67.816	
Constituição de provisão para desmantelamento de áreas	1.698	(737)	1.600	(778)

Informação Complementar às Demonstrações Contábeis

Balanço social

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

1 - Base de Cálculo	2010	2009
Receita de vendas Consolidada (RL)	213.274	182.834
Lucro antes das participações e impostos Consolidado (RO)	49.828	45.770
Folha de pagamento bruta	11.462	10.195

2 - Indicadores Sociais Internos (i)	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	741	6,46%	0,35%	665	6,52%	0,36%
Encargos sociais compulsórios	5475	47,77%	2,57%	4.585	44,97%	2,51%
Previdência privada	350	3,06%	0,16%	366	3,59%	0,20%
Saúde	2.064	18,01%	0,97%	1.885	18,49%	1,03%
Segurança e saúde no trabalho	114	1,00%	0,05%	114	1,12%	0,06%
Educação	118	1,03%	0,06%	107	1,05%	0,06%
Cultura	10	0,09%	0,00%	7	0,07%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	366	3,20%	0,17%	264	2,59%	0,14%
Creches ou auxílio-creche	6	0,06%	0,00%	3	0,03%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	1.691	14,75%	0,79%	1.495	14,66%	0,82%
Outros	71	0,62%	0,03%	55	0,54%	0,03%
Total - Indicadores sociais internos	11.006	96,05%	5,15%	9.546	93,63%	5,21%

3 - Indicadores Sociais Externos (i)	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho	44	0,09%	0,02%	34	0,07%	0,02%
Educação para a Qualificação Profissional	56	0,11%	0,03%	54	0,12%	0,03%
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (I)	79	0,16%	0,04%	74	0,16%	0,04%
Cultura	170	0,34%	0,08%	155	0,34%	0,08%
Esporte	81	0,16%	0,04%	42	0,09%	0,02%
Outros	20	0,04%	0,00%	11	0,02%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	450	0,90%	0,21%	370	0,80%	0,20%
Tributos (excluídos encargos sociais)	84.235	169,05%	39,50%	77.969	170,35%	42,64%
Total - Indicadores sociais externos	84.685	169,95%	39,71%	78.339	171,15%	42,84%

4 - Indicadores Ambientais (i)	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da						
empresa	2.165	4,34%	1,02%	1.872	4,09%	1,02%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	258	0,52%	0,12%	94	0,21%	0,05%
Total dos investimentos em meio ambiente	2.423	4,86%	1,14%	1.966	4,30%	1,07%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para	() não			() não possui		
minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/	possui metas	() cumpre	de 51 a 75%	metas	() cumpre d	e 51 a 75%
operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos	()cumpre de			()cumpre de		
naturais, a empresa:	0 a 50%	(x) cumpre	de 76 a 100%	0 a 50%	(x) cumpre of	le 76 a 100%

Informação Complementar às Demonstrações Contábeis

Balanço social (continuação)

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

5 - Indicadores do Corpo Funcional (i)	2010	2009
Nº de empregados(as) ao final do período	80.492	76.919
Nº de admissões durante o período	4.353	2.519
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	291.606	295.260
Nº de estagiários(as)	1.402	1.197
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	34.504	30.928
N° de mulheres que trabalham na empresa	13.408	12.586
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	13,30%	13,63%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (III)	16.447	10.581
% de cargos de chefia ocupados por negros(as) (IV)	25,30%	29,94%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (V)	1.093	1.077

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania						
empresarial (i)		2010			Metas 2011	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		22,41			22,41	
Número total de acidentes de trabalho		485			482	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa		(x) direção e	() todos(as)		(x) direção e	() todos(as)
foram definidos por:	() direção	gerências	empregados(as)	() direção	gerências	empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho	(x) direção e	() todos(as)	() todos(as) +	(x) direção e	() todos(as)	() todos(as) +
foram definidos por:	gerências	empregados(as)	Cipa	gerências	empregados(as)	Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à	() não se	() segue as normas	(x) incentiva e	() não se	() seguirá as	(x) incentivará
representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	envolve	da OIT	segue a OIT	envolverá	normas da OIT	e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:		() direção e	(x) todos(as)		() direção e	(x) todos(as)
	() direção	gerências	empregados(as)	() direção	gerências	empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:		() direção e	(x) todos(as)		() direção e	(x) todos(as)
	() direção	gerências	empregados(as)	() direção	gerências	empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de	() não são			() não serão		(x) serão
responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	considerados	() serão sugeridos	exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de	() não se		(x) organiza e	() não se		(x) organizará
trabalho voluntário, a empresa:	envolve	() apóia	incentiva	envolverá	() apoiará	e incentivará
Número total de reclamações e críticas de	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
consumidores(as): (VI)	15.533	16	49	6.684	4	7
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: (VI)	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
	99,5%	62,5%	0%	99,5%	100%	100%
Valor adicionado total a distribuir (consolidado) - valor:	Em 2010:	158.683		Em 2009:	139.234	
	57% governo	12% colaborador	es(as)	58% governo	11% colaborado	ores(as)
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	7% acionistas	9% terceiros 15	% retido	8% acionistas	7% terceiros	16% retido

Informação Complementar às Demonstrações Contábeis

Balanço social (continuação)

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

7 - Outras Informações

- Esta companhia não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
- 2) Nossa companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
- I. Inclui R\$ 26,6 milhões de repasse ao Fundo para a Infância e a Adolescência (FIA).
- II. Informações do Sistema Petrobras no Brasil relativas às admissões por processo seletivo público.
- III. Informações de 2010 relativas aos empregados da Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora e Transpetro que se autodeclaram negros (cor parda e preta).
- IV. Do total dos cargos de chefia da Petrobras Controladora ocupados por empregados que informaram cor/raça, 25,3% são exercidos por pessoas que se autodeclararam negras.
- V. Informações relativas à Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora e Transpetro, que correspondem a 6,04% do efetivo nos cargos em que é prevista a reserva de vagas para pessoas com deficiência.
- VI. As informações na empresa incluem o quantitativo de reclamações e críticas recebidas pela Petrobras Controladora e da Petrobras Distribuidora.
 As metas para 2011 (empresa, Procon e Justiça) não contêm as estimativas da Petrobras Distribuidora.

(i) Informação não auditada.

Demonstração da Segmentação de Negócios (consolidado)

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhões de reais)

			Gás					
	E&P	Abastecimento	& Energia	Distribuição	Internacional	Corporativo (*)	Eliminação	Total
Receita de vendas	95.451	172.468	15.476	65.557	24.887		(160.565)	213.274
Intersegmentos	95.026	57.175	1.905	1.320	5.139		(160.565)	
Terceiros	425	115.293	13.571	64.237	19.748			213.274
Custo dos produtos vendidos	(44.302)	(160.362)	(10.942)	(59.896)	(19.376)		158.826	(136.052)
Lucro bruto	51.149	12.106	4.534	5.661	5.511		(1.739)	77.222
Receitas (despesas)	(5.825)	(6.391)	(2.595)	(3.616)	(3.462)	(8.575)	299	(30.165)
Vendas, gerais e administrativas	(794)	(5.198)	(1.941)	(3.478)	(1.667)		175	(16.657)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(2.601)				(1.196)			(3.797)
Pesquisa e desenvolvimento	(774)	(380)	(129)	(6)	(2)	(445)		(1.739)
Tributárias	(218)	(120)	(58)	(29)	(219)	(264)	(2)	(910)
Outras	(1.438)	(693)	(467)	(100)	(378)	(4.112)	126	(7.062)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	45.324	5.715	1.939	2.045	2.049	(8.575)	(1.440)	47.057
Resultado financeiro Iíquido						2.563		2.563
Resultado de participações em investimentos		280	6	(2)	(49)	(30)		208
Participação dos empregados e administradores	(538)	(379)	(99)	(120)	(48)	(540)		(1.691)
Lucro antes dos impostos	44.786	5.616	1.882	1.923	1.952	(6.582)	(1.440)	48.137
Imposto de renda/contribuição social	(15.228)	(1.814)	(637)	(655)	(493)	6.101	490	(12.236)
Lucro líquido	29.558	3.802	1.245	1.268	1.459	(481)	(056)	35.901
Resultado atribuível aos não controladores	133	(80)	34		(139)	(099)		(712)
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	29.691	3.722	1.279	1.268	1.320	(1.141)	(950)	35.189

(*) Contempla os resultados dos negócios com Biocombustíveis.

Demonstração da Segmentação de Negócios (consolidado)

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhões de reais)

			ò					
			Cas					
			ઝ					
	E&P	Abastecimento	Energia	Distribuição	Distribuição Internacional	Corporativo ^(*)	Eliminação	Total
Receita de vendas	76.183	146.152	12.244	58.277	21.291		(131.313)	182.834
Intersegmentos	75.252	49.396	1.851	1.347	3.467		(131.313)	
Terceiros	931	96.756	10.393	56.930	17.824			182.834
Custo dos produtos vendidos	(39.052)	(120.149)	(8.828)	(53.124)	(17.095)		129.541	(108.707)
Lucro bruto	37.131	26.003	3.416	5.153	4.196		(1.772)	74.127
Receitas (despesas)	(7.478)	(5.252)	(2.076)	(3.118)	(3.221)	(7.243)	258	(28.130)
Vendas, gerais e administrativas	(661)	(4.634)	(1.195)	(3.126)	(1.716)	(3.627)	192	(14.767)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(3.044)				(937)			(3.981)
Pesquisa e desenvolvimento	(516)	(336)	(64)	(10)	(4)	(434)		(1.364)
Tributárias	(94)	(93)	(31)	(26)	(164)	(250)		(858)
Outras	(3.163)	(189)	(186)	44	(400)	(2.932)	99	(7.360)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	29.653	20.751	1.340	2.035	975	(7.243)	(1.514)	45.997
Resultado financeiro líquido						(162)		(162)
Resultado de participações em investimentos		182	89	(29)	(287)	1		(65)
Participação dos empregados e administradores	(488)	(267)	(56)	(101)	(47)	(536)		(1.495)
Lucro antes das participações e impostos	29.165	20.666	1.352	1.905	641	(7.940)	(1.514)	44.275
Imposto de renda/contribuição social	(9.916)	(6.965)	(437)	(658)	(570)	7.099	516	(10.931)
Lucro líquido	19.249	13.701	915	1.247	71	(841)	(866)	33.344
Resultado atribuível aos não controladores	40	(180)	(212)		(186)	(2.755)		(3.293)
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	19.289	13.521	703	1.247	(115)	(3.596)	(866)	30.051

Resultado at Lucro líquido

^(*) Contempla os resultados dos negócios com Biocombustíveis.

As informações segmentadas de 2010 e 2009 foram elaboradas considerando a alteração da composição das áreas de negócio, decorrente da transferência da gestão do negócio Fertilizantes, da área de Abastecimento, para de Gás e Energia.

Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Demonstração da Segmentação de Negócios (consolidado)

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhões de reais)

	Total	106.685	413.285	38.470	8.879	282.838	83.098	519.970	74.374	276.045	34.923	5.772	227.079	8.271	350.419	62.048	230.227	29.173	5.768	185.694	9.592	292.275
	Eliminação		7 (98)	(36)				(10.031)	(9.414)		(1.126)				(10.540)	(7.823)	$(1.255) \qquad \qquad \vdots$	(1.213)		(42)		(9.078)
•	Corporativo ^(*)	64.841	27.610	18.380	952	7.262	1.016	92.451	33.989	22.566	17.523	150	3.833	1.060	56.555	24.107	17.460	13.982	151	2.204	1.123	41.567
	Internacional	5.750	24.119	4.054	1.340	15.559	3.166	29.869	5.128	23.250	2.776	1.882	15.252	3.340	28.378	5.813	28.911	1.634	2.103	20.293	4.881	34.724
	Distribuição	6.580	5.700	951	16	4.050	683	12.280	5.668	5.282	1.060	25	3.503	694	10.950	5.659	4.646	735	30	3.189	692	10.305
Gás &	Energia	4.523	45.652	2.829	295	41.262	1.266	50.175	5.076	39.863	2.815	273	35.666	1.109	44.939	5.426	30.494	3.574	256	25.752	912	35.920
	Abastecimento	28.853	88.772	6.024	6.276	76.186	286	117.625	27.412	60.553	4.387	3.442	52.456	268	87.965	22.985	41.071	3.172	3.228	34.480	191	64.056
	E&P	6.133	221.468	6.268		138.519	76.681	227.601	6.515	125.657	7.488		116.369	1.800	132.172	5.881	108.900	7.289		99.818	1.793	114.781
	Ativo	Circulante	Não circulante	Realizável a longo prazo	Investimento	Imobilizado	Intangível	31.12.2010	Circulante	Não circulante	Realizável a longo prazo	Investimento	Imobilizado	Intangível	31.12.2009	Circulante	Não circulante	Realizável a longo prazo	Investimento	Imobilizado	Intangível	01.01.2009

^(*) Contempla os ativos dos negócios com Biocombustíveis.
As informações segmentadas de 2010 e 2009 foram elaboradas considerando a alteração da composição das áreas de negócio, decorrente da transferência da gestão do negócio Fertilizantes, da área de Abastecimento, para de Gás e Energia.

Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Demonstração da Segmentação de Negócios (consolidado) - Área internacional

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhões de reais)

				2010			
Demonstração do Resultado	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas Intersegmentos	6.574 5.259	3.767	2.074 301	7.254		(4.246)	5.139
lerceiros	cic.i	9.421	1.//3	7.190		64	19./48
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e das participações e impostos	2.148	64	251	10	(409)	(15)	2.049
Lucro Líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	1.527	78	186	10	(466)	(15)	1.320
				2009			
Demonstração do Resultado	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	5.766	11.727	2.151	5.416	29	(3.798)	21.291
Intersegmentos	4.025	2.822	325	89	6	(3.803)	3.467
Terceiros	1./41	0.903	1.620	3.327	70	C	17.024
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e das participações e impostos	1.161	(68)	394	45	(290)	54	975
Lucro Líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	778	(169)	303	4	(1.125)	54	(115)
444:00	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
AUVO							
Em 31.12.2010	20.715	5.433	3.213	1.645	2.801	(3.938)	29.869
Em 31.12.2009	19.950	5.068	3.470	1.163	3.910	(5.183)	28.378
Em 01.01.2009	24.204	6.387	4.730	859	4.106	(5.562)	34.724

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GUIDO MANTEGA Presidente

FÁBIO COLLETTI BARBOSA Conselheiro MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN Conselheiro

FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE Conselheiro

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO Conselheiro SÉRGIO FRANKLIN QUINTELLA

Conselheiro

JORGE GERDAU JOHANNPETER Conselheiro LUCIANO GALVÃO COUTINHO Conselheiro SILAS RONDEAU CAVALCANTI SILVA Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO Presidente

ALMIR GUILHERME BARBASSA Diretor Financeiro e de Relações com Investidores MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER Diretora de Gás e Energia

GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA Diretor de Exploração e Produção PAULO ROBERTO COSTA Diretor de Abastecimento

JORGE LUIZ ZELADA Diretor Internacional RENATO DE SOUZA DUQUE Diretor de Serviços

MARCOS MENEZES Contador - CRC-RJ 35.286/O-1